



SAMARCO MINERAÇÃO S.A.

- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Mensagem da Administração, Relatório dos
auditor independentes e Demonstrações
Financeiras em 31 de dezembro de 2020

SAMARCO MINERAÇÃO S.A.

– EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Mensagem da Administração

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 2020

O exercício findo em 31 de dezembro de 2020 marcou o início de um novo ciclo organizacional na Samarco, com o reinício das atividades operacionais de forma gradual, após cinco anos de paralisação. Nesta publicação, nós, da Samarco, apresentamos as demonstrações financeiras do período, com suas respectivas notas explicativas, informações adicionais e esclarecimentos da administração. Ainda no primeiro semestre, em nosso Relatório Anual de Sustentabilidade, divulgaremos informações detalhadas sobre a gestão da empresa e programas ambientais e sociais desenvolvidos. Registra-se ainda que, em 9 abril de 2021, a empresa ajuizou pedido de Recuperação Judicial (RJ) junto à 2ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais para obter uma proteção de seus bens e operações contra ações executórias movidas por seus credores financeiros para negociar e implementar uma reestruturação de suas dívidas financeiras de forma a emergir como uma empresa financeiramente sustentável e com um balanço que lhe permita cumprir com suas obrigações relativas ao rompimento da Barragem de Fundão. O pedido foi deferido em 12/04/2021 e as informações sobre este processo encontram-se disponíveis em nosso site: www.samarco.com.

SOBRE NÓS

Somos a Samarco Mineração S.A., uma mineradora brasileira de capital fechado, uma joint venture controlada em partes iguais por dois acionistas – BHP Billiton Brasil Ltda. e Vale S.A. Com 43 anos de história, fomos pioneiros no Brasil na lavra de minério de ferro de baixo teor, com operação logística própria e integrada, da mina ao porto, e estivemos entre as maiores exportadoras do Brasil até 2015.

O processo produtivo começa no Complexo de Germano, nos municípios de Mariana e Ouro Preto, em Minas Gerais, onde é realizada a extração e o beneficiamento do minério de ferro. Em forma de polpa, ele é transportado via minerodutos, que percorrem 25 municípios até chegar ao Complexo de Ubu, em Anchieta, no Espírito Santo. Nesta unidade, o minério de ferro passa por processos que agregam ainda mais valor, transformando-o em pelotas (produto final da Samarco), que são embarcadas em terminal portuário próprio com destino aos nossos clientes.

Em 05 de novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana.

Esta data nunca será esquecida e marcou a história da nossa empresa. Este fato impactou a vida de milhares de pessoas e o meio ambiente ao longo da bacia hidrográfica do Rio Doce, nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Desde o rompimento da barragem de Fundão até dezembro de 2020, nossas atividades produtivas ficaram paralisadas por cerca de cinco anos. Neste período, pautamos nossas ações em dois pilares: no compromisso com a reparação e no reinício das operações de forma segura e sustentável.

Reiniciamos parcialmente nossas operações em dezembro de 2020.

COMPROMISSO COM A REPARAÇÃO

Reafirmamos nosso compromisso com as comunidades e com as áreas afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão. Até dezembro de 2020, foram destinados R\$11,7 bilhões para as medidas de reparação e compensação. As ações estão sendo conduzidas pela Fundação Renova, entidade autônoma e independente que iniciou suas atividades em 2016, como definido no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) e, posteriormente, do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC Governança), homologado em 2018.

Seguimos comprometidos com o TTAC, assinado em março de 2016, que estabeleceu 42 programas socioambientais e socioeconômicos que se encontram em andamento e receberam, no ano de 2020, R\$3,9 bilhões. A Samarco, no âmbito do TTAC, é a mantenedora principal e responsável por financiar a Fundação Renova. Quando o financiamento não é possível, seus acionistas fornecem o recurso necessário de acordo com a participação de cada um deles. Os recursos acumulados aplicados na instituição somam R\$10,9 bilhões até o final de 2020 e o passivo provisionado pela Samarco em 31 de dezembro de 2020 é de R\$17 bilhões para desembolsos futuros.

Com a paralisação de nossas atividades por cinco anos e, conseqüentemente, com a falta de geração de receitas, passamos a contar com suporte financeiro de nossos acionistas, através de empréstimos. Cabe explicar que tal suporte vinha sendo realizado por meio da subscrição de debêntures e agreements emitidas pela Samarco para cobrir a necessidade de capital de giro da empresa. Além disso, nossos acionistas, na qualidade de devedores secundários nos termos do TTAC, fizeram contribuições diretas à Fundação Renova para custear as ações de reparação e

compensação que fazem parte do TTAC. Como somos o principal devedor de acordo com o TTAC, temos obrigações de reembolso para com nossos acionistas com relação a essas contribuições. Com o retorno parcial da produção, a partir de abril 2021, a Samarco passa a dar suporte financeiro direto à Fundação Renova. Estima-se que o montante total a ser aportado na Renova neste ano será de R\$3,95 bilhões.

Entretanto, ao abordar os programas de reparação, deve-se pontuar que o escopo, prazos e custos previstos são estimados e sujeitos a mudanças, uma vez que dependem da conclusão de estudos, planos de ação, revisão dos programas e, também, do resultado de decisões judiciais. A execução e o andamento destas atividades podem ser acompanhadas no site da Fundação Renova, em <https://www.fundacaorenova.org/>.

REINÍCIO DAS OPERAÇÕES

Nos últimos cinco anos, promovemos as mudanças necessárias para escrever uma nova história e reconstruir as relações de confiança com a sociedade. Voltamos a operar em dezembro de 2020, de uma maneira diferente, utilizando novas tecnologias, que garantem mais segurança e menor impacto nos territórios onde atuamos.

Desde a aprovação da Licença de Operação Corretiva (LOC), em outubro de 2019, possuímos todas as licenças ambientais necessárias para o retorno das nossas atividades. Entretanto, optamos por aguardar a implantação do sistema de filtragem de rejeitos. Com aporte de R\$391,9 milhões pelos acionistas, as obras do sistema foram concluídas em dezembro de 2020, garantindo mais segurança ao possibilitar o empilhamento a seco de 80% do rejeito gerado pelo Concentrador 3. Os 20% de resíduos remanescentes, compostos por água e finos de minério do Concentrador 3, são levados para a Cava Alegria Sul, um espaço confinado em uma estrutura de formação natural rochosa que aumenta a segurança. No sistema de filtragem de rejeitos, espera-se que toda a água extraída seja reutilizada nas operações, reforçando nossas práticas de sustentabilidade.

Para o reinício da produção, reativamos um de nossos três concentradores, no Complexo de Germano, o mineroduto 2 e a usina de pelotização 4, no Complexo de Ubu. Em outubro e novembro de 2020, realizamos os comissionamentos a frio e a quente das estruturas - testes que verificam o perfeito funcionamento elétrico-mecânico dos equipamentos necessários, garantindo a segurança das operações.

Nossa retomada operacional está sendo gradual. Espera-se atualmente que a capacidade de produção inicial por meio de um concentrador seja de cerca de 7-8 milhões de toneladas de minério de ferro por ano (Mtpa), o que representa cerca de 26% de nossa capacidade produtiva total.

Atualmente, estima-se que o segundo concentrador possa ser reiniciado em aproximadamente sete anos (no início de 2028) para atingir um ritmo de produção de aproximadamente 14-16 Mtpa, e que o reinício do terceiro concentrador ocorra em cerca de nove anos (no início de 2030), alcançando uma escala de produção de cerca de 22-24 Mtpa.

Paralelamente, continuamos empenhados em buscar soluções que introduzam inovações e melhorias em nossos projetos e operações, que fortaleçam o setor e contribuam para uma mineração diferente e sustentável.

RECOMEÇO

Com o reinício gradual das operações, esperamos voltar a impactar positivamente as economias dos estados onde atuamos, Minas Gerais e Espírito Santo. Ao longo de nossa história, desempenhamos um papel importante na região e, desta forma, o retorno operacional da empresa também representa uma ação de reparação, com foco na economia local, geração de empregos e renda.

Por outro lado, sabemos dos desafios que encontraremos nos próximos anos, sejam eles internos ou externos. Em 2020, não só a Samarco, mas toda a sociedade teve que adaptar rapidamente seus padrões, costumes e procedimentos para enfrentar um novo cenário, tanto do ponto de vista da saúde quanto econômico, imposto pela pandemia da Covid 19. Adotamos uma série de medidas preventivas em todas as unidades para preservar a saúde e a segurança dos empregados diretos e indiretos e contribuir para evitar a disseminação da Covid-19 nas comunidades onde atuamos, cumprindo com todos os protocolos estabelecidos pelas autoridades de saúde.

Com segurança, foi possível conciliar as atividades de prontidão para o reinício das operações e a adoção de medidas preventivas de forma a preservar a saúde e o bem-estar de nossos empregados próprios e terceiros.

Ainda sobre os desafios para os próximos anos, destacamos o programa de descaracterização da Barragem e Cava do Germano, que está em andamento e prevê a execução das atividades em etapas a fim de garantir a conformidade com

as normas de regulamentações pertinentes, estabilidade de longo prazo dessas estruturas, bem como a reconformação do reservatório. O planejamento foi protocolado em maio de 2019 junto à Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), em atendimento à Resolução Conjunta SEMAD/FEAM nº 2.784/2019, bem como apresentado à Agência Nacional de Mineração (ANM).

A estimativa atual para as despesas relacionadas à descaracterização da barragem e cava do Germano, que não estavam sendo consideradas no plano de negócios divulgado em janeiro de 2019, é de, aproximadamente, R\$2,5 bilhões.

Cabe destacar que todas as estruturas geotécnicas de suas unidades produtivas encontram-se estáveis, são monitoradas permanentemente e possuem Declaração de Condição de Estabilidade (DCE), documento recentemente validado, em março de 2021, e que atesta o atendimento a requisitos e normas de segurança.

A segurança é e continuará sendo um valor inegociável para nós da Samarco. O Sistema Integrado de Segurança, por exemplo, que conta com o Centro de Monitoramento e Inspeção (CMI), é constantemente aperfeiçoado. Em 2018, esse sistema contava com 600 equipamentos e, em 2019, o número foi ampliado para 840 e finalizou 2020 com mais de 1.300 instrumentos de última geração.

A empresa investe de forma contínua no reforço de suas estruturas geotécnicas. Até dezembro de 2020, cerca de R\$428,9 milhões foram destinados às obras robustas de engenharia, seguindo recomendações de auditorias independentes. Registre-se que por meio de um Termo de Acordo com Ministério Público do Estado de Minas Gerais, possuímos uma auditoria externa que acompanhou todo o processo de retomada das operações, garantindo assim mais transparência ao processo.

Com relação às declarações financeiras, projeções e declarações de níveis esperados de produção, operação (incluindo ramp up), estratégia e planos de negócios contidos neste documento, a Samarco reforça que se tratam de expectativas atuais da Administração e não correspondem a declarações, que são previsões e não garantias de qualquer desempenho futuro. Quaisquer declarações prospectivas aqui contidas estão e estarão sujeitas aos riscos, incertezas, fatores externos (incluindo condições de mercado e globais e potenciais efeitos adversos da pandemia da Covid-19), litígios, mudanças na legislação e nos ambientes de negócios da Samarco, que podem levar os resultados atuais

a ser materialmente diferentes daqueles contidos em quaisquer declarações prospectivas neste documento. Em alguns casos, você pode identificar declarações prospectivas porque contêm palavras como "antecipar", "acreditar", "contemplar", "continuar", "poderia", "estimar", "esperar", "prever", "indo", "pretende", "pode", "planejar", "potencial", "prever", "projetar", "propor", "deveria", "visar", "irá", terminologia comparável, discussões de visão, estratégia ou perspectiva. Advertimos que o precedente pode não incluir todas as declarações prospectivas feitas neste documento. Desta forma, as declarações contidas neste documento foram baseadas numa série de premissas sujeitas a diversos fatores externos, riscos e incertezas.

Podemos realmente não alcançar os planos, intenções ou expectativas registradas em nossas declarações prospectivas, e não se deve confiar nas declarações prospectivas como previsões de eventos futuros. Não assumimos nenhuma obrigação de atualizar quaisquer declarações prospectivas contidas neste documento para refletir novas informações ou eventos ou circunstâncias que ocorram após suas respectivas datas de referência.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CAPÍTULO 15

Além disso, a Samarco reforça que será necessária uma reestruturação adequada das suas obrigações financeiras com acionistas e credores externos, com os quais detém uma dívida no montante aproximado de US\$8,3 bilhões. Neste sentido, para permitir que a empresa mantenha as suas atividades de produção e preserve sua função social de geração de emprego, renda e tributos, em 09 de abril de 2021, a Samarco ajuizou pedido de Recuperação Judicial (RJ) na 2ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais para renegociar sua dívida, em sua maior parte financeira, constituída por Bonds (títulos de dívida estrangeiros) e operações de Pré-pagamento de Exportações, e dívidas com nossos acionistas. O pedido foi deferido pela Justiça em 12/04/2021. Além disso, para apoiar seus esforços de reestruturação da dívida, em 19 de abril de 2021, a Samarco entrou com uma petição no Distrito Sul de Nova York buscando o reconhecimento do processo de Recuperação Judicial como um "processo principal estrangeiro" nos termos do Capítulo 15 do Código de Falências dos EUA. Em 13 de maio de 2021, o Tribunal de Falências dos EUA emitiu uma ordem concedendo a petição da Samarco e, entre outras coisas, suspendendo todas as ações contra a Samarco ou qualquer um de seus ativos dentro da jurisdição territorial dos Estados Unidos.

Deve-se ressaltar que não é esperado que a Recuperação Judicial e o processo do Capítulo 15 tenham impacto em nossas atividades operacionais e nem nas ações de reparação e compensação conduzidas pela Fundação Renova.

Reforçamos que a Samarco buscou firmar um acordo extrajudicial com os seus credores financeiros para renegociar a dívida. No entanto, diante de demandas inviáveis impostas por eles, não foi possível chegar a um bom termo das negociações. Em decorrência de medidas de execução judicial por parte de alguns de nossos credores, a empresa optou pela via protetiva da recuperação judicial.

A Samarco está buscando uma reestruturação da dívida com seus credores para restabelecer uma posição financeira independente e sustentável, com um balanço que lhe permita buscar o cumprimento de suas obrigações no TTAC, manter os empregos e, assim, beneficiar suas comunidades e governos locais e estaduais.

APRENDER PARA EVOLUIR E TRANSFORMAR

Nossas lições aprendidas e valores nos guiaram até a retomada operacional e norteiam nosso propósito de fazer uma mineração diferente, mais segura e sustentável. Estamos atentos ao cenário atual, aos riscos apresentados e, sobretudo, aos próximos desafios. Agradecemos o apoio recebido ao longo de nossa trajetória e seguiremos apoiados no diálogo constante e transparente, buscando reconstruir nossas relações de confiança para juntos aprender, evoluir e transformar.

Boa leitura.

Rodrigo Alvarenga Vilela

Diretor-presidente e Diretor de Operações

Cristina Morgan Cavalcanti

Diretora Financeira

Reuber Luiz Neves Koury

Diretor de Planejamento e Projetos



SAMARCO MINERAÇÃO S.A.

– EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas.



KPMG Auditores Independentes

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da Samarco Mineração S.A.

Belo Horizonte – MG

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Samarco Mineração S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas incorreram em prejuízos de R\$4.589.373 mil e naquela data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$38.734.486 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos nas Notas Explicativas nºs 1 e 33 e com o fato da entidade e suas controladas terem ingressado no processo de recuperação judicial, indicam a existência de incertezas significativas que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade e das referidas controladas. A reversão desta situação de prejuízo e da deficiência de capital de giro depende da homologação do plano de recuperação judicial, que ainda não foi apresentado. Em decorrência desse assunto,

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Devido a relevância do assunto descrito na seção "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir se essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

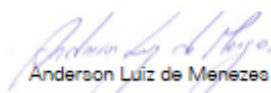
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Belo Horizonte, 27 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.



SAMARCO MINERAÇÃO S.A.

– EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações Financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro | Em milhares de Reais – R\$

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	79.938	62.617	83.846	65.792
Aplicações financeiras em caixa restrito	5	2.848	2.505	2.848	2.505
Contas a receber	6	2.274	11.126	175	9.502
Estoques	7	285.879	14.367	285.879	14.367
Tributos a recuperar	8	39.866	6.055	39.877	6.056
Despesas antecipadas		3.942	2.760	4.497	3.175
Adiantamento a fornecedores		17.509	9.194	17.509	9.194
Outras contas a receber	9	4.319	14.662	4.319	14.662
Demais ativos	10	10.438	10.330	10.502	10.395
Total do ativo circulante		447.013	133.616	449.452	135.648
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	19	1.946.192	1.906.183	1.946.192	1.906.183
Tributos a recuperar	8	76.743	76.743	76.743	76.743
Estoques	7	287.669	368.737	287.669	368.737
Adiantamento a fornecedores	30	44.085	44.085	44.085	44.085
Demais ativos	10	15.288	16.416	15.288	16.416
Investimentos	11	24.532	19.010	-	-
Imobilizado	12	20.292.630	12.810.506	20.292.641	12.810.513
Intangível	13	207.305	131.588	207.305	131.588
Total do ativo não circulante		22.894.444	15.373.268	22.869.923	15.354.265
Total do ativo		23.341.457	15.506.884	23.319.375	15.489.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro | Em milhares de Reais – R\$

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Circulante					
Fornecedores	14	258.321	252.065	258.373	252.122
Empréstimos e financiamentos	15	28.313.792	20.233.138	28.313.792	20.233.138
Encargos financeiros a pagar	15	4.767.459	2.831.708	4.767.459	2.831.708
Salários, provisões e contribuições sociais	17	29.346	24.641	29.476	24.692
Tributos a recolher	18	532.347	451.911	532.347	451.908
Provisão para imposto de renda	28	-	-	9	167
Provisões diversas	20	5.205.843	4.271.711	5.205.843	4.271.711
Demais passivos	21	98.900	61.741	76.639	44.715
Total do passivo circulante		39.206.008	28.126.915	39.183.938	28.110.161
Passivo não circulante					
Tributos a recolher	18	112.142	127.123	112.142	127.123
Dividendos	22	2.805.548	2.805.548	2.805.548	2.805.548
Provisões para contingências	19	132.726	127.320	132.726	127.320
Imposto de renda diferido	28	5.340.432	2.967.348	5.340.420	2.967.131
Provisões diversas	20	16.478.175	12.024.798	16.478.175	12.024.798
Outras contas a pagar no país de partes relacionadas	30	10.156.499	6.356.499	10.156.499	6.356.499
Demais passivos	21	130.967	49.474	130.967	49.474
Total do passivo não circulante		35.156.489	24.458.110	35.156.477	24.457.893
Patrimônio líquido	22				
Capital social		297.025	297.025	297.025	297.025
Reservas de capital		2.476	2.476	2.476	2.476
Ajustes de avaliação patrimonial		(8.468.388)	885.138	(8.468.388)	885.138
Prejuízo acumulado		(42.852.153)	(38.262.780)	(42.852.153)	(38.262.780)
Total do patrimônio líquido		(51.021.040)	(37.078.141)	(51.021.040)	(37.078.141)
Total do passivo e do patrimônio líquido		23.341.457	15.506.884	23.319.375	15.489.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais – R\$, exceto pela quantidade de ações

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receitas	23	115.646	57.191	115.646	57.191
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	(1.348.082)	(955.981)	(1.348.062)	(956.009)
Prejuízo bruto		(1.232.436)	(898.790)	(1.232.416)	(898.818)
Despesas operacionais					
Vendas	25	(93.716)	(56.604)	(93.778)	(56.337)
Gerais e administrativas	25	(66.044)	(59.752)	(66.044)	(59.752)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(3.491.927)	(16.630.166)	(3.491.972)	(16.630.180)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(222)	99	-	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(4.884.345)	(17.645.213)	(4.884.210)	(17.645.087)
Despesas financeiras, líquidas					
Receitas financeiras	27	50.587	78.038	50.592	78.042
Despesas financeiras	27	(3.540.128)	(1.845.919)	(3.540.153)	(1.845.925)
Variações cambiais líquidas	27	6.157.598	890.517	6.157.680	890.454
Prejuízo antes dos impostos sobre renda		(2.216.288)	(18.522.577)	(2.216.091)	(18.522.516)
Imposto de renda corrente	28	-	-	(197)	(61)
Imposto de renda diferido	28	(2.373.085)	(701.354)	(2.373.085)	(701.354)
Prejuízo do exercício		(4.589.373)	(19.223.931)	(4.589.373)	(19.223.931)
Prejuízo do exercício por ação – básico e diluído.				(875,28)	(3.666,38)
Quantidade de ações ao final do exercício	22			5.243.298	5.243.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais – R\$

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Prejuízo do exercício	(4.589.373)	(19.223.931)
Ajustes de conversão do exercício	(9.353.914)	(737.717)
Mensuração de obrigações de benefício pós-emprego	388	121
Outros resultados abrangentes para o exercício	(9.353.526)	(737.596)
Resultado abrangente total	(13.942.899)	(19.961.527)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais – R\$

	Capital social	Reservas de capital			Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
		Correção monetária especial do imobilizado	Ágio na subscrição de ações	Reservas de incentivos fiscais			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	297.025	785	1.681	10	1.622.734	(19.038.849)	(17.116.614)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(19.223.931)	(19.223.931)
Outros resultados abrangentes							
Ajuste de conversão do exercício	-	-	-	-	(737.717)	-	(737.717)
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	-	-	-	-	121	-	121
Resultado abrangente total	-	-	-	-	(737.596)	-	(737.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	297.025	785	1.681	10	885.138	(38.262.780)	(37.078.141)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(4.589.373)	(4.589.373)
Outros resultados abrangentes							
Ajuste de conversão do exercício	-	-	-	-	(9.353.914)	-	(9.353.914)
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	-	-	-	-	388	-	388
Resultado abrangente total	-	-	-	-	(9.353.526)	-	(9.353.526)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	297.025	785	1.681	10	(8.468.388)	(42.852.153)	(51.021.040)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais – R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício antes dos impostos sobre renda		(2.216.288)	(18.522.577)	(2.216.091)	(18.522.516)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	12 e 13	253.893	209.299	253.896	209.333
Provisão (reversão) para perda de crédito esperada	25	6.786	3	6.786	3
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques	7	(112)	26.394	(112)	26.394
Provisão (reversão) da provisão para perdas sobre ICMS – ES	26	(7.173)	(4.530)	(7.173)	(4.530)
Provisão (reversão) para recuperação socioambiental e socioeconômica	24 e 26	3.200.947	1.965.637	3.200.947	1.965.637
Provisão (reversão) descomissionamento barragem de Germano	26	(346.713)	2.533.811	(346.713)	2.533.811
Provisão aportes na Fundação Renova	26	3.800.000	2.508.000	3.800.000	2.508.000
Provisão (reversão) para realização de outros ativos		782	741	782	741
Provisão (reversão) para contingências	26	12.367	29.096	12.367	29.096
Provisão (reversão) para outros passivos		2.766	252	2.766	252
Provisão (reversão) para perda desvalorização de ativo	12 e 13	(664.993)	9.705.110	(664.993)	9.705.110
Perda de ativo imobilizado		157	2.037	157	2.037
Equivalência patrimonial	11	222	(99)	-	-
Encargos Financeiros		3.312.445	1.717.833	3.312.445	1.717.833
Variação cambial - ativos e passivos		(9.651.355)	(756.174)	(9.645.614)	(755.396)
		(2.296.269)	(585.167)	(2.290.550)	(584.195)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		2.066	(3.475)	2.541	(3.412)
Estoques		(83.149)	13.140	(83.150)	13.140
Tributos a recuperar		10.149	79.025	10.139	79.026
Depósitos judiciais		(40.009)	(67.283)	(40.009)	(67.283)
Despesas antecipadas		(968)	(909)	(1.108)	(1.271)
Demais ativos		4.333	(10.937)	4.334	(10.738)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais – R\$

CONTINUAÇÃO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		6.257	175.626	6.251	175.667
Impostos a recolher		65.454	137.789	65.662	137.738
Salários, provisões e contribuições sociais		4.705	3.339	4.785	3.274
Imposto de renda pago		(36.787)	(2.237)	(37.141)	(2.275)
Pagamento de juros de financiamentos		(831)	(949)	(831)	(949)
Demais passivos		80.902	(23.349)	75.668	(23.268)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(2.284.147)	(285.387)	(2.283.409)	(284.546)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangível		(688.772)	(760.000)	(688.777)	(760.007)
Recursos provenientes de alienação de imobilizado		-	2.759	-	2.759
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(688.772)	(757.241)	(688.777)	(757.248)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aplicações financeiras em caixa restrito		(343)	(586)	(343)	(586)
Captação de financiamentos – partes relacionadas	15	2.987.545	1.023.108	2.987.545	1.023.108
Custo amortizado - Captação de financiamentos de terceiros		3.856	4.031	3.856	4.031
Pagamento de empréstimos e financiamentos – terceiros	15	(366)	(632)	(366)	(632)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		2.990.692	1.025.921	2.990.692	1.025.921
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		(452)	(657)	(452)	(657)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		17.321	(17.364)	18.054	(16.530)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		62.617	79.981	65.792	82.322
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		79.938	62.617	83.846	65.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais – R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		123.916	65.279	123.916	65.279
Outras receitas		20.423	877.353	20.423	877.353
Receitas relativas à construção de ativos próprios		674.044	732.418	674.044	732.418
Provisão para perda de crédito esperada		(6.786)	(3)	(6.786)	(3)
		811.597	1.675.047	811.597	1.675.047
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(108.415)	(1.151.466)	(106.959)	(1.148.906)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(5.699.999)	(7.787.677)	(5.479.408)	(7.678.587)
Perda/recuperação de valores ativos		669.317	(9.734.283)	669.317	(9.734.283)
		(5.139.097)	(18.673.426)	(4.917.050)	(18.561.776)
Valor bruto		(4.327.500)	(16.998.379)	(4.105.453)	(16.886.729)
Depreciação e amortização	12 e 13	(253.893)	(209.299)	(253.896)	(209.333)
Valor líquido produzido pela Companhia		(4.581.393)	(17.207.678)	(4.359.349)	(17.096.062)
Valor recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	11	(222)	99	-	-
Receitas financeiras		6.723.803	1.056.402	6.723.807	1.056.500
		6.723.581	1.056.501	6.723.807	1.056.500
Valor total a distribuir		2.142.188	(16.151.177)	2.364.458	(16.039.562)
Distribuição do valor		2.142.188	(16.151.177)	2.364.458	(16.039.562)
Pessoal					
Remuneração direta		154.051	136.221	155.327	138.693
Benefícios		60.566	52.858	60.725	52.974
FGTS		11.866	10.460	11.866	10.460
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		2.439.918	887.589	2.660.811	996.453
Estaduais		3.537	29.787	3.537	29.787
Municipais		5.877	22.073	5.877	22.073
Remuneração de capital de terceiros					
Juros (empréstimos, financiamentos e outros)		4.055.746	1.933.766	4.055.688	1.933.929
Remuneração de capitais próprios					
Prejuízo do exercício		(4.589.373)	(19.223.931)	(4.589.373)	(19.223.931)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Samarco Mineração S.A. ("Samarco", "Companhia" ou "Controladora"), empresa de capital fechado, é uma joint venture de propriedade da Vale S.A. ("Vale") e a BHP Billiton Brasil Ltda. ("BHP Billiton Brasil"), cada uma com 50% de participação acionária. Possui sede em Belo Horizonte – Minas Gerais (MG). A Samarco opera um empreendimento integrado, no qual compreende a lavra e o beneficiamento de minério de ferro de baixo teor bem como a movimentação desse minério concentrado por minerodutos, ligando as duas unidades operacionais da Companhia, de Minas Gerais (MG) ao Espírito Santo (ES). Na unidade de Ponta Ubu, no município de Anchieta/ES, ocorrem os processos de preparação (cujo objetivo é reduzir a umidade em torno de 10%) e pelotização (transformação do minério concentrado filtrado em pelotas), nosso principal produto, e de escoamento da produção por terminal marítimo próprio (Anchieta/ES). A produção é comercializada, substancialmente, no mercado externo.

As jazidas de minério de propriedade da Samarco, anterior ao rompimento da barragem de Fundão em novembro de 2015, foram baseadas em recursos minerais localizados nas áreas de Germano/Alegria, nos municípios de Mariana e Ouro Preto, MG, que correspondiam ao volume da ordem de 7.4 bilhões de toneladas (não auditado). De acordo com o contexto técnico e econômico e considerando o recurso mineral e suas características peculiares, as reservas recuperáveis (ou lavráveis) encontravam-se na ordem de 2.9 bilhões de toneladas (não auditado) até outubro de 2015.

Após o rompimento da barragem de rejeitos Fundão, em novembro de 2015, descrito na nota explicativa 1(a) e nota explicativa 3, e a suspensão das operações nas áreas Germano/Alegria, a Companhia está revendo as reservas minerais.

A) ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Conforme detalhado na nota explicativa 3, em novembro de 2015, como consequência do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, as operações em Germano/Alegria ("complexo de Mariana") foram temporariamente suspensas por determinação de órgãos governamentais - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ("SEMAD") e Departamento Nacional de Produção Mineral ("DNPM"). Este último tornou-se a Agência Nacional de Mineração ("ANM"). A

Companhia vem trabalhando para atender às exigências legais estabelecidas pelas respectivas autoridades em relação a remediação dos impactos sociais e ambientais causados pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, por intermédio da Fundação Renova, conforme descrito na nota explicativa 3(d).

Em 23 de junho de 2016 a Samarco apresentou à SEMAD, o Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA / RIMA) do processo de licenciamento para utilização de cava para a deposição de rejeitos – SDR Cava de Alegria Sul. Em dezembro de 2016 foram realizadas audiências públicas – coordenadas pela SEMAD - nos municípios de Mariana e Ouro Preto. Para este processo foi emitida em 13 de dezembro de 2017 a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP + LI) nº 02. Em 28 de setembro de 2018, a Companhia firmou com o Ministério Público de Minas Gerais ("MPMG") Termo de Compromisso para contratação de auditoria técnica independente com o objetivo de acompanhar a implantação do SDR Cava de Alegria Sul. Considerando as revalidações das anuências concedidas pelos conselhos municipais de Mariana e Ouro Preto e esse importante alinhamento com o Ministério Público, a Samarco passou a estar apta para iniciar as atividades necessárias para as obras de preparação da Cava de Alegria Sul.

A Samarco celebrou também, com o Ministério Público de Minas Gerais e Ministério Público Federal, em 19 de setembro de 2019, termo de compromisso para realização de Auditoria Técnica Independente da análise da integridade do mineroduto II da Companhia.

Em 25 de Outubro de 2019, foi outorgada à Samarco a Licença de Operação Corretiva (LOC) nº 020/2019 para a retomada das atividades operacionais no Complexo de Germano. A licença foi aprovada pela Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM).

A obtenção da LOC significou que a Samarco agora possui todas as licenças ambientais necessárias para reiniciar suas operações.

Após cumprimento de todos os requisitos legais, em 27 de outubro de 2020 a ANM emitiu Auto de Desinterdição da Unidade de Tratamento de Minérios, possuindo então a Companhia todos os atos necessários, do ponto de vista regulatório minerário, para reinício de suas operações.

A Samarco reiniciou em dezembro de 2020 as suas operações utilizando novas tecnologias para

o empilhamento de rejeitos a seco. Dessa forma, as atividades relacionadas à extração de minério de ferro, às plantas de beneficiamento em Germano, Mariana, e à planta de pelotização no Complexo de Ubu, estão ocorrendo após a implementação de um sistema de filtragem de rejeitos de minério. A operação da planta de filtragem ocorreu em 23 de novembro de 2020. Em 2020, a Companhia executou as atividades de prontidão operacional, que inclui a manutenção de equipamentos, que também foram de suma importância e que possibilitará retornar suas operações.

A retomada das atividades da Samarco é acompanhada por expert do Ministério Público de Minas Gerais, conforme Termo de Compromisso firmado pela Samarco e MPMG em 09 de setembro de 2019.

Em 02 de março de 2016, a Samarco e seus acionistas, Vale e BHP Billiton Brasil, firmaram Termo de Transação e Ajustamento de Conduta, ("TTAC") conforme nota explicativa 3(d).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, Vale e a BHP Billiton Brasil contribuíram com R\$ 5.809.102, divididos entre aportes à Fundação Renova e empréstimos de curto prazo à Samarco. Os aportes à Fundação Renova visam à continuidade dos programas de reparação e compensação, social e ambiental, para cumprir com as obrigações previstas no TTAC. Já os empréstimos de curto prazo apoiaram os trabalhos de estabilização das barragens e às necessidades de capital de giro e dos programas do TTAC executados e controlados pela Samarco. Os recursos são liberados para a Fundação Renova e para Samarco conforme necessidade e quando atendidos os marcos de execução estabelecidos.

Conforme mencionado na nota explicativa 3(m), como resultado do rompimento da barragem, a Samarco é parte em vários processos judiciais e administrativos, cíveis, ambientais e trabalhistas, para os quais a Companhia não pode estimar, de forma precisa, os resultados e consequências finais.

B) CONTINUIDADE (GOING CONCERN)

As principais operações da Samarco consistem no empreendimento integrado de mineração e concentração de minério de ferro de baixa qualidade no município de Mariana, no Estado de Minas Gerais, bem como no transporte desse minério concentrado das usinas da Companhia localizadas em Minas Gerais para as plantas de preparação e pelotização no Espírito Santo, através de minerodutos, e consequente exportação através

de terminal portuário próprio.

Devido ao rompimento da barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015 descrito na nota explicativa 1(a) e nota explicativa 3, as operações de extração e transformação foram suspensas. Isso afetou significativamente a capacidade da Companhia de gerar fluxos de caixa positivos e cumprir suas obrigações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui patrimônio líquido negativo em R\$ 51.021.040 (R\$ 37.078.141 negativo em 31 de dezembro de 2019) na Controladora e no Consolidado e o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 38.758.995 (R\$ 27.993.299 em 31 de dezembro de 2019) na Controladora e R\$ 38.734.486 (R\$ 27.974.513 em 31 de dezembro de 2019) no Consolidado. Para o exercício de 2020, a Companhia também reconheceu fluxos de caixa negativos de operações de R\$ 2.284.147 (R\$ 285.387 negativo em 2019) na Controladora e R\$ 2.283.409 (R\$ 284.546 negativo em 2019) no Consolidado.

Conforme divulgado na nota explicativa 15, "Empréstimos e Financiamentos", a Companhia não atendeu algumas obrigações presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos. Como consequência desses não-cumprimentos todos os empréstimos e financiamentos foram reclassificados para o curto prazo, os quais também refletem os juros acumulados sobre as parcelas vencidas e a aplicação de juros de mora. A Companhia possui empréstimos e financiamentos (incluindo encargos financeiros a pagar) no valor total de R\$ 33.081.251 (R\$ 23.064.846 em 31 de dezembro de 2019), na Controladora e no Consolidado, os quais estão classificados como circulante em 31 de dezembro de 2020.

Adicionalmente, a Samarco também é parte em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, trabalhistas e ambientais, conforme divulgado na nota explicativa 3(m). A Samarco negociou junto a entidades públicas o TTAC e outros acordos, em algumas ações relevantes, o que criou obrigações para a Companhia, de acordo com os termos de tais instrumentos. Além disso, em vários desses processos, a Companhia está sujeita a medidas cautelares, como depósitos judiciais compulsórios e bloqueio de contas, o que pode afetar ainda mais a sua disponibilidade de caixa. Resultados desfavoráveis relacionados a esses litígios existentes podem agravar significativamente a posição patrimonial da Companhia.

Vale e BHP Billiton Brasil forneceram financiamento para Samarco e foram chamadas a cumprir as atuais obrigações primárias da Samarco no âmbito do

TTAC. No ano de 2020, foram realizados aportes pelos acionistas nos montantes de R\$ 3.800.000 relativamente à Fundação Renova e R\$ 2.009.102 na Samarco, sendo esse último subdividido em R\$ 1.896.938 para suportar as atividades operacionais da Companhia e R\$ 112.164 para arcar com as despesas dos programas do TTAC ainda sob a tutela da Samarco. Os empréstimos da Vale e da BHP Billiton Brasil à Samarco, serão depositados para a Samarco somente conforme exigido de tempos em tempos e sujeitos à aprovação de orçamento proposto para o período em que os montantes serão destinados.

Vale ressaltar que em fevereiro de 2019, ocorreu uma mudança na legislação que envolve políticas de segurança de barragens (Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, Política Estadual de Segurança de Barragens). Em consonância com a lei supracitada, a resolução conjunta SEMAD/FEAM nº 2.784, de 21 de março de 2019, decreta, dentre outras determinações, a descaracterização de todas as barragens de contenção de rejeitos que utilizem ou utilizaram o método de alteamento a montante, provenientes de atividades minerárias, existentes no estado de Minas Gerais.

Diante desta determinação, considerando-se ainda o Parecer Técnico nº 02/2019 – SPM/GSBM-GFAM/LPN-ESGJ, com novo entendimento, retorna a estrutura Cava de Germano para o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração – CNBM, no Sistema Integrado de Gestão para Barragens de Mineração – SIGBM, inviabilizando-a como uma opção de disposição de rejeitos por ser uma estrutura que teve alteamento pelo método a montante.

Adicionalmente, face à nova legislação e visando maior segurança na retomada das operações (conforme mencionado na nota explicativa 1(a)), a Samarco revisou o projeto de disposição de rejeito, com destaque para: (i) retirada do dique de contenção da Cava de Alegria Sul, adotando, então, o sistema de disposição em “cava confinada”; e (ii) execução do Projeto da Filtragem que viabilizou o desaguamento dos rejeitos arenosos de forma a permitir a disposição desse material em pilhas, possibilitando assim o aumento da vida útil das estruturas já existentes.

Apesar de todo esse cenário desafiador, no final de novembro de 2020 a Companhia finalizou a prontidão operacional da Filtragem de rejeitos. Os avanços físicos da prontidão operacional dos sites de Germano, Mineroduto e Ubu encontram-se praticamente concluídos na posição de dezembro de 2020. Os equipamentos de toda a cadeia

produtiva foram testados nos comissionamentos a frio (sem carga) e a quente (com carga). Em dezembro de 2020, a Samarco vendeu o volume de 36,359 toneladas secas de finos de minério. O primeiro embarque de pelotas ocorreu em janeiro de 2021.

A retomada das operações será gradual. A Samarco irá manter o atendimento de forma tempestiva de todos os compromissos ambientais assumidos na Licença de Operação Corretiva – LOC nº20/2019.

A Samarco ajuizou em 09 de abril de 2021 pedido de Recuperação Judicial (“RJ”) à Justiça de Minas Gerais. O pedido foi deferido em 12 de abril de 2021. Tal processo visa permitir a renegociação de sua dívida, que quase em sua totalidade é financeira, e constituída por Bonds (títulos de dívida estrangeiros) e operações de pré-pagamento de exportações, conforme divulgado na nota explicativa 33. A Companhia entende que tal medida não altera o plano de continuidade da Samarco.

C) PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA COMPANHIA

A Samarco participa nas seguintes empresas, e em conjunto com as mesmas é denominada Grupo.

- **Samarco Iron Ore Europe B.V. (“Samarco Europe”) - participação direta de 100%** - sediada na Holanda, constituída em 13 de outubro de 2000, com o objetivo de prestar serviços de operações de marketing e vendas de minério de ferro produzido pela Samarco. Adicionalmente efetua suporte aos clientes por meio de seminários técnicos e estudos de mercado.
- **Samarco Asia Ltd. (“Samarco Asia”) - participação indireta de 100%** - sediada em Hong Kong, adquirida em 10 de julho de 2001 pela Samarco Europe, com o objetivo de prestar serviços de marketing e vendas por meio de representação comercial na região do Pacífico Asiático.
- **Samarco Finance Ltd. (“Samarco Finance”) - participação direta de 100%** - sediada nas Ilhas Cayman, constituída em 21 de fevereiro de 2000, com o objetivo de otimizar as operações de comércio exterior da Companhia, visando promover a exportação (revenda) de minério de ferro adquirido da Companhia para clientes designados e, também, como via de captação de recursos financeiros no mercado internacional para posterior repasse à Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A demonstração do valor adicionado foi preparada adicionalmente conforme o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 27 de maio de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas nº 2.5 até nº 2.20.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.2.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo

Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

B) BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A) JULGAMENTOS

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 12: Prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

Nota explicativa 3 (g) e 19: As contingências são analisadas pela Administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

Nota explicativa 28: Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda: quando não está claro como a legislação tributária se aplica a determinada transação ou circunstância.

B) USO DE ESTIMATIVAS

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição,

as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As informações sobre as incertezas relacionadas à estimativas e premissas em 31 de dezembro de 2020 que apresentam um risco significativo com probabilidade de resultar em um ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas abaixo.

(I) Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica

A provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica é constituída quando da identificação de uma área impactada ou requerimento de reparação de danos incorridos, que geram uma obrigação presente para a Companhia. Este processo envolve estimativas complexas na determinação do montante de desembolso futuro esperado pela Administração e seus consultores externos, conforme divulgado na nota explicativa 3.

(II) Imposto de renda

O Imposto de renda (corrente e diferido) é calculado de acordo com interpretações decorrentes da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável futuro a qual é baseada em fluxos de caixa futuros, conforme divulgado na nota explicativa 28.

(III) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia anualmente para os ativos com vida útil definida, a existência de indicadores de impairment, e em havendo indicadores a recuperabilidade de seus ativos tangíveis e intangíveis, segregados por unidade geradora de caixa, é testada. Usualmente é utilizado o critério do fluxo de caixa descontado que depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada, conforme divulgado na nota explicativa 12.1.

(IV) Reservas minerais e vida útil das minas

As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas, conforme divulgado na nota explicativa 13.1. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação e das análises de *impairment*.

Após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em novembro de 2015, e a suspensão temporária das operações nas áreas Germano / Alegria, a Companhia está revendo recursos e reservas da operação.

(V) Desmobilização de ativos

A Companhia reconhece obrigação para desmobilização de ativos e recuperação ambiental no período em que elas ocorrerem. A referida provisão é apurada considerando o valor presente dos fluxos de caixa necessários para a desmobilização dos ativos e para realização da recuperação ambiental. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente, conforme divulgado em nota explicativa 20.

(VI) Provisão para contingências

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pela Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, e que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação

é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

2.3 CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que incluem as demonstrações financeiras das controladas, foram elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e os dispositivos legais aplicáveis. Saldos, quaisquer receitas, despesas e lucros não realizados e derivados de transações intragrupos são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida.

A) CONTROLADAS

Compreendem todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na entidade e pode influenciar os seus retornos devido ao poder que exerce sobre elas. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

(B) OPERAÇÕES EM CONJUNTO

Uma operação em conjunto é um empreendimento conjunto que envolve o uso de ativos e outros recursos dos empreendedores. Cada empreendedor utiliza seus próprios recursos em busca de operações conjuntas. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, ativos, passivos, receitas e despesas relacionadas aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizadas individualmente nas demonstrações financeiras. A Companhia possui participação de 49% na Usina Hidrelétrica de Guilman-Amorim, sendo que os 51% restantes da operação conjunta pertencem ao parceiro Arcelor Mittal Brasil S.A.

(C) INVESTIMENTOS

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras das empresas investidas. As demonstrações financeiras de investimentos sediados no exterior foram elaboradas adotando-se as práticas contábeis compatíveis com as observadas pela Companhia. As controladas possuem a mesma moeda funcional da controladora, o Dólar norte-americano.

2.4 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

(A) MOEDA FUNCIONAL

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo foram mensurados em dólares norte-americanos (US\$) que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que operam, geram e consomem caixa.

(B) MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Em atendimento a legislação brasileira, essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais, utilizando os seguintes critérios:

- Ativos e passivos são convertidos, utilizando-se a taxa de fechamento na data do respectivo balanço.
- Contas de resultado, resultado abrangente, demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado pelas taxas das datas das transações.
- Patrimônio líquido ao valor histórico de formação.

As variações cambiais resultantes da conversão acima referida são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial".

(C) TRANSAÇÕES E SALDOS

As operações em moedas diferentes da moeda funcional da Companhia são convertidas para a sua moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio

vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são

reconhecidos na demonstração do resultado no resultado financeiro.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, na moeda funcional US\$, estão demonstradas a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL US\$

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	15.367	15.520	16.119	16.307
Aplicações financeiras em caixa restrito	548	622	548	622
Contas a receber	424	2.753	24	2.353
Estoques	55.018	3.565	55.018	3.565
Tributos a recuperar	7.672	1.502	7.674	1.503
Despesas antecipadas	759	685	865	788
Adiantamento a fornecedores	3.370	2.281	3.370	2.281
Outras contas a receber	831	3.638	831	3.638
Demais ativos	2.002	2.557	2.003	2.557
Total do ativo circulante	85.991	33.123	86.452	33.614
Ativo não circulante				
Depósitos judiciais	374.549	472.986	374.549	472.986
Tributos a recuperar	14.769	19.042	14.770	19.043
Estoques	55.362	91.496	55.362	91.496
Adiantamento a fornecedores	8.484	10.939	8.484	10.939
Demais ativos	2.943	3.909	2.943	3.909
Investimentos	4.721	4.716	-	-
Imobilizado	3.905.358	3.178.706	3.905.360	3.178.708
Intangível	39.896	32.652	39.896	32.652
Total do ativo não circulante	4.406.082	3.814.446	4.401.364	3.809.733
Total do ativo	4.492.073	3.847.569	4.487.816	3.843.347

BALANÇO PATRIMONIAL
US\$

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Passivo circulante				
Fornecedores	49.717	62.584	49.731	62.601
Empréstimos e financiamentos	5.449.047	5.020.505	5.449.047	5.020.505
Encargos financeiros a pagar	917.507	702.640	917.507	702.640
Salários, provisões e contribuições sociais	5.662	6.129	5.687	6.141
Tributos a recolher	102.452	112.134	102.452	112.134
Provisão para imposto de renda	-	-	2	41
Provisões diversas	1.001.875	1.059.952	1.001.875	1.059.952
Demais passivos	19.118	15.333	14.822	11.093
Total do passivo circulante	7.545.378	6.979.277	7.541.123	6.975.107
Passivo não circulante				
Tributos a recolher	21.582	31.543	21.582	31.543
Dividendos	539.933	696.148	539.933	696.148
Provisões para contingências	25.562	31.610	25.562	31.610
Imposto de Renda Diferido	1.027.777	736.296	1.027.775	736.243
Provisões diversas	3.171.258	2.983.747	3.171.258	2.983.747
Outras contas a pagar no país de partes relacionadas	1.954.639	1.577.256	1.954.639	1.577.256
Demais passivos	25.205	12.277	25.205	12.278
Total do passivo não circulante	6.765.956	6.068.877	6.765.954	6.068.825
Patrimônio líquido				
Capital social	409.774	409.774	409.774	409.774
Reservas de capital	1.619	1.619	1.619	1.619
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.189)	(1.264)	(1.189)	(1.264)
Prejuízo acumulado	(10.229.465)	(9.610.714)	(10.229.465)	(9.610.714)
Total do patrimônio líquido	(9.819.261)	(9.200.585)	(9.819.261)	(9.200.585)
Total do passivo e do patrimônio líquido	4.492.073	3.847.569	4.487.816	3.843.347

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

US\$

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas	24.658	14.546	24.658	14.546
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(258.933)	(241.360)	(258.933)	(241.360)
Prejuízo bruto	(234.275)	(226.814)	(234.275)	(226.814)
Despesas operacionais				
Vendas	(20.263)	(15.739)	(20.237)	(15.671)
Gerais e administrativas	(13.026)	(15.223)	(13.026)	(15.223)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(642.614)	(4.206.713)	(642.623)	(4.206.717)
Resultado de equivalência patrimonial	5	35	-	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(910.173)	(4.464.454)	(910.161)	(4.464.425)
Despesas financeiras, líquidas				
Receitas financeiras	9.866	20.069	9.867	20.070
Despesas financeiras	(702.123)	(388.743)	(702.128)	(388.744)
Variações cambiais, líquidas	1.335.942	211.798	1.335.958	211.785
Prejuízo antes dos impostos sobre renda	(266.488)	(4.621.330)	(266.464)	(4.621.314)
Imposto de renda corrente	-	-	(24)	(16)
Imposto de renda diferido	(352.263)	(161.115)	(352.263)	(161.115)
Prejuízo do exercício	(618.751)	(4.782.445)	(618.751)	(4.782.445)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

US\$

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Prejuízo do exercício	(618.751)	(4.782.445)
Mensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	75	30
Outros resultados abrangentes para o exercício	75	30
Resultado abrangente total	(618.751)	(4.782.445)

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
US\$

	Capital social	Reservas de capital		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
		Ágio na subscrição de ações	Reservas de incentivos fiscais			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	409.774	1.616	3	(1.294)	(4.828.269)	(4.418.170)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(4.782.445)	(4.782.445)
Outros resultados abrangentes						
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	-	-	-	30	-	30
Resultado abrangente total	-	-	-	30	-	30
Saldo em 31 de dezembro de 2019	409.774	1.616	3	(1.264)	(9.610.714)	(9.200.585)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(618.751)	(618.751)
Outros resultados abrangentes						
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	-	-	-	75	-	75
Resultado abrangente total	-	-	-	75	-	75
Saldo em 31 de dezembro de 2020	409.774	1.616	3	(1.189)	(10.229.465)	(9.819.261)

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS
DE CAIXA**
US\$

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos sobre renda	(266.488)	(4.621.330)	(266.464)	(4.621.314)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	100.064	91.254	100.064	91.265
Provisão para perda de crédito esperada	1.364	5	1.364	5
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques	(20)	6.418	(20)	6.418
Provisão (reversão) da provisão para perdas sobre ICMS – ES	(1.338)	(1.134)	(1.338)	(1.134)
Provisão (reversão) para recuperação socioambiental e socioeconômica	599.954	587.812	599.954	587.812
Provisão (reversão) descomissionamento barragem de Germano	(65.323)	653.129	(65.323)	653.129
Provisão aportes na Fundação Renova	724.532	629.858	724.532	629.858
Provisão (reversão) para realização de outros ativos	140	196	140	196
Provisão (reversão) para contingências	2.359	6.322	2.359	6.322
Provisão (reversão) para outros passivos	541	86	541	86
Provisão (reversão) para perda desvalorização de ativo	(668.367)	2.408.156	(668.367)	2.408.156
Perda de ativo imobilizado	263	956	263	956
Equivalência patrimonial	(5)	(35)	-	-
Encargos Financeiros	644.461	361.014	644.461	361.014
Variação cambial – ativos e passivos	(1.598.709)	(274.624)	(1.598.656)	(274.624)
	(526.572)	(151.917)	(526.490)	(151.855)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	967	(718)	967	(718)
Estoques	(15.299)	4.480	(15.299)	4.480
Tributos a recuperar	1.231	20.380	1.230	20.379
Depósitos judiciais	(12.533)	(15.011)	(12.533)	(15.011)
Despesas antecipadas	(74)	(309)	(77)	(399)
Demais ativos	4.107	(2.105)	4.106	(2.055)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(11.841)	42.087	(11.844)	42.096
Impostos a recolher	9.241	27.946	9.240	27.936

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS
DE CAIXA**
US\$

CONTINUAÇÃO	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Salários, provisões e contribuições sociais	323	885	336	868
Imposto de renda pago	(7.080)	(540)	(7.143)	(552)
Pagamento de juros de financiamentos	(164)	(228)	(164)	(228)
Demais passivos	18.237	(8.207)	18.181	(8.012)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(539.457)	(83.257)	(539.490)	(83.071)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	(48.588)	(185.258)	(48.590)	(185.261)
Recursos provenientes de alienação de imobilizado	-	658	-	658
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(48.588)	(184.600)	(48.590)	(184.603)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aplicações financeiras em caixa restrito	74	(127)	74	(127)
Captação de financiamentos - partes relacionadas	586.292	261.418	586.292	261.418
Custo amortizado - Captação de financiamentos de - terceiros	1.693	1.768	1.693	1.768
Pagamento de empréstimos e financiamentos – terceiros	(70)	(150)	(70)	(150)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	587.989	262.909	587.989	262.909
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	(97)	(159)	(97)	(159)
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(153)	(5.107)	(188)	(4.924)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.520	20.627	16.307	21.231
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15.367	15.520	16.119	16.307

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR
ADICIONADO**
US\$

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	26.312	16.599	26.312	16.599
Outras receitas	3.625	229.151	3.625	229.151
Receitas relativas à construção de ativos próprios	128.095	245.560	128.095	245.560
Provisão (reversão) da provisão para perda de crédito esperada	(1.364)	(5)	(1.364)	(5)
	156.668	491.305	156.668	491.305
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	26.305	(350.629)	26.581	(349.976)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.604.564)	(1.987.289)	(1.575.916)	(1.959.248)
Perda/recuperação de valores ativos	669.824	(2.415.726)	669.824	(2.415.725)
	(908.435)	(4.753.644)	(879.511)	(4.724.949)
Valor bruto	(751.767)	(4.262.339)	(722.843)	(4.233.644)
Depreciação e amortização	(100.064)	(91.254)	(100.064)	(91.265)
Valor líquido produzido pela Companhia	(851.831)	(4.353.593)	(822.907)	(4.324.909)
Valor recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	5	35	-	-
Receitas financeiras	1.457.670	251.913	1.457.671	251.908
	1.457.675	251.948	1.457.671	251.908
Valor total a distribuir	605.844	(4.101.645)	634.764	(4.073.001)
Distribuição do valor	605.844	(4.101.645)	634.764	(4.073.001)
Pessoal				
Remuneração direta	29.502	34.323	29.747	34.947
Benefícios	11.658	13.381	11.689	13.410
FGTS	2.280	2.632	2.280	2.632
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	365.229	208.469	393.884	236.452
Estaduais	769	7.394	769	7.394
Municipais	1.172	5.812	1.172	5.812
Remuneração de capital de terceiros				
Juros (empréstimos, financiamentos e outros)	813.985	408.789	813.974	408.797
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício	(618.751)	(4.782.445)	(618.751)	(4.782.445)

2.5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ATIVOS FINANCEIROS

A classificação de ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais (binômio fluxo de caixa contratual e modelo de negócios), conforme resumo demonstrado abaixo:

CATEGORIAS / MENSURAÇÃO	CONDIÇÕES PARA DEFINIÇÃO DE CATEGORIA
Custo amortizado	Os ativos financeiros (AF) mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios (MN) da empresa.
A valor justo por meio de resultados abrangentes ("VJORA")	Não há definição específica quanto à manutenção dos AF para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou realizar a venda dos AF no MN da empresa.
A valor justo por meio de resultado ("VJR")	Todos os outros ativos financeiros

Para o caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, a Companhia tem como política investir seus recursos em bancos de primeira linha, com classificação mínima de rating A- pela Standard & Poor's ou equivalente (A- Fitch, A3 Moody's).

O contas a receber de clientes e outros recebíveis são classificados ao custo amortizado. Suas respectivas classificações entre custo amortizado, VJR e VJORA estão apresentadas na nota explicativa 31.2.

Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações regulares correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

A Companhia e suas controladas baixam um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transferem o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

PASSIVOS FINANCEIROS

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem os empréstimos, financiamentos e

debêntures, contas a pagar a fornecedores e obrigações com empresas ligadas e outras contas a pagar conforme divulgado na nota explicativa 31.2.

Os mencionados passivos financeiros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o CPC 48 – Instrumentos financeiros requer um modelo de perdas de crédito esperadas. O modelo de perdas de crédito esperadas requer que o Grupo contabilize as perdas de crédito esperadas e as variações nessas perdas de crédito esperadas em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros. Em outras palavras, não é mais necessário que um evento de crédito ocorra antes que as perdas de crédito sejam reconhecidas.

Especificamente, o CPC 48 requer que a Companhia reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre:

- (1)** Investimentos em instrumentos da dívida subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes,
- (2)** Valores a receber de arrendamento,
- (3)** Contas a receber e ativos de contrato, e
- (4)** Contratos de garantia financeira aos quais as exigências de redução ao valor recuperável do CPC48 (IFRS 9) são aplicáveis.

Em particular, a CPC 48 requer que a Companhia mensure a provisão para perdas para um instrumento financeiro em valor equivalente à perda de crédito esperada (PCE) durante a vida útil se o risco de crédito relacionado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, ou se o instrumento financeiro corresponder a um ativo financeiro

sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado. Porém, se o risco de crédito relacionado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial (exceto para um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado), o Grupo deve mensurar a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses.

A Companhia revisa periodicamente suas premissas para constituição da provisão para risco de crédito. Para o contas a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda de crédito esperada, conforme divulgado na nota explicativa 6, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência ao longo da vida do instrumento financeiro, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas.

2.6 CONTAS A RECEBER

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços, e são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para redução de preço de vendas é constituída com base na volatilidade do mercado de minério de ferro no cenário mundial. Baseado na tendência de queda do preço de minério de ferro. A Administração realiza avaliação individual dos contratos de cada cliente e constitui provisão no montante suficiente para cobrir eventuais perdas, conforme critérios já divulgados na nota explicativa 2.5.

2.7 ESTOQUES

São avaliados ao custo médio de compras ou produção, que não excede aos valores de mercado ou de realização.

A Samarco utiliza o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

2.8 IMOBILIZADO

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e inclui os encargos financeiros capitalizados.

São elementos que integram o custo de um componente do ativo imobilizado:

- Preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.
- Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e a condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração.
- A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual ele está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a Companhia incorre quando o item é adquirido ou são consequência de usá-lo durante determinado período.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

A depreciação e a amortização são iniciadas a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso. Para os itens diretamente relacionados às respectivas áreas produtivas a depreciação é calculada com base no método das unidades produzidas. Para os restantes a depreciação é calculada com base no método de depreciação e amortização linear considerando os anos divulgados na nota explicativa 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Os ganhos e as perdas na alienação de um ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, sendo registrados de forma líquida em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.9 INTANGÍVEL

Ativos intangíveis adquiridos separadamente compreendem os direitos de passagem, direitos minerários e softwares e são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas referentes ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada, conforme nota explicativa 13 e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável.

REMOÇÃO DE ESTÉRIL PARA ACESSAR OS DEPÓSITOS DE MINÉRIO

O custo de estéril (custos associados à remoção de estéril e outros resíduos) incorrido durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, é capitalizado como parte do custo depreciable do ativo em desenvolvimento. Tais custos são amortizados pelo período da vida útil da mina, baseado nas reservas provadas e prováveis.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério, e serão amortizados ao longo da vida útil da jazida.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros for prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são apresentados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

2.10 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT) DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os valores contábeis dos ativos não financeiros de vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os ativos que tem uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. No caso de ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes, por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado do período de recuperação do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados, no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A partir de novembro de 2015, e ao incremento nos custos esperados com reparação socioambiental e socioeconômica, a Administração realiza anualmente testes para avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment), conforme divulgado nas notas explicativas 12 e 13.

2.11 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo desses ativos quando é provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo possa ser mensurado com segurança. Os demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

2.13 PROVISÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS, RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E SOCIOECONÔMICA

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(A) OBRIGAÇÕES COM DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

Uma obrigação para desmobilização de ativos é reconhecida quando existe uma obrigação legal ou construtiva de realizar recuperação resultantes

de distúrbios ambientais, com base em um plano de desmobilização de ativos detalhado e aprovado. Os gastos para fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades estão registrados como obrigações com desmobilização de ativos. As obrigações consistem principalmente de custos associados a encerramento de atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo imobilizado, sendo depreciado pelo período de vida útil do ativo.

(B) RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E SOCIOECONÔMICA

A provisão socioambiental e socioeconômica é registrada de acordo com as determinações das autoridades competentes, inclusive no âmbito dos acordos firmados em 2 de março de 2016 e 25 de junho de 2018 (notas explicativas 1 e 3). A provisão para recuperação ambiental é constituída quando da identificação de uma área impactada que gera uma obrigação para a Companhia. Um passivo para reparação de danos sociais é reconhecido quando da identificação de necessidade de desembolsos futuros decorrentes de eventos passados relativos a danos cíveis, e, quando há uma estimativa confiável das obrigações.

2.14 AJUSTE A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos monetários são ajustados por seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.15 IMPOSTO DE RENDA

A Companhia calcula o imposto de renda com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, são constituídos créditos tributários diferidos na proporção da probabilidade que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra

os quais serão utilizados. Este é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados e apresentados pelo líquido no balanço caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Companhia possui o benefício da exportação incentivada, o qual se refere à redução do imposto de renda com base na apuração do lucro da exploração de minerais abundantes.

A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado, a qual considera inconstitucional a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") portanto, não tributa e recolhe a referida contribuição, conforme mencionado na nota explicativa 19.

2.16 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(A) OBRIGAÇÃO DE APOSENTADORIA

O plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (ValiaPrev) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados quando devidas.

Para a parcela de benefício definido, existente no plano (ValiaPrev), que representa a obrigação construtiva a Companhia realiza o cálculo atuarial. Quando os benefícios do plano são ampliados, a parcela do aumento do benefício relativo ao serviço passado de empregados é reconhecida imediatamente no resultado.

A obrigação de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido, menos o valor justo dos ativos do plano na data do balanço e é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de

vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Entretanto, nenhum ativo é reconhecido por não haver previsão no estatuto do plano de reembolso à Companhia ou redução de contribuições futuras.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

(B) ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Companhia concede benefícios que envolvem seguro de vida e plano de assistência médica aos empregados e dependentes dos empregados, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

2.17 CAPITAL SOCIAL

A ação ordinária corresponde ao direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

2.18 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores referentes à parcela que excede ao mínimo obrigatório requerido por lei ou estatutariamente são mantidos em conta específica no patrimônio líquido, e somente são provisionados quando da deliberação definitiva que venha a ser tomada pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

2.19 APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem custos, despesas e receitas, bem como os rendimentos, encargos e as variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. Do resultado, são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda.

De acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, o reconhecimento de receita de contratos com clientes é baseada na transferência

do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (at a point in time) ou ao longo do tempo (over time), conforme a satisfação ou não das denominadas “obrigações de performance contratuais”. A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

(A) RECONHECIMENTO DE RECEITA DE VENDAS DE PRODUTOS

A receita é reconhecida no momento em que as obrigações de performance contratuais são atendidas. Em nosso caso, como a parte majoritária das vendas envolvem FOB (Free-on-Board), a obrigação de desempenho é atendida quando o produto é entregue ao transportador. Quando ocorre uma incerteza sobre a realização de valor já incluído na receita, o valor incobrável, ou o valor com respeito ao qual a recuperação tenha deixado de ser provável, é reconhecida provisão para ajuste de preço ou perda diretamente como despesa.

(B) RECONHECIMENTO DE RECEITAS DE SERVIÇOS

A Companhia vende serviços logísticos no porto de sua propriedade. A receita de serviços é reconhecida no momento que as obrigações de performance contratuais são atendidas. Quando ocorre uma incerteza sobre a realização de valor já incluído na receita, o valor incobrável, ou o valor cuja recuperação tenha deixado de ser provável, é reconhecido como despesa.

(C) RECEITAS FINANCEIRAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor

justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

Os efeitos do desconto de ativos e passivos previamente ajustados a seu valor presente são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.20 ARRENDAMENTO MERCANTIL

O Grupo aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

Para os contratos antes de 1º de janeiro de 2019, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso

são mensurados por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

3. EVENTO SIGNIFICATIVO – ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Em virtude do rompimento da Barragem de rejeitos de Fundão, ocorrido em 05 de novembro de 2015, a Samarco incorreu em relevantes impactos contábeis, especialmente relacionados a gastos relativos às medidas de prevenção, reparação, contenção e compensação dos danos materiais, ambientais e sociais resultantes do rompimento da barragem.

A Samarco incorreu em gastos e possui provisões para desembolsos futuros que foram contabilizados e divulgados de acordo com o CPC 25 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes".

Os impactos contábeis relevantes, advindos do evento significativo, no Balanço Patrimonial, nas Demonstrações do Resultado e nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão descritos a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo Circulante	Nota	2020	2019
Adiantamento a fornecedores	(a)	10.430	8.089
Total ativo circulante		10.430	8.089
Não circulante			
Depósitos Judiciais	(b)	349.946	337.797
Total do ativo não circulante		349.946	337.797

Passivo Circulante

Fornecedores	(c)	(15.306)	(28.443)
Provisões diversas	(d)	(4.743.522)	(4.023.333)
Demais Passivos (SEMAD)	(e)	(30.985)	(30.304)
Total passivo circulante		(4.789.813)	(4.082.080)
Não circulante			
Provisões diversas	(d)	(12.292.811)	(8.148.418)
Outras contas a pagar no país de partes relacionadas	(f)	(10.156.499)	(6.356.498)
Demais Passivos LP (SEMAD)	(e)	(15.359)	(45.197)
Total não circulante		(22.464.669)	(14.550.113)

Passivo Líquido

(26.894.106) (18.286.307)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2020	2019
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(g)	(27.121)	(87.190)
Prejuízo bruto		(27.121)	(87.190)
Despesas operacionais			
Provisão aportes na Fundação Renova	(f)	(3.800.000)	(2.508.000)
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	(d)	(3.216.112)	(1.955.076)
Despesas com recuperação socioambiental e socioeconômica	(h)	(194.160)	(200.210)
Reversão para capitalização de despesas	(h)	-	329.290
Despesas aporte patrimonial Fundação Renova	(d)	(9.263)	(490.000)
Multas provenientes de recuperação socioambiental e socioeconômica		-	(195)
Prejuízo (lucro) operacional antes do resultado financeiro		(7.246.656)	(4.911.381)
Despesas financeiras provisão de recuperação socioambiental e socioeconômica		(1.663.636)	(665.979)
Juros SEMAD		(1.422)	(4.343)
Resultado financeiro	(i)	(1.665.058)	(670.322)
Prejuízo antes dos impostos sobre renda		(8.911.714)	(5.581.703)
Imposto de renda diferido		-	(13.285)
Prejuízo do exercício		(8.911.714)	(5.594.988)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Prejuízo antes dos impostos sobre renda	(8.911.714)	(5.581.703)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Provisão (reversão) para recuperação socioambiental e socioeconômica	3.216.112	1.955.076
Provisão aporte Fundação Renova pelos acionista Vale/BHP Billiton Brasil	3.800.000	2.508.000
Encargos Financeiros	1.663.636	665.979
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Depósitos judiciais	(12.149)	4.145
Adiantamento a fornecedores	(2.341)	(2.928)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(13.137)	6.440
Outros Passivos (SEMAD)	(29.157)	(25.070)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(288.750)	(470.061)
Redução total líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(288.750)	(470.061)

(A) ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 10.430 (R\$ 8.089 em 31 de dezembro de 2019) refere-se ao adiantamento a fornecedor relativo a contratação dos especialistas e de consultorias de suporte ao Ministério Público Federal.

(B) DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de depósitos judiciais está registrado no ativo no montante de R\$ 349.946 (R\$ 337.797 em 31 de dezembro de 2019) e sua composição encontra-se detalhada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Cíveis	348.047	336.100
Ambientais	148	140
Trabalhista	1.751	1.557
Total	349.946	337.797

(C) FORNECEDORES

Refere-se aos valores a pagar de R\$ 15.306 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 28.443 em 31 de dezembro 2019), relacionados aos gastos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão.

(D) PROVISÕES DIVERSAS

Em 02 de março de 2016, a Samarco, em conjunto com seus acionistas Vale e BHP Billiton Brasil, firmou o TTAC, nos autos da Ação Civil Pública movida pela União e outros, nº0069758-61.2015.4.01.3400, em curso perante a 12ª Vara Federal em Belo Horizonte/MG, no sentido de estabelecer os programas, que compreendem medidas e ações para reparações e compensações socioambientais e socioeconômicas decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

Importante notar que figuram como partes do TTAC, além da Companhia e de seus acionistas: (i) no âmbito federal, a União, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Agência Nacional

de Águas (ANA), o DNPM e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI); (ii) no âmbito de Minas Gerais, o Estado de Minas Gerais, o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM) e a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM); e (iii) no âmbito do Espírito Santo, o Estado do Espírito Santo, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) e a Agência Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo (AGERH).

A própria extensão do TTAC revela a amplitude do seu alcance, contendo 42 (quarenta e dois) programas, sendo que desses: (i) 23 (vinte e três) de natureza socioeconômica; e (ii) 19 (dezenove) de natureza socioambiental. Vale ressaltar que permeando tais programas, medidas de cunhos reparatório e compensatório serão implementadas. O TTAC ainda prevê a possibilidade de revisões extraordinárias dos programas, com a revisão de prazos e obrigações, desde que tecnicamente justificada.

O referido instrumento é estruturado de forma que autoridades públicas competentes poderão opinar, avaliar, e aprovar os projetos desenvolvidos dentro dos programas, e supervisionarão a execução de todos os programas, por meio de um Comitê Interfederativo. Além disso, foram concebidas figuras de experts e Câmaras técnicas consultivas a fim de resolver controvérsias técnicas de forma científica, embasada e, principalmente, célere.

O TTAC previu a constituição de uma fundação de direito privado que irá desenvolver e implementar os programas cuja gestão estará sujeita a auditoria independente. O prazo do TTAC é de 15 anos a partir de sua assinatura, renovável por períodos de um ano, sucessivamente, até que todas as obrigações previstas no TTAC sejam cumpridas.

Atendendo ao TTAC, em 2 de agosto de 2016, a Samarco, a Vale e a BHP Billiton Brasil, com a finalidade de desenvolver e implementar os programas ambientais e socioeconômicos para reparação e compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, instituíram a Fundação Renova.

Nos termos do TTAC, a Samarco é responsável por financiar a Fundação Renova pela duração do referido acordo, conforme aportes que se façam necessários de tempos em tempos. Na medida em que a Samarco não cumpre suas obrigações de financiamento de acordo com o TTAC, a Vale e a BHP Billiton Brasil têm obrigações subsidiárias de financiamento à proporção de 50% cada.

Para o exercício findo de 2020, a Samarco e suas acionistas proveram recursos para a Fundação Renova, conforme abaixo:

=====

R\$ 3.921.427 em 2020 (R\$ 3.033.113 em 2019), sendo que destes, o montante de R\$ 112.164 (R\$ 35.113 em 2019) foi aplicado diretamente pela Samarco nos programas do TTAC, o montante de R\$ 3.800.000 (R\$ 2.508.000 em 2019) aportados por Vale e BHP Billiton Brasil, na proporção de 50% cada, através de depósitos na Fundação Renova em nome da Samarco, e o montante de R\$ 9.263 (R\$ 490.000 em 2019) aportado diretamente pela Samarco na Fundação Renova.

=====

Em 2021, o montante total estimado a ser aportado na Fundação Renova é de R\$ 5.400.000. Adicionalmente, está estimado um montante de R\$ 278.210 para cobrir os programas executados na Samarco, incluindo o programa de recuperação do reservatório da UHE Risoleta Neves (PG009). Em 2022, as contribuições anuais à Fundação Renova serão de valor suficiente para cobrir a previsão de execução dos projetos de reparação e compensação para cada exercício, sendo que os valores anuais de referência para essas contribuições serão de R\$ 800.000 a R\$ 1.600.000. Destes montantes anuais já estão incluídos a quantia anual de R\$ 240.000 para a execução de projetos de compensação por um período de 15 anos, a contar a partir da assinatura do TTAC em 02 de março de 2016. Adicionalmente, uma contribuição de R\$ 500.000 será destinada a um programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos em determinadas áreas. De 2022 em diante, os valores a serem aportados na Fundação Renova serão baseados no planejamento dos programas aprovados pela Fundação Renova na mesma data. O TTAC não especificou um valor mínimo ou máximo neste período.

Em 25 de junho de 2018 foi estabelecido o TAC Governança que prevê a extinção da fase de conhecimento da Ação Civil Pública no valor de R\$ 20.000.000, suspensão da Ação Civil Pública no valor de R\$ 155.000.000, ratificação parcial do TTAC e sua declaração formal de validade para as partes envolvidas.

Este acordo estabelece, entre outros assuntos, inovações na governança da Fundação Renova para assegurar uma maior participação das pessoas afetadas e um processo para lidar com uma possível renegociação dos programas destinados a reparar a falha da barragem de Fundão, que deverá contar

com o trabalho de Especialistas contratados pela Samarco para assessorar o Ministério Público Federal. Sua homologação ocorreu em 8 de agosto de 2018 na 12ª Vara Federal de Minas Gerais.

Algumas questões pontuais relacionadas à execução dos programas da Fundação Renova foram objeto de judicialização, perante a 12ª Vara Federal, pelos signatários dos acordos sobreditos, o que levou a algumas decisões judiciais que incrementam ações desses programas, todas elas à cargo da Fundação Renova.

Baseado no descrito acima, a Administração, assessorada por consultores externos e especialistas, vem elaborando estudos e planos de ação para a reparação e remediação futuros de danos ambientais e sociais decorrentes do rompimento da barragem, assim como a execução de programas compensatórios conforme

estabelecido no TTAC. Em 31 de dezembro de 2020, foi registrada provisão para desembolsos futuros relacionados à obrigação presente que foi gerada pelo rompimento da barragem de Fundão. A extensão, o escopo completo, assim como a temporalidade e o custo dos programas de reparação e remediação futuros estão sujeitos a um elevado grau de incerteza porque dependem da conclusão dos estudos dos especialistas, da elaboração dos planos de ações e também do resultado dos julgamentos das demandas judiciais.

A provisão constituída foi descontada a valor presente utilizando (i) a taxa livre de risco de 5,1638% ao ano, esta baseada em título de 10 anos do Brasil no mercado internacional com data de vencimento para 05 de janeiro de 2024 obtido na Bloomberg (EJ137186) e (ii) considerando o fluxo de desembolso esperado nos próximos 10 anos até 31 de dezembro de 2030.

(A) COMPOSIÇÃO

Provisão para		2020	2019
Programas reparatórios	(d.1)	12.669.086	6.991.829
Programas compensatórios	(d.2)	3.279.625	3.848.285
Outras ações não contempladas no TTAC	(d.3)	1.087.622	1.331.637
		17.036.333	12.171.751
Passivo Circulante		4.743.522	4.023.333
Passivo Não Circulante		12.292.811	8.148.418

(B) MOVIMENTAÇÃO

	2020	2019
Saldo em 01 de Janeiro	12.171.751	9.540.135
Realização da provisão	(194.160)	(200.210)
Realização da provisão - aporte Samarco para Fundação Renova	(9.263)	(490.000)
Reversão de provisão de recursos para a Fundação Renova pelos acionistas Vale / BHP Billiton Brasil	(3.800.000)	(2.508.000)
Atualização financeira	1.663.636	665.979
Aumento (redução) da provisão	7.204.369	5.163.847
Saldo em 31 de Dezembro	17.036.333	12.171.751
Passivo Circulante	4.743.522	4.023.333
Passivo Não Circulante	12.292.811	8.148.418

Conforme evolução das ações e conhecimento dos impactos, mudanças nas premissas chave podem resultar em futuras alterações substanciais nos valores provisionados em publicações futuras, destacando:

- Método de remoção dos rejeitos remanescentes nos rios: as soluções técnicas se baseiam nas decisões tomadas no âmbito dos Planos de Manejo de Rejeito (PMR) elaborados para os trechos, neste caso são os trechos de 1 a 11. Nos PMRs são feitas análises de impactos e, a partir desta análise detalhada, são definidas e implantadas soluções que têm como princípio o menor impacto ao meio ambiente e ao entorno, inclusive comunidades. Com base nesse princípio, as ações de retirada dos rejeitos serão concentradas em Barra Longa (MG), único município com área urbana atingida diretamente pela lama, e na Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (Candonga). As demais áreas receberão ações de recuperação ambiental e social.
- Método de remoção dos rejeitos remanescentes na barragem da UHE de Candonga: a remoção dos rejeitos remanescentes na barragem será efetuada por dragagem.
- ACP 155 Bi: processos judicializados, conforme decisões da 12ª Vara da Justiça Federal, considerando os seguintes eixos prioritários:
 - **Eixo 1** - Recuperação ambiental extra e intracalha;
 - **Eixo 2** - Risco à saúde humana e risco ecológico;
 - **Eixo 6** - Medição de performance e acompanhamento;
 - **Eixo 8** - Retomada das atividades econômicas; e
 - **Eixo 9** - Abastecimento de água para consumo humano.
- Critérios de indenização dos impactados: o Programa de Indenização Mediada teve início efetivo em outubro de 2016, com o intuito de elaborar e executar um programa de ressarcimento e de indenizações. Em 2020, ocorreu uma mudança nesse cenário e diversos aspectos das indenizações por danos gerais passaram a ser definidos através do processo de judicialização, com base nas decisões proferidas pela 12ª Vara da Justiça Federal.

Além dos processos judicializados, o programa inclui as seguintes indenizações:

- Indenizações de Mariana: referentes aos impactos sofridos em decorrência do deslocamento físico definitivo ou temporário;
- Fatalidades e desaparecimento; e
- Danos morais da água: considera os moradores dos municípios que tiveram suspensão de distribuição de água potável, por mais de 24 horas, em novembro de 2015.

(D.1) PROGRAMAS REPARATÓRIOS:

Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do rompimento da barragem, relacionados no TTAC, cujos principais programas são: levantamento e cadastro dos impactados; proteção e melhoria da qualidade de vida dos povos tradicionais e indígenas; saúde e proteção social; recuperação das escolas; retomadas das atividades agropecuárias; preservação da memória histórica, cultural e artística; engajamento, participação, diálogo e controle social; reconstrução de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira; recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga; assistência aos animais; auxílio financeiro emergencial aos impactados; revegetação e recuperação ambiental; conservação da biodiversidade aquática; monitoramento da água; manejo dos rejeitos decorrentes considerando conformação e estabilização in situ, escavação, dragagem, transporte, tratamento e disposição; melhoria dos sistemas de abastecimento de água.

(D.2) PROGRAMAS COMPENSATÓRIOS:

Compreendem medidas e ações que visam compensar impactos não mitigáveis ou reparáveis advindos do rompimento da barragem, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, nos termos dos programas, relacionados no TTAC, cujos principais são: apoio à pesquisa para desenvolvimento e utilização de tecnologias socioeconômicas aplicadas à remediação dos impactos; recuperação e diversificação da economia regional com incentivo à indústria; estímulo à contratação local; recuperação de áreas de preservação permanente (APP); recuperação

de nascentes; fortalecimento das estruturas de triagem e reintrodução da fauna silvestre; coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduo sólido; educação ambiental; preparação para emergências ambientais; criação de fundos para Covid-19; repasses para os projetos estruturantes da Agenda Integrada, firmados com os governos de Minas Gerais e Espírito Santo, com o objetivo de alavancar as ações voltadas à proteção social, saúde, educação, diversificação da econômica e fortalecimento das capacidades institucionais dos municípios atingidos.

(D.3) OUTRAS AÇÕES NÃO CONTEMPLADAS NO TTAC:

Compreendem outros desembolsos necessários para o cumprimento de ações derivadas do rompimento da barragem de Fundão, mas que não foram classificadas nos programas do TTAC.

(E) DEMAIS PASSIVOS

A Samarco foi autuada pela SEMAD em R\$ 127.500. A Samarco requereu o parcelamento do valor em 60 meses. A primeira parcela, correspondente à 5% (cinco por cento) do montante, foi paga em dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 30.985 (R\$ 30.304 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a 12 parcelas de curto prazo e o valor de R\$ 15.359 (R\$ 45.197 em 31 de dezembro de 2019) referem-se as parcelas de longo prazo, atualizadas pela SELIC, conforme nota explicativa 21.

(F) OUTRAS CONTAS A PAGAR NO PAÍS DE PARTES RELACIONADAS

Em 30 de dezembro de 2016 foram firmados contratos entre Samarco, Vale e BHP Billiton Brasil de reconhecimento da obrigação da Samarco em pagar aos seus acionistas os valores aportados pelos mesmos para a Fundação Renova. Os aportes são para cumprir com as obrigações primárias da Samarco previstas no TTAC. No exercício de 2020, o montante aportado pelos acionistas diretamente na Fundação Renova foi de R\$ 3.800.000 (R\$ 2.508.000 em 2019) totalizando até 31 de dezembro de 2020 um valor total aportado de R\$ 10.156.499 (R\$ 6.356.498 até 31 de dezembro de 2019).

(G) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A Companhia incorreu em custos para

manutenção e reparação de instalações afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (sobre serviços de terceiros, materiais de construção, combustíveis, dentre outros). Do valor total, o montante de R\$ 42.286 (R\$ 76.629 em 31 de dezembro de 2019) foi registrado como capacidade ociosa, conforme nota explicativa 24.

(H) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas para recuperação socioambiental e socioeconômica

A composição das despesas desembolsadas pela Samarco, incorridas em 2020 e 2019, relacionadas às medidas de prevenção, reparação, contenção e compensação dos impactos ambientais e sociais resultantes do rompimento da barragem de Fundão, encontram-se demonstradas abaixo:

	2020	2019
Programas reparatórios	(19.972)	(12.134)
Programas compensatórios	(429)	-
Ações não contempladas no TTAC	(173.759)	(188.076)
	(194.160)	(200.210)

A descrição da natureza de cada uma das despesas incluídas no quadro acima, estão detalhadas na nota explicativa 3(d).

Reversão para capitalização de despesas

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 329.290 refere-se à capitalização das despesas incorridas no projeto Eixo1.

Conforme descrito na nota explicativa 1(b), em decorrência da nova legislação e visando maior segurança na retomada das operações, a Samarco revisou o projeto de disposição de rejeito na cava de Alegria Sul, retirando o dique de contenção, adotando então, o sistema de disposição em "cava confinada". Para essa readequação, como parte necessária para viabilização da operação da Planta de Germano, as estruturas de Nova Santarém e dique S3 foram incluídas no escopo do licenciamento operacional corretivo, dando condição legal já regularizada para o retorno das operações.

O barramento Eixo 1 é parte integrante do Vale do Fundão e que viabilizará a operação da Planta de

Germano em médio prazo, uma vez que a área criada pela construção do dique será utilizada para descartar parte dos rejeitos arenosos (que será filtrado e empilhado a seco).

(I) RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto de:

(i) Despesa financeira no montante de R\$1.663.636 (R\$ 665.979 em 31 de dezembro de 2019) proveniente da atualização da provisão de recuperação socioambiental e socioeconômica, calculada a valor presente. A taxa utilizada está descrita na nota explicativa 3(d);

(ii) R\$ 1.422 (R\$ 4.343 em 31 de dezembro de 2019) de juros incorridos da multa ambiental aplicada pela SEMAD conforme descrito na nota explicativa 3(e).

(J) INVESTIGAÇÕES

Logo após o rompimento da barragem de Fundão, a Companhia, em conjunto com seus acionistas, contratou investigação externa com objetivo de identificar as causas do rompimento da barragem de Fundão. A divulgação pública dos resultados foi realizada ao final do mês de agosto de 2016.

Os resultados, que também foram compartilhados com a Polícia Federal e o Ministério Público, entre outros órgãos envolvidos com os processos de investigação. Além de subsidiar os inquéritos policiais em andamento e as medidas judiciais, as informações fornecidas auxiliarão a Companhia e o setor mineral como um todo na busca por padrões mais elevados de segurança operacional, para que ocorrências dessa natureza nunca mais se repitam.

Em 22 de outubro de 2016, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra a Companhia, suas acionistas e 22 pessoas físicas, referente ao rompimento da Barragem de Fundão, e foi autuada sob o nº 0002725-15.2016.4.01.3822. Foram imputados à Companhia os crimes ambientais previstos nos artigos 29, caput, §1º, incisos I e II, § 4º, incisos I, III, V e VI, art. 33, art. 38, art. 38-A, art. 40, caput, §2º, art. 49, art. 50, art. 53, incisos I e II, alíneas "c", "d" e "e", art. 54, § 2º, incisos I, III, IV e V c/c art. 58, inciso I, art. 62, inciso I, todos da Lei n. 9.605/98, em concurso com os crimes previstos nos artigos. 68, 69 e, por duas vezes, no art. 69-A,

§2º, da Lei nº 9.605/98. A denúncia foi recebida em 17 de novembro de 2016. Após o exame minucioso dos documentos e questões jurídicas relacionadas ao objeto do processo, a resposta da Samarco à acusação foi apresentada dentro do prazo legal. Após apreciação de todas as defesas apresentadas no processo, o Juízo Federal de Ponte Nova deu seguimento à regular tramitação do processo. O TRF1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), ao julgar habeas corpus impetrado por acusados (pessoas físicas) afastou a acusação de homicídio doloso e, ainda, trancou a ação penal em relação a alguns acusados. Com isso, o Juízo, na mesma linha da decisão proferida pelo TRF1, além de excluir várias pessoas físicas da acusação, alterou o rito de tramitação do processo – até então submetido ao rito do tribunal do júri, adotando, agora, o rito ordinário. Atualmente o processo encontra-se tramitando de forma regular.

(K) SEGUROS

(i) Seguros Operacionais

Desde o rompimento da barragem de Fundão, a Companhia tem negociado com suas seguradoras os recebimentos das indenizações de suas diversas apólices que cobriam os riscos de sua atividade.

Em 2020, a Companhia continuou obtendo ressarcimentos de custos de defesa cobertos pela apólice de Responsabilidade Civil de Administradores e mantém ativo o canal de negociações para que valores adicionais dispendidos e cobertos por suas apólices de seguro sejam ressarcidos.

Quaisquer pagamentos adicionais de indenizações ainda dependem de conclusão das negociações, definições das coberturas, franquias e alocação do montante das perdas cobertas pelas apólices.

(ii) Garantia pecuniária atendimento ao TTAC

É mantido em vigor desde 2017 o seguro de garantia pecuniária que tem por finalidade atender aos termos do TAC – Termo de ajustamento e conduta com o Ministério Público em sua 12ª Vara Federal de Belo Horizonte/ MG com o objetivo de garantir o pagamento de valor correspondente aos depósitos em juízo que o Tomador necessite realizar em virtude do inadimplemento das obrigações de custeio e financiamento dos Programas de Reparação Socioambiental e Socioeconômica

dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, nos autos da Ação Civil Pública nº0069758-61.2015.4.01.3400 ("Ação"), em trâmite perante o Segurado, movida pela União Federal, Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), Agência Nacional de Águas (ANA), DNPM, Estado de Minas Gerais, Estado do Espírito Santo, Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em face do tomador e outros. Pagamentos de indenização pela seguradora ocorrerão em igualdade de condições com outras apólices de seguro apresentadas nos autos da Ação.

(L) COMPROMISSOS

Após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, ocorrido em 05 de novembro de 2015, a Companhia arguiu a cláusula de força maior dos contratos de longo prazo com os fornecedores e prestadores de serviços para a suspensão das obrigações contratuais, com exceção do contrato de energia elétrica.

(M) CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, trabalhistas e ambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão. Essas ações movidas por indivíduos, empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs) e entidades públicas e governamentais buscam remediação e compensação dos impactos ambientais e socioeconômicos, danos materiais e morais e perda de vidas, além de uma série de compensações para os municípios afetados.

Esses processos judiciais incluem ações civis públicas movidas por promotores estaduais em Minas Gerais e no Espírito Santo, defensores públicos estaduais em Minas Gerais e no Espírito Santo, defensoria da União e procuradores federais. Dada a situação de todos esses processos, a duplicidade dos pedidos solicitados nestas ações e as reivindicações constantes nas ações de R\$ 20.000.000 e R\$ 155.000.000, que estão detalhadas nos próximos parágrafos, não é possível neste momento fornecer uma gama de

resultados possíveis ou uma estimativa confiável de exposições futuras.

Conforme definido no TTAC, as reivindicações de vários processos movidos contra a Samarco estão abrangidas no acordo mencionado. Quaisquer reclamações envolvendo qualquer assunto estabelecido no TTAC devem procurar ser desconsideradas por resolução de mérito ou agrupamento conjunto de reclamações. As perdas estimadas nas pretensões endereçadas pelo TTAC foram incluídas como parte das diversas provisões para reparação de danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

A Companhia foi autuada pelas agências ambientais, sendo autuada pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) devido aos danos ambientais causados pela descarga de resíduos sólidos e líquidos (rejeitos de mineração) nas águas do Rio Doce, e autuada pela SEMAD e IEMA-ES (Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) por causar poluição e degradação ambiental resultando em danos aos recursos hídricos. A Samarco apresentou sua defesa contra essas acusações e está aguardando uma resposta das agências. Os autos de infração totalizam R\$ 1.435.077 (R\$ 755.686 em 31 de dezembro de 2019). Destaca-se que três Autos de Infração lavrados pelo IBAMA já esgotaram a esfera administrativa e estão sendo discutidos na esfera judicial no âmbito de duas ações: Ação Anulatória e Execução Fiscal. As perdas e saídas resultantes são classificadas como possíveis.

Em relação à Ação Civil Pública nº 0043356-50.2015.8.13.0400, proposta pelo Ministério Público de Minas Gerais visando a reparação integral aos atingidos de Mariana, existe ação cautelar, na qual foi bloqueado o valor de R\$ 300.000 na conta bancária da Samarco para uso compensatório e medidas de remediação exigidas por essa Ação Civil Pública. A Samarco recorreu desta decisão. No entanto, em 4 de dezembro de 2017, o Tribunal de Justiça negou o recurso e manteve a decisão que bloqueou tal quantia. Parte do valor foi desbloqueado em decorrência de investimentos em ações emergenciais/recuperação mediante acordo com o MPMG. Em 02 de outubro de 2018, Samarco, Vale, BHP Billiton Brasil e Ministério Público de Minas Gerais firmaram acordo para tratar do pagamento de indenizações naquela comarca mediante utilização dos recursos bloqueados na ação cautelar. Conquanto a ação tenha sido extinta, os valores originalmente bloqueados na ação cautelar serão empregados para o pagamento de

parte das indenizações.

Em 30 de novembro de 2015, o Governo Federal do Brasil, estados do Espírito Santo e Minas Gerais e outras autoridades públicas instauraram coletivamente uma Ação Civil Pública perante a 12ª Vara Federal de Belo Horizonte contra a Samarco e seus acionistas, Vale e BHP Billiton Brasil, buscando a criação de um fundo de até R\$ 20.000.000 para agregar aos custos de limpeza e danos.

Em 3 de maio de 2016, o Ministério Público Federal propôs Ação Civil Pública contra a Samarco e seus acionistas visando a reparação integral, indenização e danos morais por conta dos danos ambientais causados pelo rompimento da barragem de Fundão, requerendo (i) adoção de medidas para mitigar os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão e outras medidas de emergência, (ii) pagamento de indenização à comunidade e (iii) pagamento de dano moral coletivo. O valor da ação inicial reivindicado pelo Ministério Público Federal é de R\$ 155.000.000.

Em 18 de janeiro de 2017, o Ministério Público Federal, a Samarco e seus acionistas assinaram um acordo preliminar ("TAP" ou "Acordo Preliminar") com o Ministério Público Federal, que delineia o processo e cronograma para novas negociações para um acordo sobre as ações de R\$ 20.000.000 e R\$ 155.000.000. Este Acordo Preliminar prevê a nomeação de especialistas para avaliar os programas em matéria de remediação ambiental e social e avaliação e acompanhamento de programas no âmbito do TTAC.

As conclusões dos consultores especializados não vinculados a Samarco, a Vale, a BHP Billiton Brasil, serão consideradas na negociação de um acordo final com o Ministério Público.

Nos termos do Acordo Preliminar, a Samarco e seus acionistas concordaram também em ofertar garantias ("Caução Provisória") no montante de R\$ 2.200.000, a contratação de especialistas aos procuradores federais e a realização de audiências públicas.

O Acordo Preliminar firmado na Ação Civil Pública de Ponte Nova prevê a destinação de R\$ 200.000 para serem empregados em ações reparatórias nas regiões circunscritas naquela Comarca. Esta quantia foi aportada para programas na Fundação Renova, e não representou acréscimo no valor de

aportes previstos para 2018.

Em 25 de junho de 2018, a Samarco, a Vale e a BHP Billiton Brasil, e demais partes envolvidas, o Ministério Público e as Defensorias Públicas celebraram o TAC Governança que extingue a Ação Civil Pública de R\$ 20.000.000 e aumenta a participação da comunidade nas decisões relacionadas ao processo de reparação.

Em 24 de janeiro de 2017, a Samarco, a Vale e a BHP Billiton Brasil apresentaram as garantias ao Tribunal que permanecerão em vigor por 30 (trinta) meses da homologação do TAC Governança.

O TAC de Governança, foi homologado pela 12ª Vara Federal de Minas Gerais no dia 8 de agosto de 2018, produzindo entre outros efeitos, a extinção da ACP de R\$ 20.000.000 e suspendendo a Ação Civil Pública de R\$ 155.000.000 por um período de 2 anos a partir da sua homologação.

O TAC Governança mantém a garantia provisória prestada no âmbito do Acordo Preliminar por um período de 30 meses, após o qual a Samarco, a Vale e a BHP Billiton Brasil serão requeridos a fornecer a segurança de um valor equivalente ao orçamento anual da Fundação Renova até o limite de R\$ 2.200.000.

A partir de janeiro de 2020, algumas questões pontuais relacionadas à execução dos programas da Fundação Renova foram objeto de judicialização, perante a 12ª Vara Federal, pelos signatários dos acordos sobreditos, o que levou a algumas decisões judiciais que incrementam ações a serem desempenhadas no âmbito desses programas, todas elas à cargo da Fundação Renova.

No final de 2020, o Ministério Público Federal fez um pedido para que fosse retomado o curso da ACP de R\$ 155.000.000. Samarco e suas acionistas responderam ao mencionado pleito que aguarda decisão judicial. Posteriormente o Ministério Público Federal requereu a suspensão do pedido de retorno da ação até o final de abril de 2021.

Essas principais Ações Cíveis Públicas objetivam a compensação integral, indenizações de danos morais e materiais decorrentes do Rompimento da Barragem de Fundão. Assim sendo, a administração também considerou outras reivindicações classificadas como possíveis e / ou prováveis que se encontram na fase inicial e

que apresentam incertezas significativas devido a duplicidade dos pedidos solicitados nestas ações e as reivindicações constantes nas ações de R\$ 20.000.000 e R\$ 155.000.000, à definição dos montantes envolvidos, ao prazo de compensação, e outras decisões judiciais e extrajudiciais. Além dos pedidos judiciais para reunião das ações judiciais na 12ª Vara Federal, Samarco entende que as contingências dessas outras reivindicações já estão cobertas nessas principais Ações Cíveis Públicas.

Outros processos e investigações governamentais relacionados ao rompimento da barragem de Fundão podem ser movidos contra a Companhia. Até que novos fatos sejam desenvolvidos e as incertezas já mencionadas resolvidas, não é possível fornecer uma gama de resultados ou uma estimativa confiável das obrigações da Samarco decorrentes dessas questões. Como tal, uma provisão não foi reconhecida ou um passivo contingente quantificado para estas reivindicações. Somente na plenitude do tempo e no desenvolvimento natural das disputas e da maturidade do processo, com novos

assentamentos alcançados e / ou decisões legais, será possível compreender a magnitude real dos impactos e a exposição da Companhia. Esses itens podem levar a impactos significativos nas provisões e resultar em novos ajustes às provisões existentes e / ou no reconhecimento de novas provisões para desembolsos que não podem ser projetados e / ou mensurados atualmente.

A partir de 2019, as ações estimadas como perdas prováveis relacionadas ao rompimento da barragem de Fundão foram registradas como parte da provisão ambiental e socioambiental.

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis, sendo os principais:

DESCRIÇÃO	POSIÇÃO	2020	2019
Processos Cíveis relacionados, sobretudo a indenizações a terceiros. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda desses litígios é possível.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	1.640.249	1.332.643
Processos trabalhistas relacionados, à aplicação de multas pelos órgãos de controle, além de reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados próprios e de terceiros.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	549.239	333.377
Processos envolvendo riscos ambientais referentes aos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no que se referem a autuações pelos órgãos de fiscalização.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	1.376.462	1.058.067
		3.565.950	2.724.087

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa encontra-se detalhada abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos					
No país		43	564	43	564
No exterior	(a)	76.127	52.720	80.035	55.895
Aplicações Financeiras					
No exterior	(b)	3.768	9.333	3.768	9.333
		79.938	62.617	83.846	65.792

(a) Contas correntes denominadas em US\$ junto a instituições financeiras no exterior.

(b) Aplicações financeiras de curto prazo denominadas em US\$ junto a instituições financeiras no exterior, cujos rendimentos são atrelados a taxas pré-fixadas, 0,25% a.a. em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019. A Companhia tem como política investir seus recursos em bancos de primeira linha, conforme política descrita na nota explicativa 2.5.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM CAIXA RESTRITO

A composição do saldo das aplicações financeiras, em caixa restrito, encontra-se detalhada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Aplicações financeiras em caixa restrito	2.848	2.505
	2.848	2.505

Em 31 de dezembro de 2020, o valor em caixa restrito de R\$ 2.848 (R\$ 2.505 em 31 de dezembro de 2019), refere-se a recursos mantidos e aplicados em contas bancárias específicas ("collection accounts") vinculadas a alguns empréstimos e financiamentos bancários, os quais estão passando por um processo de renegociação da dívida; e também a recursos mantidos para garantia de obrigações contratuais relacionados a transmissão de energia.

6. CONTAS A RECEBER

A composição do saldo das contas a receber encontra-se detalhada a seguir:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Cientes no país	(a)	6.906	10.571	6.906	10.571
Cientes no país partes relacionadas (nota 30)		-	88	-	88
Cientes no exterior	(b)	13.723	10.660	15.871	12.333
Cientes no exterior partes relacionadas (nota 30)		2.131	1.656	-	-
		22.760	22.975	22.777	22.992
Perda de crédito esperada	(c)	(20.486)	(11.849)	(22.602)	(13.490)
		2.274	11.126	175	9.502

(a) O valor a receber de clientes no país está relacionado à venda de energia, locação de área portuária e venda de estoque de suprimentos.

(b) O saldo consolidado de R\$ 15.871 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 12.333 em 31 de dezembro de 2019) de clientes no exterior, originou-se dos valores a receber de clientes de minério no exterior.

(c) As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa totalizam R\$ 20.486 em 31 de dezembro de 2020, na Controladora e R\$ 22.602 no consolidado

(R\$ 11.849 e R\$ 13.490 em 31 de dezembro de 2019, respectivamente). São constituídas provisões para perdas para o instrumento financeiro que correspondente à perda de crédito esperada do período de 12 meses, conforme política divulgada na nota explicativa 2.5. A provisão na Controladora não inclui valores a receber de vendas efetuadas para a controlada Samarco Finance.

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber está representada conforme tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo em 01 de Janeiro	11.849	11.845	13.490	13.423
Adições	244	4	244	4
Reversões	(119)	-	(119)	-
Variação cambial	8.512	-	8.987	63
Saldo em 31 de dezembro	20.486	11.849	22.602	13.490

A composição do saldo das contas a receber, classificadas por vencimento, encontra-se detalhada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer	105	2.499	105	2.530
Vencidos até 30 dias	23	1.583	23	1.583
Vencidos de 61 a 90 dias	231	-	263	-
Vencidos há mais de 90 dias	22.401	18.893	22.386	18.878
	22.760	22.975	22.777	22.991

7. ESTOQUES

A composição e a movimentação do saldo dos estoques encontram-se detalhadas a seguir:

(a) Composição	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Produtos acabados	34.902	2.041
Produtos em elaboração	42.993	12.263
Insumos	135.451	96.670
Materiais de consumo e manutenção	386.799	304.348
Provisão para obsolescência de materiais	(41.516)	(32.282)
Adiantamentos a fornecedores	14.919	64
Total	573.548	383.104
Ativo circulante	285.879	14.367
Ativo não circulante	287.669	368.737
Total	573.548	383.104

(b) Movimentação dos produtos acabados	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo em 01 de Janeiro	2.041	2.939
Adições	23.822	-
Baixas por venda	(3.521)	(1.416)
Adição por ajuste de inventário	121	990
Conversão	12.439	(472)
Saldo em 31 de dezembro	34.902	2.041

(c) Movimentação da provisão para obsolescência de estoque	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo em 01 de Janeiro	(32.282)	(6.169)
Adições	(187)	(26.477)
Reversões	298	83
Conversão	(9.345)	281
Saldo em 31 de dezembro	(41.516)	(32.282)

A Companhia avaliou os seus estoques em 31 de dezembro de 2020, e concluiu que os mesmos não excedem aos valores de realização.

e longo prazo considerando, o retorno parcial das operações que ocorreu em dezembro de 2020 (conforme divulgado na nota explicativa 1).

Adicionalmente, a Companhia realizou uma análise para utilização de seus materiais no curto

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

A composição do saldo de tributos a recuperar encontra-se detalhada a seguir:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
ICMS – Minas Gerais (MG)	(a)	76.688	76.688	76.688	76.688
ICMS – Espírito Santo (ES)	(b)	1.478.965	1.486.138	1.478.965	1.486.138
Provisão para perdas sobre ICMS - ES	(b)	(1.478.965)	(1.486.138)	(1.478.965)	(1.486.138)
PIS e COFINS	(c)	1.636	2.305	1.636	2.305
Imposto de renda a recuperar	(d)	36.841	1.902	36.841	1.902
IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras		24	22	24	22
Outros		1.420	1.881	1.431	1.882
Total		116.609	82.798	116.620	82.799
Ativo circulante		39.866	6.055	39.877	6.056
Ativo não circulante		76.743	76.743	76.743	76.743
Total		116.609	82.798	116.620	82.799

(a) Referem-se principalmente a créditos na aquisição de ativo imobilizado.

(b) Referem-se a créditos na aquisição de ativo imobilizado, insumos, materiais e outros. Tendo em vista o histórico de não realização dos créditos de ICMS com o Estado do Espírito Santo, a Companhia constituiu provisão para perdas de 100% sobre tais créditos por não ter expectativa de utilização.

(c) Os créditos de PIS e de COFINS referem-se principalmente às aquisições de materiais, insumos, energia elétrica e de ativo imobilizado. No ano de 2020 foram apropriados somente os créditos referentes às aquisições de energia elétrica, tendo em vista que o retorno das operações ocorreu em dezembro de 2020.

(d) Imposto de renda a recuperar referente a estimativas mensais recolhidas a maior.

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 4.319 (R\$ 14.662 em 31 de dezembro de 2019) na Controladora e no Consolidado, refere-se à recebimento de indenização relativa a diferença entre a energia mensal contratada versus a energia medida consolidada, e à venda de excedentes de energia elétrica adquiridas para o processo produtivo, porém não utilizadas.

10. DEMAIS ATIVOS

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Seguros a recuperar		1.923	1.579	1.923	1.579
Consórcio UHE Guilman-Amorim (nota 2.3(b) e nota 21)		3.994	3.510	3.994	3.510
Adiantamentos a empregados		4.509	5.229	4.509	5.229
Outros		12	12	76	77
Circulante		10.438	10.330	10.502	10.395
COHESA	(a)	17.275	17.275	17.275	17.275
(-) Ajuste a valor presente COHESA	(a)	(3.749)	(2.860)	(3.749)	(2.860)
Adiantamento a empregados		393	632	393	632
Outras contas a receber Ponta Ubu Agropecuária (nota 30)	(b)	1.327	1.327	1.327	1.327
Outros		42	42	42	42
Não circulante		15.288	16.416	15.288	16.416

(a) A Companhia repassa recursos para a Cooperativa Habitacional dos Empregados da Samarco - COHESA, por meio de convênio para implantação de plano habitacional assinado em 1.º de março de 1994, objetivando financiamento para aquisição de imóveis pelos empregados, com prazos que variam de 8 a 25 anos. Os valores repassados serão recebidos em sua totalidade quando do encerramento do Plano Habitacional Samarco - PHS, ou seja, na liquidação do financiamento pelos empregados. Os saldos a receber da COHESA estão ajustados a valor presente. Os juros cobrados pela COHESA são atualizados pelos índices de correção salarial coletivos, praticados pela Companhia.

(b) Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 no valor de R\$ 1.327, referem-se a despesas de

responsabilidade da Ponta Ubu Agropecuária, que foram desembolsados pela Companhia.

11. INVESTIMENTOS

A Companhia registrou resultado negativo de equivalência patrimonial em suas controladas de R\$ 222 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 99 positivo em 31 de dezembro de 2019). Em 2020 e 2019 a Companhia não recebeu dividendos provenientes de investimentos em controladas. Nenhuma das investidas tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

	Participação	Quantidade de ações ou quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Patrimônio líquido	Total de passivos	Receita	Custos e despesas	Resultado do exercício
2020											
Samarco Finance Ltd.	100%	50.000	2.309	-	2.309	2.116	193	2.309	5	(45)	(40)
Samarco Iron Ore Europe B.V.	100%	180	23.936	6.393	30.329	5.990	24.339	30.329	2.557	(2.739)	(182)
		Total	26.245	6.393	32.638	8.106	24.532	32.638	2.562	(2.784)	(222)
2019											
Samarco Finance Ltd.	100%	50.000	1.824	-	1.824	1.641	183	1.824	(25)	(25)	(25)
Samarco Iron	100%	180	18.259	4.880	23.139	4.312	18.827	23.139	3.833	(3.709)	123
		Total	20.083	4.880	24.963	5.953	19.010	24.963	3.833	(3.734)	99

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora, é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo em 01 de Janeiro	19.010	18.136
Participações no resultado (equivalência patrimonial)	(222)	99
Ajustes de conversão	5.744	775
Saldo em 31 de dezembro	24.532	19.010

12. IMOBILIZADO

Em 2020, assim como em 2019, os investimentos realizados corresponderam às necessidades atuais da Companhia.

A composição do saldo das contas de ativo imobilizado encontra-se detalhada abaixo:

Custo		Consolidado										Controladora
		Terrenos	Instalações industriais (edifícios, máquinas e equipamentos)	Mineroduto e sistemas correlatos	Descomissionamento de planta	Equipamento de processados e Móveis e utensílios	Embarcações e Veículos	Ferramentas e bens de massa	Direito de Uso	Bens em construção	Total	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		239.176	16.782.178	9.239.884	43.852	272.340	569.669	334.055	-	155.423	27.636.577	27.635.041
Adições	(a)	-	-	-	-	6	-	-	28.334	729.647	757.987	757.981
Avaliação de Estudo do	(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.068.323	1.068.323	1.068.323
Transferências – Entradas	(c)	39.203	8.851	2.037	1.068.323	4.596	718	578	-	-	1.124.306	1.124.306
Transferências – Saídas		-	(8)	(647)	-	-	-	-	-	(1.123.553)	(1.124.208)	(1.124.208)
Baixa custo imobilizado	(b)	(2.625)	(1.717)	(49)	-	(1.603)	(3.071)	(16)	(6.161)	(1.265)	(16.507)	(16.507)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(d)	10.181	668.360	371.974	(17.673)	9.106	21.732	13.450	735	4.661	1.082.526	1.082.459
Saldo em 31 de Dezembro de 2019		285.935	17.457.664	9.613.199	1.094.502	284.445	589.048	348.067	22.908	833.236	30.529.004	30.527.395
Adições	(a)	-	-	-	-	6	-	-	14.726	668.193	682.925	682.919
Provisão Baixa (CEMIG) Reversão	(b)	-	1.200	5.278	-	-	-	-	-	-	6.478	6.478
Avaliação de Estudo do descomissionamento de Planta	(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	609.330	609.330	609.330
Transferências – Entradas	(c)	1.387	793.860	147.034	609.330	24.195	1.642	4.716	-	-	1.582.164	1.582.164
Transferências – Saídas		-	(560)	-	-	-	-	-	-	1.582.164	1.582.164	1.582.164
Baixa custo imobilizado	(b)	-	(2.393)	(5.228)	-	(744)	(114)	(9)	(18.317)	(462)	(27.267)	(27.267)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(d)	83.823	5.191.054	2.805.882	(110.735)	83.474	170.681	102.150	124	27.703	8.354.156	8.353.654
Saldo em 31 de Dezembro de 2020		371.145	23.440.825	12.566.165	1.593.097	391.376	761.257	454.924	19.441	556.396	40.154.626	40.152.509

	Consolidado										Controladora
	Terrenos	Instalações industriais (edifícios, máquinas e equipamentos)	Mineroduto e sistemas correlatos	Descomissionamento de planta	Equipamento de process. dados e Móveis e utensílios	Embarcações e Veículos	Ferramentas e bens de massa	Direito de Uso	Bens em construção	Total	Total
Depreciação acumulada, perda por redução ao valor recuperável (impairment) e variação das taxas de câmbio											
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(5.053.903)	(1.799.494)	(33.478)	(196.862)	(298.237)	(99.898)	-	-	(7.481.872)	(7.480.378)
Depreciação no período	-	(118.741)	(6.220)	(4.381)	(15.921)	(25.044)	(9.022)	(19.582)	-	(198.911)	(198.877)
Baixa depreciações acumulada	-	983	36	-	1.475	1.911	14	5276	-	9.695	9.695
Impairment – constituição/ reversão	(f)	(138.389)	(4.716.094)	(2.908.155)	(949.696)	(33.093)	(114.476)	(103.610)	(6.222)	(634.001)	(9.603.736)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(d)	-	(313.784)	(75.522)	1.348	(15.123)	(28.542)	(11.468)	(576)	-	(443.667)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(138.389)	(10.201.539)	(4.789.355)	(986.207)	(259.524)	(464.388)	(223.984)	(21.104)	(634.001)	(17.718.491)	(17.716.889)
Depreciação no período	-	(140.141)	(6.219)	(29.226)	(14.432)	(27.270)	(8.970)	(20.357)	-	(246.615)	(246.612)
Provisão Baixa (CEMIG) Reversão	(b)	-	(163)	(856)	-	-	-	-	-	(1.019)	(1.019)
Baixa depreciações acumulada	(b)	-	994	1.108	-	691	105	7	18.317	-	21.222
Impairment – constituição/ reversão	(f)	18.682	225.568	316.575	(259.159)	(1.899)	33.637	17.582	4.705	293.191	648.882
Efeito das variações das taxas de câmbio	(d)	-	(1.752.893)	(541.625)	(14.909)	(75.677)	(133.923)	(46.4584)	(353)	-	(2.565.964)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(119.707)	(11.868.174)	(5.020.372)	(1.289.501)	(350.841)	(591.839)	(261.949)	(18.792)	(340.810)	(19.861.985)	(19.859.879)

Saldo	Consolidado										Controladora
	Terrenos	Instalações industriais (edifícios, máquinas e equipamentos)	Mineroduto e sistemas correlatos	Descomissionamento de planta	Equipamento de process. dados e Móveis e utensílios	Embarcações e Veículos	Ferramentas e bens de massa	Direito de Uso	Bens em construção	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	147.546	7.256.125	4.823.844	108.295	24.921	124.660	124.083	1.804	199.235	12.810.513	12.810.506
Saldo em 31 de dezembro de 2020	251.438	11.572.651	7.545.793	303.596	40.535	169.418	192.975	649	215.586	20.292.641	20.292.630

(a) Em 31 de dezembro de 2020, as adições relacionadas aos bens em construção resultaram em um montante de R\$ 668.193 (R\$ 729.647 em 2019). Deste total de adições, cabe destacar o principal projeto, abaixo detalhado:

- R\$ 281.808 – sistema de desaguamento de rejeito arenoso e lama

Conforme descrito na nota explicativa 1(b), em decorrência da nova legislação e visando maior segurança na retomada das operações, a Samarco

readequou seu processo operacional para tratativa de rejeitos, de forma que implementou novas tecnologias e procedimentos para disposição de rejeito arenoso de flotação e de lamas buscando soluções mais seguras e que otimizem espaço.

O sistema desaguamento rejeito arenoso e lama tem por objetivo viabilizar a operação da Planta de Germano para os concentradores II e III.

A composição das adições por natureza são como segue:

Denominação do Projeto	Data de início	Data final	2020	2019
Sistema de desaguamento de rejeito arenoso e lama	2018	2021	281.808	70.994
Barramento Eixo 1	2019	2021	66.946	385.280
Reforma e aquisição de componentes - Frota da Mina	2020	2021	45.943	-
Sobressalentes Germano/ Ubu	2014	2021	35.624	7.411
PCN - reposição de rejeitos na cava	2016	2021	28.037	110.197
Condicionante ambiental hídrica	2018	2021	26.548	11.210
Recuperação estrutural Ubu	2018	2021	21.630	17.607
Adequação videomonitoramento da área portuária	2020	2021	19.037	-

Projetos TI - Prontidão Operacional Hardwares	2019	2021	10.249	5.477
Recuperação estrutura recuperadora 56RC00	2020	2021	7.783	-
Recuperação estrutural Germano	2020	2021	6.549	-
Terrenos	2018	2021	6.503	15.352
Adequação do dique Macacos e oficina	2018	2021	5.052	24.933
Captação de água em Santarém	2020	2021	4.809	-
Equipamentos capitalizáveis – gmg	2020	2021	3.712	-
Realocação escritório e oficina alegria norte	2020	2021	3.619	-
Aquisição de refratário para fornos	2020	2021	2.973	-
Adequação sistema alfandegário	2020	2021	2.964	-
Recuperação estrutural do quebra-mar	2020	2021	2.590	-
Drenagem bacias alegria sul	2020	2021	2.513	-
Centralização do SDCI	2020	2021	2.512	-
Adequação barragem Matipó	2018	2021	2.490	509
Retorno do concentrador 2	2018	2021	2.352	1.063
Condicionante ambiental atmosférica – ubu	2020	2021	2.198	-
Recuperação das estacas do píer	2020	2021	1.658	-
Gastos de capital UHE Guilman Amorim	2016	-	726	937
Adequação barragem Norte	2018	2021	4	230
Barragem Muniz Freire	2018	2021	-	1.463
Proteção divisas propriedades Samarco	2018	2021	-	1.353
Outros	-	-	71.364	75.631
Total			668.193	729.647

(b) Transferência não onerosa de ativos imobilizados da subestação 230KV instalados no consórcio UHE usina hidroelétrica Guilman Amorim. Os ativos foram transferidos para a CEMIG Companhia Energética de Minas Gerais S.A em decorrência de requisito legal.

(c) Os investimentos em ativo imobilizado e intangível são registrados na rubrica bens em construção. Uma vez que tais investimentos são concluídos e é iniciada sua operação, é realizada a capitalização (transferência) dos bens para as respectivas contas de imobilizado e intangível, obedecendo a natureza contábil de cada bem.

(d) O efeito das variações da taxa de câmbio refere-se à conversão das demonstrações financeiras

da moeda funcional (Dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (Real).

(e) O estudo de avaliação de descomissionamento das plantas industriais foi revisado a taxa de desconto e resultou em um aumento de aproximadamente R\$ 609.330 (1.068.323 em 2019) conforme nota explicativa 20.

(f) A Companhia reconheceu, no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, uma reversão de impairment de R\$ 648.882 no valor de seus ativos imobilizados conforme detalhado na nota explicativa 12.1.

12.1 ANÁLISE DO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

Em 31 de dezembro de 2020, ainda decorrente da paralisação parcial das operações da Companhia, a Samarco identificou indicadores de que determinados ativos imobilizados podem estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e efetuou teste de "impairment".

A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados com o plano de mina revisado, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) vida útil estimada das minas da Samarco; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período correspondente a vida útil estimada; (iii) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC); (iv) projeções de mercado em relação às taxas de câmbio (Real/Dólar Americano); (v) projeções de mercado em relação à cotação do preço da pelota de minério de ferro (BF e DR). Para cálculo do impairment foram considerados os valores registrados no ativo imobilizado e intangível.

As principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da UGC foram: WACC de 9,14% (10,9% em 2019); taxa de câmbio média para 2021 de R\$ 5,27 (R\$ 3,94 em 2020); preço médio da pelota BF e DR, conforme índice Platts e prêmio de pelota projetado por analistas de mercado e referências internacionais de frete marítimo.

Diante principalmente das projeções revisadas para gastos e investimento de longo prazo, a Companhia reconheceu no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 uma reversão de impairment no valor de R\$ 664.993 (R\$ 648.882 em imobilizado e R\$ 16.111 em intangível) que foi reconhecido no resultado das demonstrações financeiras. O impairment remanescente no valor de R\$ 9.040.117 continua sendo monitorado pela Companhia e será revertido na medida em que as projeções futuras possibilitarem.

12.2 VALOR RESIDUAL

A Companhia adota como política estender ao máximo a vida útil de seus ativos, por meio da realização de manutenções preventivas e corretivas. Tais políticas permitem manter seus

ativos em perfeito funcionamento e produzindo por longos períodos de tempo até que efetivamente se tornem obsoletos ou sucateados. Portanto não há expectativa de recuperação de valores na venda de ativos imobilizados, ou que seus valores residuais aproximam-se de zero.

12.3 BENS EM GARANTIA

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía bens dados em garantia para lastrear processos judiciais. Esses bens estão registrados como ativo imobilizado e compreendem máquinas e equipamentos, terrenos e sistemas correlatos, cujo valor contábil líquido é de R\$ 2.331.821 (R\$ 2.347.362 em 2019). O valor é composto pelo custo de aquisição do ativo menos a depreciação e não inclui o resultado da redução ao valor recuperável.

12.4 VIDA ÚTIL

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, a Companhia concluiu no decorrer do ano de 2020 que as vidas úteis residuais de seu complexo industrial transcorreram normalmente, haja vista que não ocorreram alterações no uso esperado do ativo, que é avaliado com base na capacidade ou na produção física esperada do mesmo. Portanto não houve mudanças nos padrões de uso do imobilizado da Samarco em 2020, ou seja, suas vidas úteis estão compatíveis com o benefício esperado de seu complexo industrial.

Segue abaixo resumo da descrição das contas que compõem o ativo imobilizado, assim como a vida útil por natureza contábil dos bens, utilizada para calcular a depreciação, com base no método das unidades produzidas para os itens diretamente relacionados às respectivas áreas produtivas e o método linear de depreciação para os restantes:

Item	Descrição das contas	2020		2019	
		Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação	Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação
Edifícios	Prédios, galpões, guaritas, pavimentações e benfeitorias de obras civis.	28	10 a 50	29	10 a 50
Máquinas e equipamentos	Forno, discos de pelotização, ship loader, carregadeiras, precipitadores, moinhos de bolas, carros de grelha e outros afins.	17	10 a 50	17	10 a 50
Mineroduto e sistemas correlatos	Tubulação para o transporte de minério e instalações industriais, tais como, transportadores de correia, cabeamento e outros.	15	20 a 43	15	20 a 43
Descomissionamento de planta	Obrigações ambientais de descontinuidade do mineroduto e instalações industriais de Germano e Ubu.	37	43	37	43
Equipamentos de processamento de dados	Microcomputadores, impressoras, monitores, notebooks, servidores, interfaces ópticas, coletores, switch, hub, patch painel, racks etc.	4	5	4	5
Móveis e utensílios	Cadeiras, mesas, armários, e outros mobiliários afins.	5	10	5	10
Embarcações	Barcos, balsas, lanchas e dragas.	17	9 a 24	15	9 a 24
Veículos	Automóveis, caminhões, empilhadeiras, guindastes, tratores, carregadeiras.	7	4 a 25	8	4 a 25
Ferramentas	Chaves de impacto, multímetros, taquímetros, microscópicos e outros aparelhos de pequeno porte.	7	10 a 25	7	10 a 25
Bens de rodízio	Partes e peças de máquinas e equipamentos e instalações industriais.	19	10 a 27	20	10 a 27
Bens de massa	Disjuntores, capacitores, bombas hidráulicas e outros bens de pequeno porte.	14	5 a 24	15	5 a 24

12.5 ATIVOS DE DIREITO DE USO

Conforme descrito na nota explicativa 2.20, os diversos ativos como: imóveis, veículos, equipamentos de produção e equipamentos de TI, eram classificados anteriormente como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo.

A partir de 2019, com a implantação do CPC 06(R2) - Arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer ativos de direito de uso, ou seja, esses arrendamentos passaram a constituir o grupo de imobilizado no balanço patrimonial.

13. INTANGÍVEL

A composição do ativo intangível encontra-se detalhada abaixo:

Custo	Consolidado								Controladora
		Direito de Passagem	Direitos Minerários	Outros Direitos	Remoção de Estéril	Direito Conexão-Uso Rede Básica LT 345KV	Sistemas Aplicativo Softwares	Bens em construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018		32.897	49.008	2.232	29.910	153.581	194.364	3	461.995
Adições	(a)	-	-	-	-	-	-	4.036	4.036
Transferências – Entradas		346	-	-	-	-	3.522	-	3.868
Transferências – Saídas		(100)	-	-	-	-	-	(3.868)	(3.968)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(b)	1.347	1.972	90	1.204	6.180	8.083	4.461	23.337
Saldo em 31 de dezembro de 2019		34.490	50.980	2.322	31.114	159.761	205.969	4.632	489.268
Adições	(a)	-	-	-	-	-	-	6.313	6.313
Transferências – Entradas		84	-	-	-	-	5.110	-	5.194
Transferências – Saídas		-	-	-	-	-	-	(5.194)	(5.194)
Baixa custo intangível		-	-	-	-	-	(83)	-	(83)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(b)	9.975	14.750	671	9.002	46.222	60.183	263	141.066
Saldo em 31 de dezembro de 2020		44.549	65.730	2.993	40.116	205.983	271.179	6.014	636.551

Amortização		Consolidado							Controladora
		Direito de Passagem	Direitos Minerários	Outros Direitos	Remoção de Estéril	Direito Conexão-Uso Rede Básica LT 345KV	Sistemas Aplicativo Softwares	Bens em construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(12.223)	(34.300)	(2.232)	(13.495)	-	(168.219)	-	(230.469)
Amortização do período	(c)	(296)	(163)	-	(1.560)	-	(8.403)	-	(10.422)
Impairment – constituição/reversão	(d)	(7.663)	(4.313)	-	(8.062)	(66.831)	(10.981)	(3.524)	(101.374)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(b)	(853)	(1.662)	(90)	(1.654)	-	(11.156)	-	(15.415)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(21.035)	(40.438)	(2.322)	(24.771)	(66.831)	(198.759)	(3.524)	(357.680)
Amortização do período	(c)	(296)	(163)	-	(627)	(19)	(6.176)	-	(7.281)
Baixa amortizações acumulada		-	-	-	-	-	50	-	50
Impairment – constituição/reversão	(d)	1.043	618	-	1.381	7.817	2.052	3.200	16.111
Efeito das variações das taxas de câmbio	(b)	(4.419)	(10.862)	(671)	(5.592)	(28)	(58.887)	-	(80.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		(24.707)	(50.845)	(2.993)	(29.609)	(59.061)	(261.720)	(324)	(429.259)

Saldo		Consolidado							Controladora
		Direito de Passagem	Direitos Minerários	Outros Direitos	Remoção de Estéril	Direito Conexão-Uso Rede Básica LT 345KV	Sistemas Aplicativo Softwares	Bens em construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019		13.455	10.542	-	6.343	92.930	7.210	1.108	131.588
Saldo em 31 de dezembro de 2020		19.842	14.885	-	10.507	146.922	9.459	5.690	207.305

(a) Os investimentos e os gastos relativos ao intangível são registrados na rubrica bens em construção no ativo imobilizado. Uma vez que tais investimentos são concluídos e é iniciada sua operação, é realizada a capitalização (transferência)

desses bens para as respectivas contas de intangível, obedecendo à natureza contábil de cada bem.

A composição das adições por natureza são como segue:

Denominação do Projeto	Data de início	Data final	2020	2019
Softwares de planejamento de mina	2018	2020	1.699	1.717
Atualização ativos críticos redes	2020	2021	1.178	-
Atualização serviço de telefonia	2020	2021	899	-
Software especialista geotecnia	2020	2021	827	-
Projetos TI - Prontidão operacional softwares	2019	2020	-	1.258
Sistemas de gestão TI - aquisições software/licenciamentos	2013	2019	-	715
Regularização de conformidade imobiliária	2019	2019	-	346
Outros			710	-
Total			6.313	4.036

(b) O efeito das variações da taxa de câmbio refere-se à conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional (Dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (Real).

(c) Para os direitos de passagem e direitos minerários, a amortização do intangível é calculada segundo expectativa de vida útil das minas de minério de ferro de propriedade da Companhia. Para os demais é aplicado o método linear.

(d) A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, uma reversão de impairment

de R\$ 16.111 no valor de seus ativos intangíveis conforme detalhado na nota explicativa 12.1.

13.1 VIDA ÚTIL

Segue abaixo resumo da descrição das contas que compõem o ativo intangível, assim como a vida útil por natureza contábil:

Item	Descrição das contas	2020		2019	
		Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação	Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação
Direitos de passagem	Direitos adquiridos para utilização da faixa de servidão do solo, para a passagem dos minerodutos.	31	43	33	43
Direitos minerários	Direitos minerários para exploração de jazidas de minério de ferro.	33	43	34	43
Remoção de estéril	Custos de remoção de estéril, incorridos em mina de superfície durante a fase de produção da mina.	21	25	21	25
Direito rede básica LT 345KV	Direito de conexão-uso a rede básica LT 345KV	24	25	25	25
Sistemas aplicativos software	Softwares e licenças.	4	5	4	5

13.2 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Companhia efetuou desembolso referente a gastos com pesquisas e desenvolvimento no

montante de R\$ 23.538 (R\$ 19.602 em 2019); os mesmos foram reconhecidos como outras despesas operacionais líquidas no ano de 2020 conforme nota explicativa 26.

14 - FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mercado interno	245.189	250.578	245.206	250.595
Mercado externo	13.132	1.164	13.167	1.204
Partes relacionadas (nota 30)	-	323	-	323
	258.321	252.065	258.373	252.122

15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são instrumentos utilizados para financiar os projetos e necessidades diversas da Companhia.

Com a paralisação de suas atividades operacionais, a Companhia não atendeu algumas obrigações

presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos. Como consequência desses não-cumprimentos, todos os empréstimos e financiamentos foram reclassificados para o curto prazo, refletindo um aumento nos valores de provisão de juros.

		Controladora e Consolidado	
		2020	2019
Operações no Exterior	Bonds	11.403.067	8.837.406
	EPPs (receita de exportação)	8.292.976	6.432.040
Operações no país	BNDES FINAME	139.323	139.323
	Mútuo Petrobras	5.883	6.249
	DEBENTURES (nota 30)	8.472.544	4.818.120
Total		28.313.792	20.233.138
Circulante		28.313.792	20.233.138

No exercício de 2020, a Companhia contratou operações de empréstimos com seus acionistas Vale e BHP Billiton Brasil através de emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações. As emissões de Vale e BHP Billiton Brasil possuem condições idênticas quanto ao valor, prazo e juros (LIBOR acrescida de 1,15% ao ano).

Todas as emissões que venceram no exercício

de 2020, foram repactuadas, e tiveram seus vencimentos prorrogados.

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão de juros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, que representavam 73,5% do total dos empréstimos e financiamentos (75,5% em 31 de dezembro 2019), se apresentava como segue:

Encargos financeiros a pagar – moeda estrangeira USD	Controladora e Consolidado			
	2020		2019	
	Valor de principal	Provisão de juros	Valor de principal	Provisão de juros
Taxa de juros (ao ano)				
2% a 3%	2.525.305	478.672	1.958.629	291.067
3% a 4%	5.767.671	1.126.147	4.473.411	623.055
Acima de 4%	11.403.067	2.981.745	8.837.406	1.771.720
	19.696.043	4.586.564	15.269.446	2.685.842

Em 31 de dezembro de 2020, os juros sobre os empréstimos e financiamentos em moeda local, que representavam 26,5% (24,5% em 31 de dezembro de 2019) do total dos empréstimos e financiamentos, se apresentava como segue:

Encargos financeiros a pagar – moeda local BRL	Controladora e Consolidado			
	2020		2019	
	Valor de principal	Provisão de juros	Valor de principal	Provisão de juros
Taxa de juros (ao ano)				
2% a 3%	8.611.867	174.734	-	-
3% a 4%	-	-	4.719.632	134.829
Acima de 4%	5.883	6.161	244.060	11.037
	8.617.749	180.895	4.963.692	145.866

As emissões de debêntures em moeda local possuem taxas de juros atreladas à Libor

O custo médio da dívida em 2020 em moeda estrangeira foi de 4,3% a.a. e em moeda local foi de 2,3% a.a. Em 2019 o custo médio da dívida em moeda estrangeira e moeda local foram respectivamente 3,7% a.a. e 4,3% a.a.

Em 2020, o movimento de empréstimos e financiamentos e encargos financeiros a pagar é representado conforme tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Empréstimos e financiamentos, encargos financeiros a pagar em 01 de janeiro	23.064.846	20.374.555
Adição captação de financiamentos	2.987.545	1.027.139
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(366)	(632)
Adição encargos financeiros	1.361.470	1.023.697
Pagamento de encargos financeiros	(831)	(949)
Variação Cambial, líquida	5.668.127	639.331
Custo amortizado	460	1.705
Empréstimos e financiamentos, encargos financeiros a pagar em 31 de dezembro	33.081.251	23.064.846

GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em decorrência da situação não operacional da Companhia, desde o rompimento da barragem de Fundão, algumas obrigações (covenants) presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos não foram cumpridas, como o índice de endividamento (Net Debt/EBITDA limitado a 4:1). Além disso, a Companhia deixou de pagar valores de principal e juros de empréstimos vencidos no exercício.

Para o cálculo do índice Net Debt/EBITDA a Companhia utiliza um EBITDA ajustado como base de cálculo dos financial covenants, este em consonância com as definições incluídas nos diversos contratos vigentes com os credores. Para tal critério são excluídos ganhos e perdas extraordinárias não caixa, tais como provisões, a fim de refletir no EBITDA a expectativa de geração de caixa, portanto avaliando a solidez e liquidez financeira da Companhia e sua capacidade de pagar toda a dívida num determinado período de tempo.

A Companhia contratou o J.P. Morgan para atuar como assessor financeiro na renegociação da sua dívida. Com objetivo de permitir a renegociação da dívida, de forma a adequá-la a nova realidade da Companhia, a Samarco distribuiu no dia 09 de abril de 2021 pedido de Recuperação Judicial, conforme descrito na nota explicativa 33.

CLASS ACTION COMPLAINT (AÇÃO COLETIVA)

Em 14 de novembro de 2016, uma ação coletiva putativa foi proposta no Tribunal Distrital dos Estados Unidos - Distrito Sul de Nova York - em nome de todos os compradores de "bond notes", papéis que foram adquiridos entre 31 de outubro de 2012 e 30 de novembro de 2015, e com vencimento em dez anos (2022, 2023 e 2024), contra Samarco e seu ex-diretor presidente. A queixa contém reivindicações sob as leis federais de valores mobiliários dos EUA e indica que o requerente buscará a aprovação da corte americana para proceder com uma ação coletiva (class action).

Em 6 de março de 2017, esta ação coletiva putativa foi alterada para incluir a BHP Group Ltd, a BHP Group Plc, a BHP Billiton Brasil Ltda, e a Vale S.A. e executivos da Samarco, incluindo quatro membros do seu Conselho de Administração, que é composto por representantes da Vale e da BHP Billiton Brasil. Em 05 de abril de 2017 o

Safrá apresentou pedido de desistência da ação contra as pessoas físicas, sendo mantidas apenas as pessoas jurídicas (Samarco, Vale e BHP Billiton Brasil).

Em 31 de agosto de 2017 foi apresentada a "Motion to Dismiss the Amended Complaint" elaborada em conjunto por Samarco, Vale e BHP Billiton Brasil. Em junho de 2019 a defesa prévia da Samarco foi acolhida julgando a ação extinta em sua fase preliminar.

A referida decisão de extinção foi objeto de recurso de Apelação pelos Autores. Tal recurso foi igualmente rejeitado em março de 2021.

Da decisão que rejeita a apelação, cabe recurso à Suprema Corte até o dia 2 de junho de 2021.

A Samarco acompanha eventual interposição do recurso.

Caso a decisão de extinção seja revertida, o caso volta a fase de instrução para apuração do montante das indenizações pleiteadas.

Dado o estágio preliminar desta ação, não é possível neste momento, fornecer os possíveis resultados ou uma estimativa confiável de potenciais exposições futuras da Samarco.

Em 2 de setembro de 2020, o Bank of New York Mellon, Trustee de credores, iniciou três ações na Suprema Corte do Estado de Nova York, Divisão Comercial pretendendo da Samarco o pagamento dos valores devidos em três notas globais, somando aproximadamente R\$ 15,2 bilhões (US\$2,7 bilhões).

Todas as três ações foram removidas para o Tribunal Federal no Distrito Sul de Nova York e, além de atender a um pedido de prorrogação de prazo, o Tribunal abriu a oportunidade para apresentarem cartas de pré-moção com os principais argumentos de seus requerimentos. Samarco informou que buscaria o arquivamento/suspensão do processo e a Autora informou que pediria a busca e penhora de bens antes de findo o processo.

O Tribunal permitiu a apresentação tanto da moção da Samarco quanto do Autor e definiu um cronograma para manifestação das partes a partir de 30 de outubro de 2020. Tanto Samarco quanto o Bank of New York Mellon apresentaram suas razões nos prazos fixados, sendo que o Autor pediu ainda a designação de audiência e a oitiva de representante da Samarco.

Esse processo encontra-se classificado como prognóstico de perda possível, conforme nota explicativa 19.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

16.1 BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia é patrocinadora da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (ValiaPrev), caracterizada por ser uma entidade multipatrocinada, com multiplano, administrando planos de benefícios com independência patrimonial e assegurando aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Oficial Básica. O plano oferecido é de contribuição definida e engloba os seguintes benefícios:

- Renda de aposentadoria normal
- Renda de aposentadoria antecipada
- Suplementação da aposentadoria por invalidez
- Suplementação de pensão por morte
- Renda de pensão por morte
- Renda de benefício diferido por desligamento
- Suplementação de abono anual
- Renda de abono anual
- Resgate

(a) Plano de aposentadoria de contribuição definida

Para custeio do plano são realizadas contribuições ordinárias em valor exatamente igual ao do participante, limitadas a 9% na parcela do salário-de-participação excedente a 10 unidades referenciais do plano, e ainda contribuições para garantir os benefícios de risco (invalidez e morte em atividade e abono anual) e para o custeio administrativo do plano.

No exercício de 2020 a Companhia efetuou contribuições para o plano de contribuição definida no montante de R\$ 7.132 (R\$ 5.118 em 2019).

(b) Parcela de benefício definido do plano de aposentadoria

Os custos e obrigações relacionadas aos benefícios de aposentadoria oferecidos aos seus empregados ao se aposentarem, são registrados com base em laudo de avaliação atuarial específico.

O laudo de avaliação atuarial apurou os benefícios de aposentadoria considerando as definições constantes nos regulamentos, no que diz respeito às elegibilidades, fórmulas de benefício e formas de reajuste.

O laudo atuarial avaliou a parcela de benefício definido, existente no plano, que representa a obrigação construtiva referente às suplementações de aposentadoria por invalidez, de pensão por morte e de abono anual, denominadas Plano de Risco, e a renda de aposentadoria.

1 – MUDANÇA NO VALOR PRESENTE DAS OBRIGAÇÕES

	2020	2019
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	64.195	45.127
Custo do serviço corrente	737	427
Custo de juros sobre valor presente da obrigação atuarial	4.646	4.028
(Ganhos)/Perdas atuariais - Experiência	3.565	7.219
(Ganhos)/Perdas atuariais - premissas demográficas	-	-
(Ganhos)/Perdas atuariais - premissas financeiras	(1.206)	11.082
Benefícios pagos pelo plano	(3.900)	(3.688)
Custo de serviço passado - encurtamento do plano	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	68.037	64.195

2 – MUDANÇA NO VALOR JUSTO DOS ATIVOS

	2020	2019
Valor justo dos ativos no início do exercício	99.635	86.553
Retorno real dos investimentos	3.424	16.480
Contribuições pagas pela Companhia	336	291
Benefícios pagos pelo plano	(3.900)	(3.688)
Valor justo dos ativos no final do exercício	99.495	99.635

3 – MUDANÇA NO SUPERÁVIT IRRECUPERÁVEL

	2020	2019
Superávit irrecuperável no final do exercício anterior	35.441	41.426
Juros sobre o superávit irrecuperável	2.640	3.832
Mudança no superávit irrecuperável durante o período	(6.624)	(9.817)
Superávit irrecuperável no final do exercício corrente	31.457	35.441

4 – CUSTOS DO BENEFÍCIO DEFINIDO

4.1 – Resultado do exercício	2020	2019
Custo do serviço corrente da Companhia	737	427
Juros líquido sobre o passivo/(ativo) líquido	(13)	(15)
Custo do benefício definido no resultado	724	412

4.2 – Outros resultados abrangentes (ORA)	2020	2019
(Ganhos)/Perdas atuariais de evolução do passivo	3.565	7.219
(Ganhos)/Perdas atuariais de alterações de premissas	(1.206)	11.082
(Ganhos)/Perdas atuariais que surgiram no período	2.359	18.301
Rendimentos sobre ativos do plano (maior)/menor que taxa de desconto	3.877	(8.606)
Mudança no superávit irrecuperável	(6.624)	(9.816)
Remensuração dos efeitos em outros resultados abrangentes	(388)	(121)

4.3 – Custo do benefício definido	2020	2019
Custo do serviço corrente	737	427
Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo/(ativo)	(13)	(15)
Remuneração dos efeitos reconhecidos em ORA	(388)	(121)
Custo do benefício definido	336	291

5 – MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/ATIVO LÍQUIDO

5.1 – (Passivo)/ativo líquido	2020	2019
Valor presente da obrigação (VPO)	(68.037)	(64.195)
Valor justo dos ativos	99.495	99.636
(Passivo)	31.458	35.441

5.2 – Reconciliação do (passivo)/ativo líquido total	2020	2019
(Passivo)/ativo líquido total no início do exercício	-	-
Custo do Serviço	(737)	(427)
Juros líquido sobre o valor líquido de passivo/(ativo)	13	15
Remuneração dos efeitos reconhecidos em ORA	388	121
Contribuições pagas pela Companhia	336	291
(Passivo)/ativo líquido total no final do exercício	-	-

6 – CUSTO ESTIMADO DO BENEFÍCIO DEFINIDO PARA 2020

Custo do serviço corrente	818
Juros líquido sobre passivo (ativo) líquido	-
Custo a ser reconhecido no resultado	818

7 – FLUXO DE CAIXA ESPERADO PARA 2020

Contribuições da Companhia	-
Benefícios pagos pelo plano	3.972

8 – PREMISSAS ATUARIAIS

	2020	2019
Econômicas		
Taxa de desconto	7,04% ao ano	5,25% ao ano
Taxa de crescimento salarial	5,32% ao ano	6,080% ao ano
Inflação	3,25%	4,00% ao ano
Crescimento de benefícios	3,80% ao ano	4,00% ao ano
Retorno de ativos de longo prazo	7,04% ao ano	9,25% ao ano
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (H)	AT-2000 (H)
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO-1980	CSO-1980
Tábua de entrada em invalidez	RGPS 1992-2002 55%	RGPS 1992-2002 55%
Tábua de rotatividade	0% até 55 anos	0% até 55 anos
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	100%	100%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 5 anos mais jovens que maridos	Esposas são 5 anos mais jovens que maridos

8.1 – Análise de Sensibilidade	2020		2019	
	Análise de sensibilidade	VPO	Análise de sensibilidade	VPO
Taxa de desconto	Aumento de 1%	60.879	Aumento de 0,5%	60.597
Taxa de desconto	Redução de 1%	76.749	Redução de 0,5%	68.166

9 - SUMÁRIO DE DADOS DOS PARTICIPANTES

	2020	2019
Empregados ativos e autopatrocinados		
Número	1.381	1.328
Idade média	41,58	40,84
Tempo médio de serviço (anos)	11,72	11,45
Média salarial anual	94.369	86.929
Participantes com benefício assistido		
Número	131	123
Média salarial anual	31.670	30.913

10 – OS ATIVOS DO PLANO SÃO ADMINISTRADOS COMO SEGUE:

Ativos por categoria	2020	2019
Renda fixa	719.621	659.271
Renda variável	150.373	131.068
Investimentos estruturados	88.059	83.668
Investimentos no exterior	736	-
Empréstimos	23.547	20.085
	982.336	894.092

16.2 OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece ainda outros benefícios a empregados, tais como o plano de assistência médica de autogestão e coparticipativo (referente a despesas realizadas), que se estende aos dependentes dos empregados, denominado Assistência Médica Supletiva (AMS). Esse

plano concede aos beneficiários os serviços de assistência à saúde nos procedimentos ambulatorial, hospitalar, odontológico e farmácia, sendo assegurado por Acordo Coletivo de Trabalho e do qual a Companhia assume integralmente a taxa administrativa. As despesas com outros benefícios foram reconhecidas no resultado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Remuneração e encargos	(171.658)	(155.378)	(172.958)	(157.896)
Encargos previdenciários	(40.353)	(35.801)	(40.353)	(35.801)
Benefícios de plano de aposentadoria	(7.899)	(5.772)	(7.899)	(5.786)
Vale alimentação	(15.249)	(12.064)	(15.249)	(12.064)
Assistência médica	(12.235)	(11.331)	(12.235)	(11.332)
Outros	(19.226)	(14.706)	(19.385)	(14.809)
	(266.619)	(235.052)	(268.079)	(237.688)

17. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

O saldo de salários, provisões e contribuições encontra-se detalhado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Provisão de férias	22.769	18.494	22.896	18.541
INSS de empregados	3.790	3.732	3.790	3.732
FGTS a pagar	1.544	1.480	1.544	1.480
Outros	1.243	935	1.246	939
Total	29.346	24.641	29.476	24.692

18. TRIBUTOS A RECOLHER

O saldo de tributos a recolher encontra-se detalhado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
ICMS a recolher		3.332	4	3.332	4
DIFAL de ICMS a recolher		1.137	531	1.137	531
REFIS – Recuperação fiscal – tributos parcelados	(a)	129.336	143.985	129.336	143.985
IRRF sobre juros e remessa para exterior	(b)	495.729	295.532	495.729	295.532
IRRF a recolher		4.322	4.421	4.322	4.421
ISS retido		3.872	2.773	3.872	2.773
INSS de terceiros a recolher		3.916	2.198	3.916	2.198
Parcelamento IPTU Anchieta	(c)	-	39.885	-	39.885
PIS/COFINS sob receitas financeiras		92	4.858	92	4.858
Tributos sobre nacionalização de insumos	(d)	-	78.415	-	78.415
Outros		2.753	6.432	2.753	6.429
Total		644.489	579.034	644.489	579.031
Passivo Circulante		532.347	451.911	532.347	451.908
Passivo Não Circulante		112.142	127.123	112.142	127.123
Total		644.489	579.034	644.489	579.031

(a) Em 20 de dezembro de 2013 a Samarco aderiu ao Programa de Parcelamento REFIS IV, conforme Lei nº 12.865/13. A primeira parcela foi paga no momento da adesão. Em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 112.142 (R\$ 127.123 em 31 de dezembro de 2019) refere-se as parcelas de longo prazo, atualizados pela SELIC. As parcelas de curto prazo totalizam um valor de R\$ 17.194 (R\$ 16.862 em 31 de Dezembro de 2019). A consolidação dos débitos foi realizada junto à Receita Federal do Brasil (modalidades “demais débitos” com 90 parcelas a pagar em 31 de dezembro de 2020 e “previdenciários” com 92 parcelas a pagar em 31 de dezembro de 2020) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (modalidade “demais débitos” com 88 parcelas em 31 de dezembro de 2020), em setembro de 2017 e fevereiro de 2018, respectivamente, mantendo-se a Companhia regularmente ativa neste parcelamento.

(b) Refere-se basicamente à provisão de tributos incidente sobre :

(i) os serviços prestados pela controlada

Samarco Europe referente à intermediação de vendas de minério de ferro.

(ii) a provisão de juros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos no país.

(c) O mútuo interesse entre a Samarco e o Município de Anchieta em pôr fim aos litígios referentes às discussões de IPTU dos imóveis da Companhia nesta municipalidade culminou em transação tributária entre as partes em junho de 2019. Após a transação, devidamente instruída por laudo técnico, chegou-se à definição de que a extensão territorial sujeita a tributação, correspondente a área de expansão industrial, seria de 133 ha. Todos os valores foram quitados até o mês de fevereiro de 2020.

(d) Impostos a pagar referente a nacionalização de insumos importados pela Companhia sobre o regime aduaneiro, que não foram consumidos em função da paralização das operações após o rompimento da barragem de Fundão. Todos os valores foram quitados até 29/05/2020.

19. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais,

internos e externos, constituiu provisões para as contingências em montante avaliado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

Em 2020, as provisões para contingências prováveis estão apresentadas líquidas dos correspondentes depósitos judiciais no montante de R\$ 132.726 (R\$ 127.320 em 2019). O saldo de depósitos judiciais sem provisões relacionadas está registrado no ativo no montante de R\$ 1.946.192 (R\$ 1.906.183 em 2019) e sua composição encontra-se detalhada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Depósitos judiciais tributários	1.586.696	1.555.188
Depósitos judiciais cíveis	346.186	336.941
Depósitos judiciais trabalhistas	9.633	10.385
Depósitos judiciais ambientais	3.677	3.669
	1.946.192	1.906.183

Segue movimentação para as provisões para contingências prováveis da Companhia.

	Controladora e Consolidado				
	2018	Adições	Reversões	Encargos	2019
Ações tributárias	86.612	62.138	(4.359)	2.013	146.404
(-) Depósitos judiciais tributários	(72.431)	(2.248)	-	(3.132)	(77.811)
Ações cíveis	54.205	-	(35.110)	(12.003)	7.092
(-) Depósitos judiciais cíveis	(114)	-	9	-	(105)
Ações trabalhistas	54.390	7.863	-	-	62.253
(-) Depósitos judiciais trabalhistas	(11.368)	(1.125)	3.219	(1.508)	(10.782)
Ações ambientais	2.232	-	(1.482)	(481)	269
	113.526	66.628	(37.723)	(15.111)	127.320

	Controladora e Consolidado				
	2019	Adições	Reversões	Encargos	2020
Ações tributárias	146.404	513	-	1.339	148.256
(-) Depósitos judiciais tributários	(77.811)	-	-	(849)	(78.660)
Ações cíveis	7.092	6.361	(438)	802	13.817
(-) Depósitos judiciais cíveis	(105)	(2.252)	-	(58)	(2.415)
Ações trabalhistas	62.253	12.592	(20.198)	13.382	68.029
(-) Depósitos judiciais trabalhistas	(10.782)	(3.032)	2.360	(5.145)	(16.599)
Ações ambientais	269	-	-	29	298
	127.320	14.182	(18.276)	9.500	132.726

A composição das provisões ocorre conforme o quadro a seguir:

		Controladora e Consolidado					
		2020			2019		
		Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido
ECE - ES	(a.1)	42.465	(41.531)	934	41.995	(41.995)	-
ECE - MG	(a.1)	33.934	(33.934)	-	33.567	(33.567)	-
Honorários advocatícios	(a.2)	4.578	-	4.578	4.578	-	4.578
Outros		67.279	(3.195)	64.084	66.264	(2.249)	64.015
Ações Tributárias		148.256	(78.660)	69.596	146.404	(77.811)	68.593
Ações cíveis	(a.3)	13.817	(2.415)	11.402	7.092	(105)	6.987
Ações trabalhistas		68.029	(16.599)	51.430	62.253	(10.782)	51.471
Ações ambientais		298	-	298	269	-	269
		230.400	(97.674)	132.726	216.018	(88.698)	127.320

(a) Provisões reconhecidas pela Companhia para litígios:

			Controladora e Consolidado	
Nota	Descrição	Posição	2020	2019
(a.1)	Ação judicial visando à declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade da exigência dos encargos e aquisição de energia elétrica emergencial, em virtude de vícios técnicos quando da instituição dessas exações.	ES – Processo em fase de liquidação com provimento MG – Processo aguarda decisão pelos Tribunais Superiores.	76.399	75.562
(a.2)	Provisão relacionada a honorários advocatícios referentes a processos que estejam classificados como perda remota.	-	4.578	4.578
(a.3)	Provisão constituída para cobrir as perdas potenciais com processos cíveis.	Processos em esfera judicial, em diversas fases processuais.	13.817	7.092
(a.4)	Processos relativos ao pagamento de PLR para cargos gerenciais.	Processos pendentes de encerramento da discussão na esfera administrativa.	11.828	-
(a.5)	Processos relativos à antiga Usina Hidrelétrica Guilman Amorim, extinta por cisão e posterior incorporação, referentes a inclusão na base de cálculo da COFINS de receita de arrendamento.	Processos aguardando análise de Mandado de Segurança em segunda instância judicial	195	-
Outros	Provisão constituída para cobrir as perdas potenciais com processos tributários	Processos nas esferas administrativa e judicial, em diversas fases processuais.	55.256	66.264
Trabalhistas	Processos trabalhistas relacionados, sobretudo, à aplicação de multas pelos órgãos de controle, além de reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados próprios e de terceiros.	Processos nas esferas administrativa e judicial, em diversas fases processuais.	68.029	62.253
Ambientais	Provisão constituída para cobrir as perdas potenciais com processos ambientais	Processos nas esferas administrativa e judicial, em diversas fases processuais.	68.029	62.253
			230.400	216.018

(b) Contingências possíveis:

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis, sendo os principais:

Descrição	Posição	2020	2019
Autos de Infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" nos anos-calendário de 2007 a 2014 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	As cobranças de CSLL 2007/2008 e 2009/2010, bem como multa isolada referente ao período 2007/2008 estão com exigibilidade suspensa por decisão judicial liminar. A exigência da CSLL 2011/2012 está suspensa na esfera administrativa aguardando análise de leading cases pelo STF. Pendente apreciação referente à multa isolada em última instância administrativa. Para o período de 2013 em diante a Samarco possui mandado de segurança com decisão favorável em primeira e segunda instâncias, considerando a inconstitucionalidade da cobrança da CSLL em face da Companhia.	5.861.459	5.771.753
Execução Fiscal relativa aos anos de 2000 a 2003, 2007 a 2008 e Autos de Infração referentes aos períodos de 2009 a 2014 por suposta apuração incorreta do IRPJ em virtude da aplicação da alíquota de 18% sobre o lucro oriundo da exportação de minerais e discussão a respeito da dedutibilidade do custo de aquisição de direito minerário.	Processos relativos ao período de 2000 a 2003 e 2007 a 2008 objeto de cobrança na esfera judicial com garantia integral do débito. Período de 2009 e 2010 com decisão parcialmente favorável em primeira instância judicial pendente de análise em segunda instância. Em relação ao período de 2011 a 2014, foi proferida em fevereiro de 2021 sentença em primeira instância favorável a Companhia, pendente de análise de recurso da União.	4.539.459	4.480.468
Autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Mineração por alegado recolhimento a menor da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).	Cobranças relativas ao período de 1991 a 2017. Em relação às execuções fiscais que cobram débitos relativos ao período de 1991 a 2005 houve reconhecimento da prescrição do período de jan/91 a set/98. O período remanescente de out/98 a dez/2005 aguarda julgamento em primeira instância judicial. A cobrança referente ao período de 2008 e 2009 ainda está sob análise de recurso na esfera administrativa. A cobrança referente ao período de 2010 a 2017 está pendente de análise de impugnações administrativas pela ANM.	1.667.509	1.640.765
Execuções Fiscais relativas à base de cálculo da contribuição ao PIS referentes aos períodos de setembro de 1989 a dezembro de 1993.	1 processo aguardando decisão em primeira instância judicial e 1 processo pendente de apreciação pelo juízo de segunda instância.	22.942	22.805
Autos de infração relativos à exigência de contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos feitos aos seus segurados empregados a título de Prêmio "Campo de Ideias", entre outros assuntos, tais como (i) contribuições sociais supostamente devidas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento, incidentes sobre os pagamentos referidos; (ii) multa por deixar de arrecadar contribuições sociais; e (iii) multa por falta de informações nas GFIPs.	Aguardando análise de recursos administrativos.	4.623	5.824
Glosa de compensação de créditos de PIS e COFINS do período de abril de 2006 a dezembro de 2007 e 2008 a 2010 com débitos de IRPJ de estimativa mensal apurada no mesmo período, entregando as PER/DCOMPs individualizadas por trimestre e origem de créditos (créditos de PIS e COFINS).	Processos aguardando análise de recursos administrativos.	316.040	310.429

Autuação referente à cobrança de ICMS nas operações de transferência de energia elétrica da PCH Muniz Freire, de sua propriedade, para consumo em seu estabelecimento industrial de Ponta Ubu, Anchieta/ES.	Publicada sentença favorável em primeira instância, aguardando julgamento de recurso do Estado do ES na segunda instância.	24.145	36.188
Processos Cíveis relacionados, sobretudo a indenizações a terceiros. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda desses litígios é possível.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	1.772.294	1.475.385
Processos trabalhistas relacionados, à aplicação de multas pelos órgãos de controle, além de reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados próprios e de terceiros.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	653.074	606.489
Processos envolvendo riscos ambientais referentes aos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no que se referem a autuações pelos órgãos de fiscalização.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	1.739.572	1.074.161
Em 2 de setembro de 2020, o Bank of New York Mellon, Trustee de credores, iniciou três ações na Suprema Corte do Estado de Nova York, Divisão Comercial pretendendo da Samarco o pagamento dos valores devidos em três notas globais.	Diante da notícia do pedido de RJ no Brasil, o juiz responsável pelas referidas ações convocou as partes para esclarecimentos e restou acordado, em conferência telefônica realizada entre as partes em 13 de abril de 2021, que o processo seria suspenso e que as partes atualizariam a corte a respeito de novos desdobramentos. O deferimento do Chapter 15 irá suspender as ações.	Conforme nota explicativa 15 (b)	-
Outros	-	458.007	196.718
		17.059.124	15.620.985

20. PROVISÕES DIVERSAS

	Nota	Controladora e Consolidado	
		2020	2019
Provisão energia elétrica	(a)	3.714	949
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	(b)	4.743.522	4.023.333
Provisão passivo ambiental barragem Germano	(c)	458.607	247.429
Total circulante		5.205.843	4.271.711

	Nota	Controladora e Consolidado	
		2020	2019
Provisão direitos minerários (nota 30)	(d)	112.222	112.222
Provisão com obrigação para desmobilização de ativos	(e)	2.186.132	1.477.776
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	(b)	12.292.811	8.148.418
Provisão passivo ambiental barragem Germano	(c)	1.887.010	2.286.382
Total não circulante		16.478.175	12.024.798

(a) Aquisição de energia para utilização no processo produtivo, não faturada pelas concessionárias no período.

(b) Provisão referente ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme divulgado na nota explicativa 3(d).

(c) Conforme nota explicativa 1 (b) , em fevereiro de 2019, ocorreu uma mudança na legislação que envolve políticas de segurança de barragens (lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, instituiu a Política Estadual de Segurança de Barragens). Em consonância com a lei supracitada, a resolução conjunta SEMAD/FEAM nº 2.784, de 21 de março de 2019, decreta, dentre outras determinações, a descaracterização de todas as barragens de contenção de rejeitos que utilizem ou utilizaram o

método de alteamento a montante, provenientes de atividades minerárias, existentes no estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, o processo de fechamento da barragem de Germano pressupõe a retirada da função de barragem, interrompendo-se o processo de disposição de rejeito (o que a torna uma estrutura inativa), não havendo mais acúmulo de água com formação de lago permanente e requer, dentro de uma visão de longo prazo, a adoção conjunta de soluções voltadas à estabilidade física, química e biológica da estrutura.

A movimentação da provisão para descomissionamento da barragem de Germano está representada conforme tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo em 01 de Janeiro	2.533.811	-
Constituição da provisão	-	2.557.646
Realização da provisão	(125.193)	(23.835)
Atualização Financeira	158.519	-
Aumento (redução) da provisão	(221.520)	-
Saldo em 31 de dezembro	2.345.617	2.533.811
Passivo Circulante	458.607	247.429
Passivo Não Circulante	1.887.010	2.286.382

(d) A Companhia paga à acionista Vale pela cessão de direitos minerários sobre os recursos geológicos de minério de ferro. Esses valores são calculados pela razão de 4% sobre os dividendos pagos.

(e) A movimentação de provisão com obrigação para desmobilização de ativos está representada conforme tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo em 01 de Janeiro	1.477.776	381.297
Acréscimo de provisão (atualização financeira)	99.026	28.156
Revisões estimadas nos fluxos de caixa	609.330	1.068.323
Saldo em 31 de dezembro	2.186.132	1.477.776
Passivo não circulante	2.186.132	1.477.776

O plano de fechamento conceitual das unidades é elaborado por aproximações sucessivas, em evolução dos níveis de estudos voltados às ações de fechamento ao longo da vida útil do empreendimento até que se alcance o nível de detalhe para projetos executivos próximo ao

período de fechamento, que dependem do tipo de operação, da abrangência socioambiental e da vida útil do empreendimento. Este plano abrange um diagnóstico da situação atual dos sites, avalia potenciais impactos e riscos do fechamento dos empreendimentos em diversas esferas

como econômica, ambiental, social, jurídica e de engenharia, estabelece medidas a serem adotadas antes, durante e após o fechamento para se alcançar os objetivos desejados e minimizar os riscos, estima um cronograma físico financeiro de fechamento a partir da vida útil dos ativos do empreendimento e estima os custos de fechamento conforme a fase do plano.

A política da Companhia é de revisar esse plano a cada três anos, ou sempre que houver mudanças significativas no empreendimento ou nas condições do entorno. Em dezembro de 2020 o estudo de

avaliação de descomissionamento das plantas industriais de Germano, Ubu e Minerodutos foi atualizado a taxa de desconto. Este resultou em um aumento de R\$ 609.330 do passivo referente a provisão para desmobilização de ativos.

A provisão para desmobilização de ativos foi baseada em informações atuais incluindo a tecnologia disponível e preços correntes. A provisão constituída foi descontada a valor presente utilizando como taxa de desconto 6,8700 % ao ano, baseada nos parâmetros adotados pela Companhia para avaliações econômico-financeiras.

21. DEMAIS PASSIVOS

Os outros passivos estão representados como segue:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Comissões/serviços a pagar no exterior a partes relacionadas (nota 30)	(a)	22.383	17.108	-	-
Demurrage a pagar	(b)	1.158	895	1.158	895
Valores a pagar (materiais/serviços)	(c)	3.254	737	3.254	737
Consórcio UHE Guilman-Amorim (nota 2.3(b) e nota 10)		3.994	3.510	3.994	3.510
Multas ambientais Parcelas – SEMAD	(d)	46.344	75.500	46.344	75.500
Passivo de arrendamento		2.291	8.240	2.291	8.240
TEP - contrato de GN com a Petrobrás Distribuidora - BR	(e)	144.807	-	144.807	-
Outros		5.636	5.225	5.758	5.307
Total		229.867	111.215	207.606	94.189
Passivo circulante		98.900	61.741	76.639	44.715
Passivo não circulante		130.967	49.474	130.967	49.474

(a) Refere-se à serviços de marketing prestados pela controlada Samarco Europe.

(b) Valor devido pela Samarco referente ao tempo adicional utilizado no carregamento ou na descarga do produto no porto.

(c) Valores referentes a materiais e bens adquiridos cujo registro fiscal não foi realizado, pois a respectiva nota não havia sido emitida pelo fornecedor. Os bens e materiais, já estão contabilizados em estoque e custo.

(d) Multas ambientais oriundas dos danos causados pelo rompimento da barragem, conforme divulgado na nota explicativa 3(e).

(e) Refere-se ao débito relacionado ao TEP (Termo de Encerramento de Pendência) assinado entre Samarco e Petrobrás Distribuidora – BR em 11 de agosto de 2020 relacionado ao contrato de gás natural, atualizado mensalmente pelo IGPM a partir de abril/2020, sendo dividido em 30 parcelas a serem pagas após seis meses da retomada das operações da Samarco.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é de R\$ 297.025 dividido em 5.243.298 ações ordinárias nominativas conforme abaixo:

	Quantidade de ações	% do capital total
BHP Billiton Brasil Ltda.	2.621.649	50
Vale S.A.	2.621.649	50
	5.243.298	100

22.2 DIVIDENDOS

Em Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 28 de abril de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos relacionados ao exercício de 2014 no montante de R\$ 2.805.548, sendo que: (i) o montante R\$ 2.104.161 refere-se a dividendos adicionais e ; (ii) o montante de R\$ 701.387 trata-se de dividendos obrigatórios registrados no passivo não circulante.

Conforme Estatuto Social da Companhia os dividendos obrigatórios são de 25% do lucro líquido nos termos da lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia acumulou prejuízo de R\$ 42.852.153 (R\$ 38.262.780 em 31 de dezembro de 2019).

22.3 RESULTADOS ABRANGENTES

	Nota	Controladora e Consolidado	
		2020	2019
Estoques		239.106	131.923
Imobilizado e Intangível		16.227.995	10.379.196
Empréstimos e Financiamentos		15.814	12.418
Custo		1.362.793	1.119.875
Variação cambial		(23.870.420)	(11.077.396)
Outros	(a)	(2.440.043)	323.142
Ajustes acumulados de conversão	(b)	(8.464.756)	889.158
Remensuração de benefício pós-emprego	(c)	(3.632)	(4.020)
		(8.468.388)	885.138

(a) O montante refere-se à ajustes acumulados de conversão de adiantamento a fornecedores, despesas e receitas antecipadas, equivalência patrimonial, custo de produtos vendidos e outras (receitas) despesas, líquidas.

(b) Referem-se às variações cambiais resultantes da conversão do balanço patrimonial e do resultado do exercício da moeda funcional Dólar norte-americano para a moeda de apresentação das demonstrações financeiras, Real.

(c) Referem-se aos ganhos e perdas atuariais de evolução do passivo, alterações de hipóteses, rendimentos sobre os ativos do plano e mudança no superávit irrecuperável (nota explicativa 16).

23. RECEITAS

A Companhia atua no mercado de mineração provendo suas receitas mediante a comercialização de pelotas de minério de ferro: PDR - Pelota para

redução direta e PBF - Pelota para alto-forno. O excedente da produção de concentrado de minério de ferro é comercializado como finos (pellet feed).

Devido ao rompimento da barragem de Fundão e subsequente suspensão das licenças de exploração, as operações foram temporariamente suspensas em novembro de 2015, não havendo produção até novembro de 2020. Conforme divulgado na nota explicativa 1, a Samarco retomou suas operações de forma gradual em dezembro de 2020, reiniciando assim as atividades relacionadas

à extração de minério de ferro, às plantas de beneficiamento e de pelotização.

Em 2020 e 2019, a Companhia realizou vendas para o mercado interno e externo, comercializando pellet feed para países das Américas e Ásia e pelotas para o Brasil. Além das receitas de produtos e subprodutos, a Companhia obteve receitas com excedentes de energia elétrica e receitas com serviços logísticos no porto de sua propriedade, tais como aluguel de rebocadores e disponibilização de áreas.

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Pelotas - País	-	10.843
Finos - Exterior	55.365	-
Energia elétrica	42.873	38.545
Disponibilização de Berço do Porto	18.618	12.139
Outros produtos e serviços	7.060	3.752
Total da receita bruta	123.916	65.279
Impostos sobre vendas	(8.239)	(8.088)
Devoluções de vendas	(31)	-
Receita líquida	115.646	57.191

24. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

Os custos dos produtos vendidos estão representados a seguir:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Conversão de moeda	(a)	(242.918)	(145.786)	(242.918)	(145.786)
Venda de energia elétrica		(8.242)	(8.986)	(8.242)	(8.986)
Disponibilização de berço do porto		(5.465)	(4.985)	(5.465)	(4.985)
CFEM		(1.653)	(300)	(1.653)	(300)
Capacidade ociosa	(b)	(1.082.507)	(768.531)	(1.082.507)	(768.531)
Amortização direto de uso	(c)	(20.357)	(19.582)	(20.357)	(19.582)
Provisão (reversão) para reforço instalações da barragem	(d)	15.165	(10.561)	15.165	(10.561)
Outros		(2.105)	2.750	(2.085)	2.722
Custos dos produtos vendidos		(1.348.082)	(955.981)	(1.348.062)	(956.009)

(a) O efeito das variações a taxa de câmbio refere-se à conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional (dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (real).

(b) A Samarco reiniciou as operações de forma gradual em dezembro de 2020 (nota explicativa 1). Dessa forma, os custos fixos da Samarco das unidades de Germano, MG e Ubu, ES até 31

de novembro de 2020 e do ano de 2019, foram alocados diretamente ao custo, na rubrica "capacidade ociosa". A partir da retomada das operações, os custos foram alocados de acordo com o volume de produção e, os custos fixos decorrentes da ociosidade de ambas as unidades foram alocados diretamente ao custo na rubrica "capacidade ociosa", conforme detalhado a seguir:

	2020	2019
Insumos	(969)	(974)
Materiais	(87.991)	(56.197)
Serviços	(259.566)	(201.421)
Mão de Obra	(149.157)	(148.994)
Energia Elétrica	(28.857)	(30.713)
Depreciação	(206.702)	(179.823)
Reforço Estrutural Barragens	(42.286)	(76.629)
TEP - contrato de GN com a Petrobrás Distribuidora - BR	(124.175)	-
Prontidão operacional	(175.635)	(67.197)
Outros	(7.169)	(6.583)
Total	(1.082.507)	(768.531)

Parte do saldo registrado na rubrica "capacidade ociosa", no valor de R\$ 42.286 (R\$ 76.629 em 2019), refere-se aos serviços de terceiros destinados para a manutenção e reparação das instalações da Samarco afetadas pelo rompimento da barragem divulgado na nota explicativa 3(g).

(c) Amortização de contratos de arrendamento conforme nota explicativa 12.5.

(d) Provisão referente ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme divulgado na nota explicativa 3(g).

25. DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com vendas				
Serviços contratados	(39.660)	(15.716)	(39.975)	(15.950)
Despesas com pessoal	(15.989)	(13.897)	(17.449)	(16.533)
Depreciação e amortização	(10.184)	(9.142)	(10.187)	(9.175)
Materiais auxiliares	(9.170)	(6.036)	(9.170)	(6.036)
Despesas de embarque, líquidas	(192)	-	(192)	-

Provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa	(6.786)	(3)	(6.786)	(3)
Provisão (reversão) tributos sob remessa exterior	(2.357)	45	(2.357)	45
Despesas comerciais das controladas (nota 30)	(2.389)	(3.744)	-	-
Despesas atividades manutenção	(4.190)	(4.612)	(4.190)	(4.612)
Despesas gerais	(2.799)	(3.499)	(3.472)	(4.073)
Total	(93.716)	(56.604)	(93.778)	(56.337)
Despesas gerais e administrativas				
Serviços contratados	(16.227)	(10.857)	(16.227)	(10.857)
Despesas com pessoal	(42.108)	(42.612)	(42.108)	(42.612)
Depreciação e amortização	(1.254)	(752)	(1.254)	(752)
Materiais auxiliares	(354)	(131)	(354)	(131)
Despesas gerais	(6.101)	(5.400)	(6.101)	(5.400)
Total	(66.044)	(59.752)	(66.044)	(59.752)

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

O saldo de outras despesas operacionais, líquidas, encontra-se detalhado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Provisão para plano de reestruturação - PDV		-	(123)	-	(123)
Reversão para perdas sobre ICMS – ES		7.173	4.530	7.173	4.530
Provisões para contingências		(12.367)	(29.096)	(12.367)	(29.096)
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	(a)	(3.216.112)	(1.955.076)	(3.216.112)	(1.955.076)
Despesa com recuperação socioambiental e socioeconômica	(a)	(194.160)	(200.210)	(194.160)	(200.210)
Provisão aportes na Fundação Renova (nota 30)	(a)	(3.800.000)	(2.508.000)	(3.800.000)	(2.508.000)
Provisão (reversão) para descomissionamento da barragem de Germano		346.713	(2.533.811)	346.713	(2.533.811)
Despesas com passivo ambiental barragem Germano		(125.193)	(23.835)	(125.193)	(23.835)
Provisão (reversão) para perda desvalorização ativo – UGC (nota 12.1)		664.993	(9.705.110)	664.993	(9.705.110)
Despesas Tributárias		(26.265)	(190.691)	(26.265)	(190.691)
Despesas com investimentos e projetos sociais		(18.240)	(13.603)	(18.240)	(13.603)

Despesas com Fundação Renova	(a)	(9.263)	(490.000)	(9.263)	(490.000)
Multas provenientes recuperação socioambiental e socioeconômica	(a)	-	(195)	-	(195)
Gastos com pesquisas (nota 13)		(23.538)	(19.602)	(23.538)	(19.602)
Honorários advocatícios e periciais		(4.398)	(10.075)	(4.398)	(10.075)
Ajuste de estoque (almoxarifado)		(4.096)	(3.657)	(4.096)	(3.657)
Reversão para baixa ativo permanente		5.459	-	5.459	-
Alienação de imobilizado		-	134	-	134
Reversão para capitalização de despesas		-	329.290	-	329.290
Outras provisões		(670)	(27.135)	(670)	(27.135)
Outras, líquidas		147.823	940.624	147.778	940.610
Conversão de moeda	(b)	2.770.214	(194.525)	2.770.214	(194.525)
Total		(3.491.927)	(16.630.166)	(3.491.972)	(16.630.180)

(a) Provisões e despesas referentes ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme divulgado na nota explicativa 3.

(b) O efeito das variações a taxa de câmbio refere-se à conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional (dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (real).

27. RESULTADO FINANCEIRO

O detalhamento do resultado financeiro está representado como segue:

Receitas financeiras	Nota	Controladora e Consolidado	
		2020	2019
Rendimento sobre depósitos judiciais	(a)	49.283	71.878
Rendimentos com aplicações financeiras		82	1.326
Descontos obtidos		12	196
Outras receitas financeiras		1.215	4.642
Receitas financeiras - consolidado		50.592	78.042
Receitas registradas das controladas		(5)	(4)
Receitas financeiras – controladora		50.587	78.038

Despesas financeiras	Nota	Controladora e Consolidado	
		2020	2019
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(a)	(1.349.736)	(1.023.697)
Juros sobre contingências		(1.977)	10.517
Juros moratórios e fiscais		(8.607)	(13.517)
Comissões e juros bancários		(19.502)	(19.825)
IRRF sobre juros - remessa para exterior		(197.840)	(92.450)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(1.459)	(1.834)
Despesas financeiras provisão recuperação socioambiental e socioeconômica	(b)	(1.663.636)	(665.979)
Despesas financeiras com passivo de arrendamento		(396)	(843)
Outras despesas financeiras		(297.000)	(38.297)
Despesas financeiras - consolidado		(3.540.153)	(1.845.925)
Despesas registradas das controladas		25	6
Despesas financeiras controladora		(3.540.128)	(1.845.919)

(a) Refere-se a atualização dos depósitos judiciais e das provisões para contingências referentes aos processos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais.

(b) Atualização financeira das provisões referentes

ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme divulgado na nota explicativa 3(i).

O saldo de variação cambial está representado como segue:

Variações cambiais	2020	2019
Caixa	3.624	(4)
Clientes	(174)	184
Tributos a recuperar	(24.689)	(4.540)
Depósitos judiciais	(512.129)	(83.845)
Fornecedores	30.134	1.162
Salários, provisões e contribuições sociais	3.466	791
Tributos a recolher	137.108	(6.097)
Dividendos	719.811	119.204
Contingência	55.692	3.312
Imposto de renda diferido	274.841	39.566
Outras contas a pagar no país de partes relacionadas	1.591.916	195.483
Provisões Diversas	3.785.096	628.508
Outras	92.984	(3.270)
Variações cambiais, líquidas – consolidado	6.157.680	890.454
Variações cambiais, líquidas – registradas das controladas	(82)	63
Variações cambiais, líquidas – controladora	6.157.598	890.517

28. IMPOSTO DE RENDA

A Companhia está sujeita à tributação do imposto de renda pela alíquota de 25%.

28.1 IMPOSTO DE RENDA A PAGAR

A seguir, apresentamos a movimentação de imposto de renda a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo do início do exercício	-	-	167	143
Provisões do período	36.787	-	36.983	24
Pagamentos	(36.787)	-	(37.141)	-
Saldo do final do exercício	-	-	9	167

28.2 IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO

A Companhia possui imposto de renda diferido registrado no ativo não circulante constituído sobre provisões temporariamente não dedutíveis a alíquotas de 25%, de acordo com a aplicação de cada provisão como ajuste lucro real.

Em função da incerteza da retomada das atividades operacionais da Companhia (nota explicativa 1(b)), foi realizada uma análise referente a realização do imposto de renda diferido constituído até 31 de dezembro de 2020.

E, por entender que os lucros fiscais futuros e passíveis de tributação a alíquota de 25% não serão suficientes para suportar a utilização do imposto

de renda diferido e do prejuízo fiscal, a Companhia optou por efetivar a baixa do Imposto de renda diferido.

28.3 IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO SOBRE OS ITENS NÃO MONETÁRIOS

As demonstrações financeiras foram convertidas da moeda funcional Dólar norte-americano (US\$) para o Real (R\$), que é a moeda de apresentação, enquanto a base de cálculo do imposto de renda sobre ativos e passivos é determinada na moeda Real (R\$). Dessa forma, a flutuação na taxa pode ter um efeito significativo no valor das despesas de imposto de renda, principalmente sobre os ativos não monetários.

	2020	2019		
	25%	25%	18%	Total
Valores constituídos pela alíquota de:				
Provisão para perdas sobre ICMS – ES	369.741	371.535	-	371.535
Provisão para baixa de ativo Imobilizado	-	1.365	-	1.365
Provisão para ações cíveis	3.455	1.713	-	1.713
Provisão para ações tributárias	16.084	15.895	9.827	25.722
Provisão para ações trabalhistas	16.982	15.538	-	15.538
Provisão para ações ambientais	75	67	-	67
Provisão para direitos minerários	28.055	28.055	-	28.055
Provisão recuperação socioambiental e socioeconômica	4.259.083	5.265.515	-	5.265.515

Provisão outras contas a pagar de partes relacionadas	2.539.125	-	-	-
Provisão ambiental barragem de Germano	586.404	-	-	-
Provisão com obrigação para desmobilização de ativos	85.192	60.435	-	60.435
Variação cambial não realizada	2.521.568	861.939	-	861.939
Provisão impairment	2.260.029	2.426.280	-	2.426.280
Prejuízo fiscal	3.374.556	3.048.001	-	3.048.001
Provisão para perda do prejuízo fiscal	(3.374.556)	(3.048.001)	-	(3.048.001)
Outras	168.125	117.606	-	117.606
Provisão para perda do ativo	(12.680.787)	(9.014.430)	-	(9.014.430)
Total ativo consolidado	173.131	151.513	9.827	161.340
Conversão – diferença de moeda funcional	(4.120.926)	-	(1.894.321)	(1.894.321)
Depreciação fiscal	(1.229.470)	-	(1.082.854)	(1.082.854)
Receita financeira sobre depósito judiciais	(163.155)	(151.296)	-	(151.296)
Total passivo consolidado	(5.513.551)	(151.296)	(2.977.175)	(3.128.471)
Total líquido consolidado	(5.340.420)	217	(2.967.348)	(2.967.131)
Provisões registradas nas controladas	(12)	(217)	-	(217)
Total líquido controladora	(5.340.432)	-	(2.967.348)	(2.967.348)

A Samarco alterou para o ano-base 2021 o critério de apuração do IRPJ, deixando de adotar o incentivo fiscal de alíquota de 18% sobre a atividade de exportação de mineral abundante, e passando a recolher o imposto conforme regra geral do Lucro Real com a incidência da alíquota final de 25%. Não obstante a Companhia possua decisão transitada em julgado que lhe assegure a apuração com a incidência de alíquota diferenciada de 18%, desde o ano-base 2000 a Receita Federal do Brasil promoveu reiteradas autuações questionando a forma de apuração adotada pela Companhia, as quais ainda são discutidas no âmbito administrativo

e judicial. Com o recente retorno operacional e com o intuito de promover maior previsibilidade à Companhia, optou-se por não utilizar o incentivo fiscal no período, de modo a se evitar novos questionamentos pelas autoridades fiscais quanto a este tema, não obstante a Companhia entenda legítima a apuração com a aplicação da alíquota incentivada, e prosseguirá com as discussões pretéritas em andamento.

A expectativa de realização do imposto de renda diferido de conversão e de depreciação fiscal encontra-se detalhada abaixo:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 8 anos	De 8 a 10 anos	Mais de 10 anos	Total 2020
Outras	(9.976)	-	-	-	-	-	(9.976)
Conversão – diferença de moeda funcional	138.888	298.528	256.302	743.102	866.163	1.817.943	4.120.926
Depreciação fiscal	-	-	-	-	368.264	861.206	1.229.470
Total consolidado	128.912	298.528	256.302	743.102	1.234.427	2.679.149	5.340.420
Provisões nas controladas	12	-	-	-	-	-	12
Total controladora	128.924	298.528	256.302	743.102	1.234.427	2.679.149	5.340.432

28.4 IMPOSTO DE RENDA NO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo antes do imposto de renda	(2.216.288)	(18.522.577)	(2.216.091)	(18.522.516)
Diferença de moeda funcional - art.62 da Lei 12.973/2014	(15.314.687)	(1.395.505)	(15.314.687)	(1.395.505)
Prejuízo líquido tributável	(17.530.975)	(19.918.082)	(17.530.778)	(19.918.021)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(8.204)	(876)	-	-
Lucros auferidos no exterior	213	186	213	186
Multas fiscais não dedutíveis	1.834	8.452	1.834	8.452
Doações não dedutíveis	10.771	5.477	10.771	5.477
Outras adições (exclusões) permanentes	166	147	(8.038)	(782)
Diferenças temporárias:				
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	8.664.583	5.139.616	8.664.583	5.139.616
Provisão para descaracterização barragem de Germano	(188.195)	2.533.811	(188.195)	2.533.811
Provisão para baixa de ativos imobilizado	(5.459)	-	(5.459)	-
Depreciação fiscal	(585.790)	(623.560)	(585.790)	(623.560)
Rendimentos sobre depósitos judiciais	(47.435)	(68.213)	(47.435)	(68.213)
Variação cambial não realizada	6.638.515	834.153	6.638.515	834.153
Impairment	(664.993)	9.705.110	(664.993)	9.705.110
Outras adições (exclusões) temporárias	268.969	244.095	268.772	244.095
Prejuízo fiscal	(3.446.000)	(2.139.684)	(3.446.000)	(2.139.676)
Alíquota nominal	25%	25%	25%	25%
Imposto de renda apurado	861.500	534.921	861.500	534.921
Imposto de renda diferido depreciação fiscal	(146.481)	(156.005)	(146.481)	(156.005)
Imposto de renda diferido adições (exclusões) temporárias	3.519.878	5.369.630	3.519.878	5.369.630
Imposto de renda das empresas do exterior	-	-	(197)	(61)
Provisão para perda imposto de renda diferido adições temporárias	(3.519.878)	(5.875.808)	(3.519.878)	(5.875.808)
Provisão para perda de prejuízo fiscal	(861.500)	(455.721)	(861.500)	(455.721)
Imposto de renda diferido de conversão	(2.226.604)	(118.371)	(2.226.604)	(118.371)
Imposto de renda no resultado	(2.373.085)	(701.354)	(2.373.282)	(701.415)
Alíquota efetiva	13,54%	4,47%	13,54%	4,47%

A seguir, apresentamos a composição da receita (despesa) de imposto de renda segregado entre corrente e diferido:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda corrente	-	-	(197)	(61)
Imposto de renda diferido prejuízo fiscal	861.500	532.685	861.500	532.685
Provisão para perda de imposto de renda diferido prejuízo fiscal	(861.500)	(534.921)	(861.500)	(534.921)
Provisão para imposto de renda diferido	3.519.878	5.295.061	3.519.878	5.295.061
Provisão para perda imposto de renda diferido	(3.666.359)	(5.875.808)	(3.666.359)	(5.875.808)
Imposto de renda diferido sobre itens não monetários	(2.226.604)	(118.371)	(2.226.604)	(118.371)
Despesas de imposto de renda diferido e corrente	(2.373.085)	(701.354)	(2.373.282)	(701.415)

29. COMPROMISSOS (Commitments)

A Companhia possui contratos de longo prazo para o fornecimento de matéria-prima, serviços e compras de imobilizado, conforme mostra a tabela a seguir:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 2020	Total 2019
Gastos de capital para ampliação e renovação de imobilizado	381.463	18.477	-	-	-	399.940	128.259
Serviços e outros	1.301.083	584.749	163.155	64.978	61	2.114.026	1.648.397
Aquisição de minério de ferro	395.937	320.311	324.632	694.476	2.011.378	3.746.734	1.203.282
Fornecimento de energia e matéria-prima	415.337	404.854	367.899	13.896	-	1.201.986	957.189
Custos de fretamento e logística	3.472	-	-	-	-	3.472	2.692
	2.497.292	1.328.391	855.686	773.350	2.011.439	7.466.158	3.939.819

Os *commitments* demonstram os compromissos que a Samarco possui que são as obrigações contratuais de longo prazo com os fornecedores para renovação e ampliação de ativo fixo, bem como para a prestação de serviços diversos objetivando a manutenção das unidades fabris e administrativas, aquisição de minério de ferro junto

a terceiros, fornecimento de energia e insumos, assim como custos de fretamento com embarques.

Devido ao rompimento da barragem de Fundão, a Companhia realizou algumas ações em relação aos seus *commitments* conforme divulgado na nota explicativa 3(l).

30. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de transações com partes relacionadas estão detalhados abaixo:

		Acionistas		Entidade sob controle comum	Controladas		Controladora		Consolidado	
		BHP Billiton Brasil	Vale	Ponta Ubu Agropecuária	Samarco Finance	Samarco Europe	2020	2019	2020	2019
Ativo circulante										
Contas a receber (nota 6)	(a)	-	-	-	2.131	-	2.131	1.744	-	88
Ativo não circulante										
Adiantamento a fornecedores	(b)	-	44.085	-	-	-	44.085	44.085	44.085	44.085
Demais ativos (nota 10)		-	-	1.327	-	-	1.327	-	1.327	-
Imobilizado	(c)	-	11.424	-	-	-	11.424	12.026	11.424	12.026
Passivo circulante										
Demais passivos (comissões/serviços a pagar) nota 21		-	-	-	-	22.383	22.383	17.108	-	-
Empréstimos e Financiamentos (nota 15)		4.236.272	4.236.272	-	-	-	8.472.544	4.818.120	8.472.544	4.818.120
Encargos Financeiros		73.830	73.830	-	-	-	147.660	119.468	147.660	119.468
Passivo não circulante										
Dividendos (nota 22)		1.402.774	1.402.774	-	-	-	2.805.548	2.805.548	2.805.548	2.805.548
Direitos Minerários (nota 20)	(d)	-	112.222	-	-	-	112.222	112.222	112.222	112.222
Outras contas a pagar no país de partes relacionadas	(e)	5.078.250	5.078.249	-	-	-	10.156.499	6.356.499	10.156.499	6.356.499
Demonstração do resultado										
Despesas com vendas, gerais e administrativas (nota 25)		-	-	-	-	(2.389)	(2.389)	(3.744)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (nota 26)	(e)	(1.900.000)	(1.900.000)	-	-	-	(3.800.000)	(2.508.000)	(3.800.000)	(2.508.000)
Despesas financeiras		(14.097)	(14.094)	-	-	-	(28.191)	(116.529)	(28.191)	(116.529)

(a) O saldo de contas a receber e receitas da controlada Samarco Finance refere-se à venda de minério de ferro, adquirido da Controladora e vendido no mercado externo a terceiros.

(b) Pagamento antecipado de R\$ 44.085, à Vale pelo arrendamento parcial dos direitos minerários de "Conta História Norte" e "Alegria" (áreas de exploração minerária). A Vale é responsável pela manutenção integral dos direitos até a data de averbação do arrendamento, pela autoridade competente.

(c) Bens cedidos em comodato para a Vale.

(d) A Companhia celebrou em novembro de 1989, com a Vale, um contrato de transferência de direitos minerários para exploração de jazidas de minério de ferro. O contrato rege que a Vale cedeu

e transferiu à Samarco direitos de exploração sobre duas reservas minerais.

O valor do contrato observou o pagamento dos direitos minerários: (i) Pagamento único efetuado no montante de R\$ 19.972, e (ii) Pagamentos variáveis correspondentes a 4% sobre o valor bruto dos dividendos pagos pela Samarco aos seus acionistas até a exaustão das reservas.

O preço pactuado no contrato não é fixo, sendo estabelecido como um percentual sobre os dividendos brutos pagos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve pagamentos.

(e) Aporte dos Acionistas Vale e BHP Billiton Brasil para a Fundação Renova, conforme divulgado na nota explicativa 3(f).

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da administração estão apresentados a seguir:

	2020	2019
Remuneração (i)	7.994	11.287
Plano de assistência médica	28	53
Previdência privada	592	470
Seguro de vida	92	72
	8.706	11.882

(i) Inclui ordenados, salários e indenização.

São consideradas pessoas chave da Administração os membros da diretoria e os gerentes gerais.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

31.1 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia possui instrumentos financeiros inerentes às suas operações, representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em caixa restrito, contas a receber, outros ativos, fornecedores, empréstimos e financiamentos, encargos financeiros a pagar e outros passivos.

A Administração desses instrumentos visa assegurar a máxima liquidez, rentabilidade e segurança possíveis. A gestão financeira leva

em conta a análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.) e das políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia, sempre aprovadas por seu Comitê de Finanças.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco.

31.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	Custo Amortizado	Custo Amortizado	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	79.938	62.617	83.846	65.792
Aplicações financeiras em caixa restrito	2.848	2.505	2.848	2.505
Contas a receber	2.274	11.126	175	9.502
Outras contas a receber (nota 9)	4.319	14.662	4.319	14.662
Demais ativos (nota 10)	10.438	10.330	10.502	10.395
Total do ativo circulante	99.817	101.240	101.690	102.856
Ativo não circulante				
Demais ativos (nota 10)	15.288	16.416	15.288	16.416
Total do ativo	115.105	117.656	116.978	119.272
Passivo circulante				
Fornecedores	258.321	252.065	258.373	252.122
Empréstimos e financiamentos	28.313.792	20.233.138	28.313.792	20.233.138
Encargos financeiros a pagar	4.767.459	2.831.708	4.767.459	2.831.708
Demais passivos (nota 21)	98.901	61.741	76.640	44.715
Total do passivo circulante	33.438.473	23.378.652	33.416.264	23.361.683
Passivo não circulante				
Demais passivos (nota 21)	130.967	49.474	130.967	49.474
Total do passivo	33.569.440	23.428.126	33.547.231	23.411.157

31.3 FATORES DE RISCO FINANCEIRO

As atividades regulares da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de preço, risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio) e risco de liquidez, conforme segue:

(A) RISCO DE CRÉDITO

A política de vendas da Companhia subordina-se às normas de crédito fixadas por sua Administração, objetivando mitigar riscos de não recebimento das vendas em aberto e aquelas a serem realizadas. A Companhia utiliza uma metodologia robusta de análise de crédito de suas contrapartes (clientes), que combina ferramentas externas e internas para

a classificação do risco. As ferramentas utilizam-se de informações quantitativas (como informações financeiras da contraparte), bem como informações qualitativas (posição estratégica da contraparte e o histórico de relacionamento comercial). Com base no risco de crédito atribuído para a contraparte, a Companhia utiliza diferentes estratégias para mitigação do risco, como pagamento antecipado, cartas de crédito, garantias corporativas e bancárias, entre outros.

A receita bruta de vendas foi de R\$ 123.916 em 2020 (R\$ 65.279 em 2019), enquanto a perda de crédito esperada em 2020 foi de R\$ 22.602 (R\$ 13.490 em 2019), no Consolidado.

A exposição ao risco de crédito dos recebíveis está distribuída conforme tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Oriente Médio / África	8,8%	20,2%
Ásia (exceto China)	91,2%	79,8%

(i) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem impactos inesperados em função da oscilação das taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos financeiros, bem como da inflação. A maior parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é estabelecida em Dólares norte-americanos. Do total dos empréstimos e financiamentos R\$ 11.542 milhões são relacionados a taxas fixas e R\$ 16.771 milhões a taxas flutuantes, sendo estas correspondentes majoritariamente à variação da LIBOR acrescida de "spread" contratual. A Companhia não possui proteção para a variação

da LIBOR, em conformidade com suas diretrizes internas e de seus acionistas. O risco de taxa de juros decorre também de pequena parcela da dívida referenciada ao IGP-DI.

(ii) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras (moedas diferentes da moeda funcional) utilizadas pela Companhia para aquisição de insumos e/ou serviços nacionais, pagamento de tributos, dividendos e outros. A Companhia possui os seguintes ativos e passivos, em Reais, que podem exercer influência, sobre o resultado da mesma, pela variação da taxa de câmbio:

(1) Exposição do ativo	Consolidado	
	2020	2019
Ativo circulante		
Caixas e equivalentes de caixa	43	564
Aplicações financeiras em caixa restrito	1.355	1.355
Contas a receber no país	203	4.081
Tributos a recuperar	39.877	6.056
Despesas antecipadas	4.497	3.175
Outras contas a receber	4.319	14.662
Demais ativos	10.502	10.395
Ativo não circulante		
Depósitos judiciais	1.946.192	1.906.183
Tributos a recuperar	76.743	76.743
Demais ativos	15.288	16.416
	2.099.019	2.039.630

(²) Exposição do passivo	Consolidado	
	2020	2019
Passivo circulante		
Fornecedores	(245.206)	(250.918)
Empréstimos, financiamentos e encargos	(8.798.645)	(5.109.558)
Salários, provisões e contribuições sociais	(29.476)	(24.692)
Tributos a recolher	(532.347)	(451.908)
Provisão para imposto de renda	(9)	(167)
Provisões diversas	(5.205.843)	(4.271.711)
Demais Passivos	(74.555)	(43.820)
Passivo não circulante		
Tributos a recolher	(112.142)	(127.123)
Provisões para contingências	(132.726)	(127.320)
Imposto de renda diferido	(5.340.420)	(2.967.131)
Dividendos	(2.805.548)	(2.805.548)
Provisões diversas	(16.478.175)	(12.024.798)
Outras contas a pagar no país de partes relacionadas	(10.156.499)	(6.356.499)
Demais passivos	(126.960)	(49.474)
	(50.038.551)	(34.610.667)

(³) Exposição não registrada no balanço:

Ações tributárias	2020	2019	Ações cíveis	2020	2019
Expectativa de perda remota	(2.400.150)	(2.663.665)	Expectativa de perda remota	(156.079)	(10.072)
Expectativa de perda possível	(12.894.184)	(12.464.950)	Expectativa de perda possível	(1.772.294)	(1.475.385)
Ações trabalhistas			Ações ambientais		
Expectativa de perda remota	(61.114)	(6.575)	Expectativa de perda remota	(363)	(340)
Expectativa de perda possível	(653.074)	(606.489)	Expectativa de perda possível	(1.739.572)	(1.074.161)

Resumo da exposição de taxa de cambio	2020	2019
Exposição registrada no balanço (¹ + ²)	(47.939.532)	(32.571.037)
Exposição não registrada no balanço (³)	(19.676.830)	(18.301.637)
Exposição líquida total	(67.616.362)	(50.872.674)

A Companhia não realiza operações financeiras de proteção aos seus ativos e passivos em Reais, em conformidade com suas diretrizes internas. Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data da elaboração

das demonstrações financeiras, sendo US\$1,00 equivalente a R\$ 5,1961 em 31 de dezembro de 2020 e US\$ 1,00 equivalente a R\$ 4,0301 em 31 de dezembro de 2019.

(iii) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo				
Grau de Investimento (Investment Grade)	79.938	62.616	83.846	65.792
	79.938	62.616	83.846	65.792

Foram incluídas nessa categoria contas correntes e aplicações financeiras em bancos.

Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contrapartes com Classificação Externa de Crédito (S&P)				
Grau de Investimento (Investment Grade)	6	-	6	7
Contrapartes sem Classificação Externa de Crédito (S&P)				
Grupo 1 – clientes com até 5 anos de relacionamento	-	1.656	-	1.666
Grupo 2 - clientes com mais de 5 anos com baixo histórico de inadimplência	15.848	10.659	15.865	10.659
Grupo 3 – clientes no país e que não são de minério de ferro	6.906	10.569	6.906	10.659
	22.760	22.975	22.777	22.991

(B) RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez consiste na probabilidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir suas obrigações nos prazos devidos.

A Administração da Companhia tem enfrentado desafios em sua gestão de risco de liquidez, em decorrência da suspensão de suas operações produtivas após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, como, por exemplo,

o não cumprimento de certas obrigações presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos. A liquidez da Companhia em 2020 foi suportada por recursos provindos de seus Acionistas, via emissão de debêntures privadas não conversíveis, como detalhado na nota explicativa 15.

Os valores contábeis dos fluxos de caixa dos passivos financeiros (excluindo empréstimos e contas a pagar aos acionistas) são:

	Consolidado		
	2020		
	Valor	Até 12 meses	1 – 10 anos
Fornecedores	258.373	258.373	-
Empréstimos e financiamentos	19.841.248	19.841.248	-
Encargos financeiros a pagar	4.619.799	4.619.799	-

O valor dos fluxos de caixa não descontados contratados está demonstrado assim:

Passivos financeiros	Consolidado				
	Valor	Fluxo de caixa contratual	2020		2021
			0 - 6 meses	6 - 12 meses	
Fornecedores	258.373	258.373	258.373	-	-
Empréstimos e financiamentos	19.841.248	19.841.248	19.841.248	-	-
Encargos financeiros	4.619.799	4.619.799	4.619.799	-	-
Total	24.719.420	24.719.420	24.719.420	-	-

Conforme explicado na nota explicativa 3(d), além dessas obrigações financeiras constantes na tabela, há aquelas estabelecidas nos termos do TTAC, que afetam a liquidez da Companhia. É importante ressaltar que, na medida em que a Samarco não disponha de recursos para cumprir com tais obrigações financeiras, cada um de seus acionistas, Vale e BHP Billiton Brasil o fará, conforme suas participações de 50% cada no capital social da Samarco.

(C) ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão vinculados à variação da Libor

para financiamentos de longo prazo e do IGP-DI para operações no país.

Com o intuito de identificar a sensibilidade do indexador, nas dívidas de natureza de longo prazo, ao qual a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes, de forma a abranger o período dos 12 meses seguintes. Com base no índice acumulado de IGP-DI e na taxa Libor válida para 6 meses, vigentes em 31 de dezembro de 2020, a Companhia definiu um cenário provável e outros dois cenários adicionais, a partir do primeiro - cenários II e III, com elevação de 25% e 50%, respectivamente.

	Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos no exterior	Libor	0,2576%	0,3220%	0,3864%
Juros em 31 de dezembro de 2020		21.662	27.077	32.493
Empréstimos e financiamentos no país	IGP-DI	23,0743%	28,8429%	34,6115%
Juros em 31 de dezembro de 2020		1.357	1.696	2.036

A simulação considera os saldos das respectivas dívidas (em dólar e em moeda local) em 31 de dezembro de 2020 com repagamento apenas no final do período.

De forma a identificar a sensibilidade de variações decorrentes de moeda estrangeira às quais a

Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes para as contas ativo e passivo, sendo que os cenários II e III contemplam redução da taxa cambial de 25% e 50%, respectivamente, a partir do primeiro, denominado cenário provável I.

	Exposição (R\$)	Cenário provável I (US\$)	Cenário II (US\$)	Cenário III (US\$)
Passivo financeiro				
Taxa cambial - (Risco - R\$/US\$)	0	5,1961	3,8971	2,5981
Total ativo	2.099.019	403.960	538.614	807.921
Total passivo	(50.038.551)	(9.630.021)	(12.840.027)	(19.260.041)
Exposição líquida em Reais registrada no balanço	(47.939.532)	(9.226.060)	(12.301.414)	(18.452.120)

31.4 GARANTIAS BANCÁRIAS

Conforme demonstrado no quadro abaixo, a Companhia possui fianças bancárias de instituições financeiras emitidas por prazo indeterminado, em sua maioria para garantia de suspensão de exigibilidade de processos de execução fiscal no montante total, atualizado

em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 1.095.795 (31 de dezembro de 2019 R\$ 1.219.870). O montante total originalmente contratado é de R\$ 1.080.468.

Os saldos das fianças foram atualizados de acordo com os saldos das CDAs durante o ano de 2020.

Banco	Valor contratado	Valor atualizado	Indexador	Prazo
Bradesco	607.850	498.774	Selic	Indeterminado
Bradesco	27.956	55.204	VRTE	Indeterminado
Votorantim	100.948	176.549	Selic	Indeterminado
Itaú	276.052	365.267	Selic	Indeterminado
Itaú	67.662	-	IPCA-E	Indeterminado
Total	1.080.468	1.095.795		

31.5 GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a liquidez, gerenciando o custo do capital de forma a minimizá-lo, e, ao mesmo tempo, oferecer retorno sustentável e adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração usualmente monitora seu nível de endividamento, alinhado à sua política de dividendos, que, por sua vez, segue as diretrizes dos acionistas.

Em condições normais de operação, a Companhia monitora e gerencia os níveis de alavancagem financeira de acordo com os padrões de mercado, sua estratégia e o cumprimento de índices financeiros previstos em contratos de empréstimos e financiamentos na forma de financial covenants (Net Debt/EBITDA). O Net

Debt/EBITDA é um índice que corresponde à dívida líquida em comparação com a geração de caixa da Companhia, medida pelo EBITDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Em dezembro de 2020, a Samarco reiniciou suas atividades operacionais e não conseguiu cumprir o limite do Net Debt/ EBITDA de 4:1 em seus contratos financeiros.

Adicionalmente, demonstramos o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida como abaixo:

	2020	2019
Total dos empréstimos e financiamentos	33.081.251	23.064.846
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em caixa restrito	(86.694)	(68.297)
Dívida líquida	32.994.557	22.996.549
Total do patrimônio líquido	(51.021.040)	(37.078.141)
Total do capital	(18.026.483)	(14.081.592)
Índice de alavancagem financeira	(183%)	(163%)

Em condições normais, a análise dos referidos indicadores, suporta o processo de gestão de capital de giro, de forma a manter o grau de alavancagem da Companhia em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera adequado.

31.6 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO

A Companhia considera "valor justo" como o preço que seria obtido na venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes do mercado na data da mensuração (preço de saída). A Companhia utiliza os dados de mercado ou de premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo premissas acerca de riscos e os riscos inerentes aos inputs utilizados na técnica de avaliação. A Companhia

aplica principalmente a abordagem de mercado para recorrer à mensuração do valor justo e se esforça para utilizar a melhor informação disponível. Consequentemente, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de inputs observáveis e minimiza o uso de inputs não observáveis. A Companhia é capaz de classificar os saldos de valor justo com base nos inputs observáveis. A hierarquia do valor justo é usada para priorizar os inputs utilizados para mensurar o valor justo. Os três níveis de hierarquia de valor justo são os seguintes:

- **Nível 1. Mercado ativo:** preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis para a troca ou organizados por operadores do mercado de balcão, por corretores, ou por associações de mercado

por entidades que visam ter preços divulgados por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento sem mercado ativo, o valor justo é avaliado através de uma metodologia de avaliação / pricing. Outros critérios podem ser utilizados, tais como os dados do valor justo de outro instrumento atual que é substancialmente o mesmo, uma análise de fluxo de caixa descontado e

modelos de precificação de opções. A técnica de avaliação visa determinar qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca isenta de outros interesses e motivada por considerações comerciais.

• **Nível 3. Sem mercado ativo:** instrumentos de capital próprio - Valor justo de investimentos em ações/participações acionárias ou patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em um mercado ativo e derivativos que estão ligados a eles e que devem ser liquidados mediante a entrega de ações/participações não negociadas.

	Saldo em 2020	Hierarquia de valor justo		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	33.081.251	14.384.812*	18.696.439	-

(*) Valor referente apenas aos Bonds, os demais empréstimos e financiamentos foram classificados como nível 2.

O valor justo dos passivos financeiros relacionados aos empréstimos e financiamentos, cujos saldos contábeis são mensurados ao custo amortizado, é calculado conforme a seguir:

	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo estimado	Valor contábil	Valor justo estimado
Bonds (i)	14.384.812	10.071.290	10.609.125	7.028.624
EPPs (export pre payments) (ii)	9.419.123	7.953.814	7.346.162	6.336.065
Outros	9.277.316	8.720.218	5.109.556	4.732.669
	33.081.251	26.745.322	23.064.843	18.097.358

(i) O valor justo das operações de bonds é obtido pela cotação do título no mercado secundário (utilizado o valor de fechamento, informado pela Bloomberg);

(ii) Para as operações de empréstimo na modalidade EPP (Export Pre-Payment), as operações de debêntures e outras operações de valores pouco representativos, que não possuem divulgação em mercado secundário de dívida, ou para as quais o referido mercado não apresenta liquidez suficiente, o cálculo

do valor justo também foi feito com base na cotação dos bonds no mercado secundário.

A Administração entende que os demais instrumentos financeiros, tais como contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e, fornecedores, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos.

32. COBERTURA DE SEGUROS

A fim de mitigar parcialmente os riscos e considerando a natureza de suas operações, a Companhia mantém sob contrato diversas modalidades de apólices de seguro. As apólices estão em linha com a política de gestão de riscos, as diretrizes de seus comitês de gestão e são semelhantes às apólices contratadas por outras empresas na mesma linha de negócios da Samarco. As coberturas dessas apólices incluem: seguro de vida e de acidentes pessoais, frota de veículos, seguros de responsabilidade civil, riscos diversos, garantias e outros.

A apólice de responsabilidade civil e de operações da Companhia foi devidamente renovada e tem vencimento em 09 de maio de 2022. As coberturas para barragens, diques, descarte de rejeitos e similares, em razão do incidente ocorrido, foram excluídas da apólice em vigor.

Além disso, a Samarco mantém uma apólice de seguro de responsabilidade civil com cobertura para diretores e administradores, com vigência até abril de 2022. Este seguro cobre os membros do conselho de administração, diretoria, conselho fiscal e qualquer outro órgão mencionado no estatuto social, bem como determinados empregados nos níveis de administração e estratégicos, tanto na Companhia como em suas controladoras (coletivamente denominadas "Seguradas"). A apólice cobre perdas financeiras resultantes de reclamações contra o segurado por atos e omissões no exercício de suas funções de contratação. Abrange também os acordos previamente autorizados pela seguradora com a finalidade de encerrar ações judiciais ou administrativas e cobertura para pagamento de custos de defesa do segurado, se e quando incorridos.

O seguro de riscos operacionais da Samarco, foi contratado em 29 de dezembro de 2020, com vigência de 12 meses. O instrumento visa amparar os bens pertencentes à Companhia, danos materiais de causa externa e interna e perdas econômicas decorrentes dessas ocorrências. Os danos diretos e consequentes de quaisquer eventos relacionados a barragem e similares estão excluídos da apólice em vigor.

É mantido em vigor desde 2017 o seguro de garantia pecuniária que tem por finalidade atender aos termos do TAC – Termo de ajustamento e conduta com o Ministério Público em sua 12ª Vara

Federal de Belo Horizonte/MG, conforme descrito em nota explicativa 3(k).

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

A) RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Samarco recebeu três execuções distribuídas respectivamente:

(i) York: Execução no valor de US\$ 125 milhões. Samarco apresentou Embargos à Execução em 25 de março de 2021 e obteve efeito suspensivo à execução. York recorreu e conseguiu a reversão da decisão de primeira instância, determinando a penhora de valores na conta da Samarco ou penhora de 15% do faturamento até o limite da dívida.

(ii) Bank of America: Execução no valor de US\$ 200 milhões. Samarco foi citada em 08 de abril de 2021.

(iii) HSBC: execução distribuída pelo HSBC em 09 de abril de 2021, no valor de US\$ 250 milhões.

Frente à iminência de constrição dos ativos financeiros e para permitir que a Companhia mantenha as suas atividades de produção e preserve sua função social de geração de emprego, renda e tributos, a Samarco distribuiu, em 09 de abril de 2021, pedido de Recuperação Judicial, autuado sob o nº 5046520-86.2021.8.13.0024, o qual está em trâmite perante a 2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte/MG.

A medida visa permitir a renegociação da dívida, em sua maioria financeira e em poder de fundos estrangeiros, de forma a adequá-la a nova realidade da Samarco. A dívida declarada sujeita ao concurso de credores da Recuperação Judicial é de aproximadamente R\$ 50,5 bilhões.

Em decisão proferida em 12 de abril de 2021 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial da Samarco (fls. 5295/5302), oportunidade em que foram nomeados como Administradores Judiciais, para atuação em conjunto e de forma coordenada:

Paoli Balbino & Barros Administração Judicial, CNPJ nº 31.841.449/0001-06, representado pelo Dr.

Otávio De Paoli Balbino, OAB/MG nº 123.643. Tel: (31) 3656-1514, e-mail: contato@pbbadvogados.com.br.

Inocência de Paula Sociedade de Advogados, CNPJ nº 12.849.880/0001-54, representada pelo Dr. Dídimo Inocência de Paula, OAB/MG nº 26.226. Tel: (31) 2555-3174, e-mail: informacao@inocenciodepaulaadvogados.com.br.

Bernardo Bicalho Sociedade de Advogados, CNPJ nº 17.308.338/0001-08, representada pelo Dr. Bernardo Bicalho de Alvarenga Mendes, OAB/MG nº 80.990. Tel: (31) 2552-5692, e-mail: bernardo@bernardobicalho.com.br.

Arnoldo Wald Filho, OAB/RJ nº 58.789, com escritório na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 510, 8º andar, São Paulo/SP. Tel: (11) 307446007, e-mail: awf@wald.com.br.

O Edital que trata o artigo 52, § 1º, da Lei nº 11.101/05 foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico em 30 de abril de 2021. Também foi disponibilizado no sítio eletrônico (recuperacaojudicialsamarco.com.br) conforme a disponibilidade: EDITAL20210430.PDF (recuperacaojudicialsamarco.com.br), em 03 de maio de 2021, pelos Administradores Judiciais. Nesta mesma data, a Recuperanda publicou em seu sítio eletrônico o edital acima mencionado, que pode ser acessado em: EDITAL20210430.PDF (samarco.com).

A Samarco possui prazo de 60 dias, contados da data da publicação da decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial, para juntar aos autos Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"), na forma do artigo 53 da Lei nº 11.101/05. O prazo para apresentação do PRJ nos autos é 11 de junho de 2021.

Em 19 de abril de 2021, a Samarco ingressou com um pedido auxiliar de insolvência nos Estados Unidos visando, liminarmente, proteger os seus ativos neste território em razão do deferimento do processamento da RJ, conforme previsto no Chapter 15 do Código de Falências Norte Americano (Bankruptcy Code). Em 22 de abril de 2021, a Corte de Falências do Distrito Sul de Nova York (United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York) proferiu uma decisão favorável à Samarco, em caráter liminar e provisório até a decisão final desta corte sobre o pedido de reconhecimento dos efeitos da RJ em território norte-americano.

Em relação às ações movidas pelo Bank of New York Mellon, (Trustee), diante da notícia do pedido de RJ no Brasil, o juiz responsável pelas referidas

ações convocou as partes para esclarecimentos e restou acordado, em conferência telefônica realizada entre as partes em 13 de abril de 2021, que o processo seria suspenso e que as partes atualizariam a corte a respeito de novos desdobramentos em 30 dias.

Em 13 de maio de 2021, a Corte do Distrito do Sul de Nova York emitiu uma ordem judicial que reconhece a recuperação judicial da Samarco como processo estrangeiro principal para os fins do Capítulo 15. Entre outros pontos, a decisão suspende medidas judiciais contra a empresa nos Estados Unidos.

B) AÇÃO PROPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Em fevereiro de 2021, o Ministério Público Federal propôs ação contra Renova, Samarco, BHP Billiton Brasil e Vale. Os Autores requerem a extinção da Fundação Renova com pedido liminar de alterações na gestão da Renova até que se aprecie o pedido de extinção propriamente dito. O juízo proferiu decisão postergando a apreciação dos pedidos liminares. Essa ação não está suficientemente madura para avaliação de seus impactos.

SAMARCO

MINERAÇÃO S.A.

- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBROS EFETIVOS

Atif Nazir Janjua
Cláudio Renato Chaves Bastos
Nelly Angelica Pazó León
Vagner Silva de Loyola Reis

SUPLENTE

Kesley Medeiros Julianelli
Luis Fernando Madella Athayde
Viktor Nigri Moszkowicz

DIRETORIA

Rodrigo Alvarenga Vilela
Diretor-presidente e Diretor de Operações

Cristina Morgan Cavalcanti
Diretora Financeira

Reuber Luiz Neves Koury
Diretor de Planejamento e Projetos

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Lucas Brandão Filho
Contador - CRC-MG 046442/O – TES